



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Fernanda Calixto Saint-Martin Leite

O que “há de novo” nas toxicomanias?

Rio de Janeiro

2015

Fernanda Calixto Saint-Martin Leite

O que “há de novo” nas toxicomanias?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Pesquisa e Clínica em Psicanálise.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sonia Elisabete Altoé

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S146 Saint-Martin, Fernanda.
O que “há de novo” nas toxicomanias? / Fernanda Calixto Saint-Martin Leite.
– 2015.
103 f.

Orientadora: Sonia Elisabete Altoé.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Instituto de Psicologia.

1. Psicanálise – Teses. 2. Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias – Teses. 3. Política Pública – Teses. 4. Gozo – Teses. I. Altoé, Sonia Elisabete. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.

es

CDU 159.964.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Fernanda Calixto Saint-Martin Leite

O que há “de novo” nas toxicomanias?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Pesquisa e Clínica em Psicanálise.

Aprovada em 08 de setembro de 2015

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Sonia Elisabete Altoé (Orientadora)
Instituto de Psicologia – UERJ

Prof. Dr. Vinicius Anciães Darriba
Instituto de Psicologia – UERJ

Dra. Lenita Villafañe Gomes Bentes
Escola Brasileira de Psicanálise- EBP-RJ

Rio de Janeiro
2015

DEDICATÓRIA

Ao meu querido filho, Daniel.
Suas interrogações diárias me conduzem a respostas para a vida. Amo você!

AGRADECIMENTOS

À Professora Sonia Altoé pela orientação, aposta e acolhimento.

Ao Professor Marco Antonio pela valiosa contribuição no exame de qualificação que permitiram nortear o caminho desta pesquisa.

Ao Professor Vinicius Darriba por participar da banca de defesa e contribuir para novos caminhos de estudo sobre a subjetividade de nossa época.

À Lenita Bentes pelo rigor na transmissão da psicanálise, pela confiança e pelas observações precisas e indispensáveis para a construção desta dissertação.

À Angélica Tironi, Vera Nogueira e Angela Silva pelo carinho, sugestões e considerações importantes para este trabalho.

À turma de mestrado de 2013, em especial, a Giselle e Denise, pela parceria e importantes trocas.

À Nely, companheira desde a graduação, por ter aberto as portas para o trabalho na política pública.

Aos amigos que fiz na SEASDH, onde tudo começou, em especial à Andrea e Heloisa, pelo acolhimento e aprendizado, Leonardo e Jucinato, pelo companheirismo e confiança num início turbulento de trabalho.

Aos queridos amigos - G5- : Ane, parceira de todas as horas, Carlos, Rodrigo e Paula, pelo apoio e pela ética em que construímos o nosso trabalho.

À “Minha Equipe” de ontem, hoje e sempre, pela parceria e confiança!

Ao Paulo Roberto, por estar ao meu lado em mais uma conquista e pela presença na minha ausência.

Aos meus pais, Carlos e Rosa, que pelo amor me fizeram chegar até aqui e, continuar.

À minha querida família: irmãs- parceiras Ana Paula e Carol, afilhada – filha Mariana, sobrinhas Juliana, Laura, Joana e Vitória e sobrinhos Walter Jr. e Vinícius, por estarem perto e renovarem minha energia para prosseguir e não desistir.

Aos gestores da SEASDH e da SEPREDEQ pela aposta!

Aos usuários dos serviços e analisantes por me ensinarem a cada dia!

Viver é um descuido prosseguido.
Mas quem é que sabe como?
Viver...
o senhor já sabe: viver é etcétera...

Guimarães Rosa

RESUMO

SAINT-MARTIN, F. O que há “de novo” nas toxicomanias? 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O presente trabalho de pesquisa envolve os casos de toxicomanias, como um *novo sintoma*, e a relação com a subjetividade de nossa época, provocando um questionamento sobre a clínica e a direção do tratamento. A mudança operada na cultura destaca o discurso do mestre atual como aquele que leva em si a marca do declínio dos ideais e das identificações não mais estabelecidos por um significativo mestre e, sim, pelo mercado, provocando um imperativo feroz de *Um gozo* que promete a satisfação plena através do objeto, no caso, a droga. Vimos nos casos das toxicomanias e do alcoolismo, a ilusória completude capturada por um gozo auto-erótico que ludibria o sintoma com a droga e silencia o sujeito. O resultado do entrelaçamento do discurso capitalista com o discurso da ciência recai sobre a droga inserindo-a como mercadoria, cuja produção cada vez mais desenfreada, empurra a uma intoxicação generalizada, de difícil desintoxicação. Com a orientação psicanalítica é possível estabelecer um dispositivo que promova essa desintoxicação, reinventado caso a caso. É ofertar através do discurso do analista, um vazio de significações, de uma não resposta, em que, através da fala do sujeito, seja possível pinçar a função da droga na economia psíquica e os significantes que marcam sua história. O debate sobre a política pública e a função da psicanálise nos serviços públicos deve-se orientar pela singularidade e a dimensão ética do gozo no que concerne a proposta universalizante da política pública.

Palavras-chave: Toxicomania. Gozo. Discurso Capitalista. Política Pública.

ABSTRACT

SAINT-MARTIN, F. *What is “new” about Drug Addiction?* 2015. 103 f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This study investigates the cases of drug addiction as a new symptom, and the relation to the subjectivity of our time causing a questioning of the clinic and the direction of treatment. The change operated in the culture emphasizes the current master discourse as one that carries with it the mark of the decline of the ideals and identifications no longer set by a master signifier, but rather by the market, provoking a fierce need for a jouissance that promises satisfaction through the object, in this case the drug. In the case of drug addiction and alcoholism, the illusory completeness captured by a self-erotic jouissance deceives the symptom with the drug and mutes the subject. The result of the intermingling of the capitalist speech with the discourse of science in which the drugs are a commodity, the increasingly production unrestrained pushes to the widespread intoxication of difficult detoxification. With psychoanalytic orientation it is possible to establish a device that promotes this detoxification, by reinventing the case-by-case basis. Offer through the analyst's discourse, a void of meaning, of not responding, in that, by the speech of the subject, you can extract the drug's role in the psychic economy and the signifiers that mark its history. The debate on public policy and the role of psychoanalysis in public services should be guided by the uniqueness and the ethical dimension of jouissance with respect to universalizing proposal of public policy.

Keywords: Drug Addiction. Jouissance. Capitalist Discourse. Public Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Curso circular da Pulsão	37
Figura 2 – Esquema dos discursos/ Posição	47
Figura 3 – Os discursos	48
Figura 4 - Discurso capitalista (DC)	50
Figura 5 – Metáfora paterna	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O MAL-ESTAR NA CULTURA E AS DROGAS: UMA RESPOSTA INTOXICANTE	18
1.1 “Totem e Tabu”: a Lei e as leis	19
1.2 Supereu e cultura: o mal-estar	24
1.3 Saídas possíveis para o impossível da satisfação pulsional	28
1.4 Um curto-circuito à fantasia: droga	34
2 A TOXIDEZ DO GOZO: TODOS INTOXICADOS?	42
2.1 A teoria dos discursos: do mestre antigo ao mestre moderno.....	43
2.2 Do objeto perdido ao encontro com a droga como objeto da realidade.....	51
2.3 Gozo tóxico e o discurso da ciência: intoxicação generalizada	61
3 CASAMENTO OU DIVÓRCIO: A QUESTÃO FÁLICA.....	68
3.1 O Falo em questão	69
3.2 O Casamento Feliz	72
3.3 Formação de ruptura	74
4 TOXICOMANIA E POLÍTICA SOBRE DROGAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	80
4.1 Como a política sobre drogas pode contribuir com as questões trazidas pelas toxicomanias e pelo alcoolismo?	80
4.2 Direção do tratamento: o que há “de novo”?	86
UM RESTO PARA NÃO CONCLUIR (CONSIDERAÇÕES FINAIS).....	94
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época.

Lacan, 1953, p. 322

O tema desta dissertação, que busca refletir sobre o que há “de novo” nas toxicomanias, faz parte de minha experiência como técnica em Secretarias de Estado relacionadas com a questão das drogas. Durante meu percurso profissional, tenho trabalhado sempre envolvida com as políticas públicas e a psicanálise. Conduzi minhas inquietações partindo da orientação psicanalítica para pensar o lugar do psicanalista, viabilizando a possibilidade de um mais além daquilo que, atualmente, vem evidenciando a direção da política sobre drogas. No meu entender, esta tem se direcionado, por um lado, pela repressão fracassada resultante da guerra às drogas. Por outro lado, temos a discussão acerca da liberalização, confiando que o mercado regule e libere o uso do objeto droga. Nessas direções políticas, podemos notar que o objeto droga é colocado mais em evidência do que o sujeito. Propomos nesta pesquisa considerar menos o objeto droga e mais a direção que inclui o sujeito, dando voz ao sujeito do inconsciente. Conduzimos a construção desta dissertação a investigar a contribuição da psicanálise no campo das políticas públicas sobre drogas, que deve não apenas se ocupar do sujeito usuário de drogas, mas também dos profissionais que fazem parte da acolhida e do atendimento daqueles que demandam o poder público.

O que “há de novo”? É uma interrogação que nos direciona nesta dissertação a partir de três colocações: na primeira, “de novo” enquanto repetição, enquanto motor que nos movimenta em direção ao desejo; na segunda, enquanto *novo sintoma* no caso das toxicomanias; e na terceira, o que há de novo neste campo de investigação. Assim nos propomos repensar a direção do tratamento até então desenvolvida.

Iniciando com Freud (1930[1929]), em seu texto *O mal-estar na civilização*, situaremos, o uso dos tóxicos como uma das três medidas paliativas socialmente utilizadas, a fim de suportar os sofrimentos advindos da própria vida, onde a droga e seu uso apresentam-se como tema de grande relevância, cujo cenário no mundo ocidental vem mudando de contorno. Este tem sido marcado pelo consumo de drogas e, a partir dos séculos XIX e XX, nos tem levado a admitir que, para além de rituais religiosos e tradições culturais, a utilização

regular da droga e suas consequências tornaram-se alvo de crescentes preocupações acerca de seu papel e de seus desdobramentos na dinâmica social, alterando assim as saídas para o *mal-estar*, conforme já citado em Freud.

Esta pesquisa pretende ultrapassar o viés que toma a utilização da droga como uma saída ao *mal-estar* e busca ampliar os questionamentos alçados por Freud para as questões da atualidade. Assim, neste trabalho, quando fizermos uso da palavra “droga”, estaremos tratando de um objeto com o qual o sujeito parece evitar a castração, ou seja, visa à completude a partir de um objeto para não se confrontar com a falta. É uma hipótese com a qual vamos trabalhar, pois, nos ditos toxicômanos, observamos que através de um objeto único o sujeito se recusa a outras formas de prazer. Segundo escreve Éric Laurent (2011), o que o sujeito consegue com a droga é que “entre o prazer e a zona do mais além do princípio do prazer, ela possibilita uma passagem imediata. Com a droga estamos imediatamente na zona do mais além do princípio do prazer” LAURENT (2011, p. 63). Com Lacan, falaremos em gozo. Em suas palavras no Seminário, livro 17, *O avesso da psicanálise* (1969-70), refere-se ao gozo como “o tonel das Danaides, que uma vez que ali se entra não se sabe onde isso vai dar. Começa com as cócegas, e termina com a labareda de gasolina” (LACAN, 1969-70, p. 68).

Partindo dessa metáfora, vamos nos inserindo na discussão sobre as toxicomanias tomando como base autores como Jacques-Alain Miller, Hugo Freda, Éric Laurent, entre outros, que consideram o uso de drogas como *novos sintomas*. Essa perspectiva engloba uma complexidade - a ser esclarecida - sobretudo em relação ao uso que se faz da droga na atualidade, cujo conceito aqui utilizado não é referido a um período histórico, mas a uma leitura da psicanálise, em especial, relativa à teoria dos quatro discursos de Lacan. Essa teoria nos permite inferir que o discurso em voga na atualidade é o discurso do mestre aliado ao discurso da ciência, tendo como resultante o discurso capitalista. Este vem a ser como perversão do discurso do mestre, discurso que permite a apropriação do objeto pelo sujeito. A escrita do discurso capitalista mostra uma circularidade entre os algoritmos que não existe nos demais discursos. Veremos que nele, além de não existir a barra da impossibilidade que caracteriza os demais discursos, o sujeito pode apropriar-se do objeto numa relação perigosa de consumidor de objetos que escamoteiam o desejo, fazendo vigorar um gozo ilimitado.

Contudo, o objetivo desta pesquisa é investigar o que a psicanálise, como campo do sujeito do inconsciente, tem a contribuir aos casos de toxicomanias e de alcoolismo, assim como os desdobramentos que esses casos podem oferecer aos serviços estruturados por programas regidos pelas políticas públicas em andamento. Cabe aqui ressaltar que

distinguímos alcoolismo e toxicomania. Como vamos tentar mostrar, no primeiro caso, trata-se de um objeto que faliciza o sujeito, enquanto que no segundo, trata-se do rompimento com o falo, porém, para ambos, o que se deve levar em consideração é a função da droga na economia psíquica.

O interesse nesta pesquisa está diretamente ligado à minha experiência profissional na gestão de Secretarias de Estado do Rio de Janeiro, onde pude interrogar sobre os limites e as possibilidades da intervenção do psicanalista – ou da psicanálise – nesse campo de múltiplos saberes e interesses. Para tanto, utilizaremos como condução desta investigação as interrogações suscitadas em meu percurso profissional nestas instituições que realizam atendimento a usuários de álcool e outras drogas.

Desde 2007, venho trabalhando como psicóloga na gestão de Secretarias Estaduais. Inicialmente, na Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), onde fiz parte da equipe da Superintendência Proteção Social Especial¹, em que acompanhava atendimentos realizados nos serviços públicos municipais de acolhimento institucional². Nessa função foi possível verificar que a maioria das pessoas que utilizam tais instituições apresenta sofrimento psíquico e risco social associados, não raras vezes, a conflitos com a lei, ao consumo abusivo de álcool e outras drogas, implicando em situações de desamparo e abandono, ou seja, graves questões sociais que, na maioria das vezes, a direção institucional não leva em conta, por exemplo, a singularidade em jogo em cada situação que aí se apresenta.

Em 2009, ainda na SEASDH, fui convidada a participar da reestruturação do então Centro Estadual de Assistência Sobre Drogas (CEAD), atualmente denominado Observatório de Gestão e Informação sobre Drogas do Estado do Rio de Janeiro (OGIDERJ) e, atrelado a este, os Centros de Acolhimento no caso de Álcool e Outras Drogas (CARE ad), (o antigo Programa Clínica Popular). Tais programas estão atualmente sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Prevenção à Dependência Química (SEPREDEQ).

O desenho da reestruturação do CEAD balizou-se pelos serviços existentes na rede de serviços, nas políticas setoriais, em pesquisas teóricas e práticas de profissionais e de

¹O Sistema Único de Assistência Social - SUAS é hierarquizado em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Nessa última, o público a ser atendido apresenta seus vínculos afetivos e sociais fragilizados ou rompidos.

²O Serviço de Acolhimento Institucional é o acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário.

instituições que desenvolvem pesquisas na área de álcool e outras drogas³, considerando também as histórias dos sujeitos que eram referenciados ao antigo CEAD⁴. Todo o traçado desse percurso privilegiou a orientação psicanalítica. A partir de então, construímos o trabalho através de grupos/oficinas visando a propiciar a reflexão e o debate sobre o uso da droga e suas consequências na vida de cada um. A equipe multiprofissional (composta por psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, musicoterapeutas, arte-educadores e educadores físicos) buscava identificar o início de um processo de construção de demanda que poderá provocar um deslocamento na relação do sujeito com a droga. Devido a algumas fragilidades na rede de serviços que atendem usuários de álcool e outras drogas, nos últimos anos, vivenciamos por parte da gestão pública ações desestruturadas e paliativas, orientadas pelo controle e acionadas através de internações e abrigamentos involuntários. Entre 2012 e 2013, a prefeitura do Rio de Janeiro realizou ações desastrosas de retirada das ruas de crianças, adolescentes, jovens e adultos que foram encaminhados de forma involuntária a abrigos, sem que fosse considerado qualquer planejamento e ordenamento da rede de serviços.

Após alguns anos de pesquisa, realizando reuniões técnicas com importantes serviços da rede, como por exemplo, a Gerência de Saúde Mental do Estado, e longas conversas com os gestores, em junho de 2012, o antigo CEAD instituiu-se como OGIDERJ, e o Programa Clínica Popular se reestruturou em CAREad. Esses serviços foram propostos como ferramentas na complementaridade da rede, bem como espaços para a produção de pesquisas em diversas áreas que atravessam o tema das drogas, buscando a formulação de uma política que possa oferecer à população práticas mais eficientes e qualificadas.

Pelo viés da política pública, o uso de drogas vem suscitando debates que visam ao controle e à elaboração de ações de enfrentamento que vêm se mostrando ineficazes por parte das esferas do poder municipal, estadual e federal em que o combate, designado como “a guerra às drogas”, não tem apresentado qualquer eficácia sobre o consumo das mesmas, bem

³ Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas (PROJAD), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), entre outras.

⁴No início de suas atividades, o Conselho Estadual Antidrogas (CEAD) funcionava como CONEN/RJ. O Conselho Estadual de Entorpecentes do Estado do Rio de Janeiro foi criado no início da década de 1980, antes da Constituição de 1988. À época, devido à ausência de políticas públicas voltadas para o cuidado na área de álcool e outras drogas e à visão repressora da sociedade sobre o tema, o CONEN foi posto na estrutura da Secretaria de Estado de Justiça e Interior (SEJINT). O atendimento à população usuária era executado por um Departamento do Conselho denominado DEPRID- (Departamento de Prevenção as Drogas). Com o passar dos anos e a mudança do entendimento da questão pela sociedade e a consequente resposta das Políticas Públicas Setoriais, o CONEN passou por várias secretarias dentro da estrutura do Estado. O Conselho já nomeado como CEAD foi extinto durante a década de 1990, porém foi mantido o atendimento a população. Em 2009, este trabalho foi direcionado à SEASDH e, através da Subsecretaria de Assistência Social e Descentralização da

como sobre as consequências desse consumo para o outro e também para o sujeito. Através de uma mobilização policialesca, fica ainda mais evidente que a direção do tratamento encontra-se cercada por equívocos e contradições. Início então a partir da atuação como assessora técnica da Secretaria Estadual de Prevenção à Dependência, para refletir sobre a relação da política pública com a psicanálise.

Para conduzirmos esses questionamentos, situamos a política da psicanálise como a política do sintoma. É levando o sujeito a subjetivar a sua relação com o Outro que poderemos fazê-lo sintomatizar, encontrar uma questão sobre a qual possa trabalhar e então abrir um furo que a droga vela. Essa é nossa aposta.

Em *Lituraterra*, Lacan (1971/2003, p. 23) diz: “O sintoma institui a ordem em que se revela nossa política”. Sendo assim, podemos situar a política no sentido analítico como oposta à proposta das diretrizes das políticas públicas, que se pautam pela eliminação do uso da droga, pois trata-se, nesse caso, de fazer parar o uso sem nada saber sobre o que leva o sujeito ao consumo. E de acordo com essas políticas, caso o sujeito pare de consumir, nem por isso deixará de deslocar o consumo de drogas para outros objetos igualmente nefastos. Nesse sentido, como política do sintoma, conduziremos esta pesquisa referenciados pela orientação psicanalítica, que intervém no caso a caso, diferentemente das generalizações do discurso médico-científico. Assim, pensamos propor uma outra política, a do sintoma, que não quer dizer pela via do sentido, mas do sem sentido em que um gozo autoerótico se manifesta. Por essa razão, abordaremos o objeto droga como objeto do gozo do consumo de um único objeto. Além disso, questionamos a medicalização dos processos psíquicos, a qual, por vezes, verificamos como única prática em instituições que recebem toxicômanos e alcoolistas.

Nesse sentido, partindo de minha experiência como técnica na gestão de política sobre drogas, faremos uma reflexão acerca da estratégia em uso, seja pelo discurso da ciência, seja pelas ações de guerra às drogas, medidas a partir das quais o lugar do sujeito como subjetividade que se afirma, não é levado em conta. O argumento desta pesquisa concerne ao fato de a psicanálise poder oferecer algo à lógica coletiva do nosso tempo. Sua oferta é a de uma prática de preservação da singularidade em que a toxicomania e o alcoolismo possam aparecer como escolha preferencial do sujeito. Assim, o objetivo desta dissertação é realizar uma pesquisa que contribua para pensar a tensão entre a política pública, que tende a ser universalizante, e a política da psicanálise, que visa à singularidade.

Esta dissertação será constituída por quatro capítulos. No primeiro, intitulado *Mal-estar na cultura e as drogas: uma saída intoxicante* –, abordaremos o lugar que a droga ocupa na atualidade partindo de Freud, quando este nos convida a pensar a droga como uma solução privilegiada para “tratar” o *mal-estar* na cultura, sendo este definido como consequência da ação do supereu. Nossa hipótese é que o supereu empurra o sujeito a gozar de um objeto da realidade, evitando assim se confrontar com a castração. Ainda neste capítulo, abordaremos a relação da pulsão de morte com o imperativo superegoico. Esse caminho será orientado pela afirmação de Éric Laurent (2011, p. 63):

Nessa função, a droga se encaixa como objeto absoluto que se expressa num gozo auto-eróticos que busca liberar o toxicômano de lidar com os impasses da castração, lançando-o ao ilimitado.

Portanto, neste ponto da dissertação, tomaremos a toxicomania como um desafio à clínica psicanalítica da atualidade, na medida em que nos faz confrontar com um sujeito que se nomeia a partir de um objeto da realidade, um sujeito que não sintomatiza. Assim, buscaremos aqui introduzir a psicanálise, como já dissemos, não com o universalizante, mas com o sujeito do inconsciente, dividido pelo significante e pelo objeto de sua causação.

No capítulo II, - *A toxidez do gozo: todos intoxicados?-*, distinguiremos sobre a toxidez de uma substância e a droga do toxicômano, de modo que possamos investigar o que é atributo da ciência no interior do discurso capitalista, uma vez que a ciência é a responsável pela produção de objetos que promovem o acesso ao gozo “a todos, e por igual”, suturando assim a divisão subjetiva. Salientamos que o objeto caro à psicanálise aloja-se num cavo situado nos orifícios corporais. Consideramos que não se trata de uma substância, de uma química, da qual um sujeito terá se tornado dependente, mas de um insubstancial de estrutura em atividade permanente que Lacan denominou objeto causa de desejo.

No desenvolvimento de nosso trabalho, introduzimos a toxicomania como efeito do discurso capitalista. O toxicômano, apesar de rebelde aos ditos universalizantes de nossos dias, participa da economia de mercado como um consumidor ideal e fiel, já que o objeto do qual faz uso permite acesso imediato ao gozo. Faremos uma reflexão sobre os efeitos do objeto na toxicomania que podem levar a curto-circuitar a fantasia, estabelecendo uma relação direta com o gozo, driblando a divisão subjetiva. Se assim é, diferentemente do objeto droga, o objeto que nos interessa extrair faz parte de uma economia diferente da economia de mercado, sem, no entanto, ignorá-la.

A descoberta do inconsciente por Freud dá ao objeto um estatuto distinto daquele que lhe dá a ciência. Trata-se de uma relação objetual e não de uma relação objetiva. Para tanto, interessa-nos analisar a função que a droga ocupa na economia psíquica. Ao investigar o uso e o abuso da droga para cada sujeito, fazemos a hipótese de que esta passagem - do uso ao abuso - seja marcada através do efeito de um discurso apoiado na unidade, no *Um*, como totalidade, o que é próprio do discurso da ciência e do mercado, que, podemos dizer, ludibria o sujeito com uma falsa completude.

A droga parece incitar o toxicômano à ilusão do *Um*, de um gozo sem limites que escapa à lei. A ilusão de um gozo sem fim, que é consequência da realidade que o intimida de maneira avassaladora, sempre que o limite ou qualquer situação se insinue, o faz tentar barrar o gozo que lhe é insuportável, lançando-o em uma fuga tão rápida quanto eficiente, suprida pela introdução da droga, “arrebatar o paraíso num só gesto,” como diz Baudelaire (1971, p. 13) em “Paraisos Artificiais”.

No capítulo III, – *Casamento ou divórcio: a questão fálica* –, abordaremos a construção lacaniana acerca da droga partindo da única definição feita por Lacan sobre o assunto: “[...] não conheço outra definição sobre a droga senão aquela que permite romper o casamento com o pequeno pipi” (LACAN, 1975, p. 263-267). Assim, nos guiaremos com base nessa orientação, segundo a qual o uso de drogas diz respeito à ruptura com o gozo fálico, e isso, para o sujeito, não é sem consequências. Desse modo, neste capítulo, buscaremos compreender a toxicomania a partir da relação com um gozo onde o que se põe em questão não é o objeto fálico, mas um objeto da realidade capaz de anular aquilo que faz dele um sujeito: a castração, a falta, além de lançá-lo no rompimento das variantes da vida sob a égide de Outro gozo, fora do simbólico e ilimitado, portanto, dentro das condições de atualidade balizadas pelo consumo.

Ainda no terceiro capítulo, abordaremos a contrapartida freudiana em relação à droga aproximando-a do “casamento feliz,” diferentemente do que trabalha Lacan, que situa a droga pela perspectiva de ruptura, conforme apontamos ao apresentar o segundo capítulo. Freud, em *Contribuições à psicologia da vida amorosa* (1912/1974), refere-se à relação do sujeito com a droga, no caso, o vinho, como sendo um casamento feliz, aproximando então a relação do bebedor com o vinho. Nesse texto, a relação com um objeto, o “álcool”, faliciza o sujeito, tendo em comum com as outras drogas a tentativa de obter o gozo infinito, porque a garrafa é sempre a mesma, e a mulher é sempre outra. O que vale para ambos, toxicômano e alcoolista, é o lugar que a droga ocupa na economia psíquica para cada sujeito.

No quarto e último capítulo – *Toxicomania e política sobre drogas: algumas considerações* –, finalizando esta dissertação, apresentaremos, através de considerações sobre minha experiência profissional que envolve o trabalho com a política pública, contribuições sobre uma leitura da psicanálise em relação à toxicomania nos serviços públicos que atendem usuários de álcool e outras drogas. Encontramos nas palavras de Éric Laurent (2011) a importância do aprofundamento do tema e dos impasses que essa clínica nos convoca:

Não há solução universal, teremos que passar ao múltiplo, a considerar os efeitos da droga em sua especificidade própria. Precisamos nos introduzir em uma tolerância com relação ao impossível, sem ceder nem à resignação, nem ao cansaço, diante de uma carreira que concerne ao impossível. Isso implica uma modéstia ativa dos políticos, dos terapeutas, dos psicanalistas, psiquiatras e de todos os que estão envolvidos nessa carreira multidisciplinar, a modéstia de como abordar este impossível em todas as suas facetas (LAURENT, 2011 p.61).

Visamos, como psicanalistas, a uma prática que não seja reducionista e que localize o sujeito na subjetividade de nossa época, um sujeito responsável pelo seu ato. Para além de uma lente normatizadora, trabalharemos orientados por uma clínica que encontra o sujeito no seu dizer, na verdade do desejo que o habita. Dessa maneira, trata-se de “levar no bolso” o discurso psicanalítico no trabalho desenvolvido nesses serviços. Entendemos assim que durante a elaboração de cada um dos capítulos descritos, devemos orientar nossa prática no que concerne à responsabilidade do sujeito por seu gozo.

1 O MAL-ESTAR NA CULTURA E AS DROGAS: UMA RESPOSTA INTOXICANTE

Em termos gerais, este capítulo tem como objetivo traçar o lugar da droga na cultura atual através de uma leitura psicanalítica orientada fundamentalmente pelos textos de Sigmund Freud e Jacques Lacan, além de outros autores. Embora Freud e Lacan não tenham teorizado sobre as toxicomanias, ainda assim, eles teceram considerações essenciais para o desenvolvimento desta questão.

A importância de uma dissertação sobre as toxicomanias deve-se à ênfase de que, na atualidade, o objeto droga comporta, como escolha privilegiada, aquilo que demanda direções políticas nos serviços de atendimento público, o que, por vezes, pode prejudicar o direcionamento clínico. Muitas vezes, algumas instituições dão relevância a esse objeto, o que favorece o apagamento da subjetividade. Para tanto, nos valeremos inicialmente de alguns textos freudianos, a saber: “Totem e Tabu” (1913[1912-1913] /2010), “Psicologia das Massas e Análise do Ego” (1921/2010), “O Futuro de uma Ilusão” (1927/1974) e “O Mal Estar na Civilização” (1930[1929] /1974), os quais permitem avançar sob a ótica das toxicomanias como uma das saídas possíveis para o mal-estar na cultura demarcando, a partir de Freud, possíveis alterações em nossa época, que privilegiam o objeto e o consumo desenfreado, o que nos faz questionar sobre a direção clínica nos atendimentos privados e institucionais.

No item **1.1 “Totem e Tabu”: a Lei e as leis**, discutiremos sobre a organização do grupo e o estabelecimento de normas orientadoras de seu funcionamento através da incorporação do pai real, não limitado pela lei da castração. A morte do pai e o sentimento de culpa gerado por esse ato resultam na identificação de seus membros e a consequente preservação do grupo. De maneira análoga, veremos em **1.2 Supereu⁵ e cultura: uma combinação para o mal-estar**, a internalização da relação do sujeito com seus progenitores e como a consequente instituição do supereu insere-o na cultura, produzindo o mal-estar provocado pela exigência pulsional. No item **1.3 Saídas possíveis à exigência da renúncia pulsional**, apresentaremos a forma pela qual a relação do sujeito com a cultura o incita a produzir saídas para lidar com o mal-estar, dentre elas, a intoxicação. No item **1.4 Curto-circuito pulsional: droga**, a intoxicação é apresentada como a tentativa que contornaria a falta inerente ao sujeito, a qual se desloca para o recurso à droga como resposta às exigências

⁵ Nesta dissertação utilizaremos os termos eu, supereu e isso, em detrimento da tradução realizada pela *Edição Standard das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*: ego, superego e id. No entanto, nas citações dos textos freudianos, manteremos os termos tal como a *Imago* os apresenta.

de um supereu que ordena: *goze!* Trata-se do campo do gozo para além do princípio do prazer, campo da pulsão de morte.

1.1 “Totem e Tabu”: a Lei e as leis.

O texto “Totem e Tabu” (1912-1913) faz referência à figura de um pai tirânico e devastador, cuja morte o transforma no Pai Simbólico que institui os códigos da Lei moral e que funciona como aquele que reforça as exigências do supereu pelo cumprimento das regras sociais. Através da contribuição desse texto, partiremos para o que, mais tarde, Lacan aponta sobre o declínio da função do pai, promovendo o imperativo do consumo provido pelo discurso da ciência e do capitalismo e conseqüente universalização do gozo. O que em Freud era um freio ao gozo, em Lacan, mandamento é: *goza!* Intoxique-se!

Freud, em “Totem e Tabu” (1913[1912-1913] /2010), realiza uma investigação sobre os efeitos da inserção do sujeito no grupo social. Desenvolve sua pesquisa sobre o totemismo a partir de três teorias: a nominalista, a sociológica e a psicológica. Porém, propõe uma quarta hipótese, a abordagem histórica, na tentativa de explicar a escolha do animal totêmico e o horror ao incesto, elementos fundamentais para entendermos a relação entre o sujeito e o grupo. Ele retoma então Charles Darwin como o pioneiro na descrição do estado social primevo. Em relação a Darwin, Freud diz: “ele deduziu, dos hábitos de vida dos macacos superiores, que, também o homem, viveu originalmente em pequenas hordas, dentro das quais o ciúme do macho mais velho e mais forte impediu a promiscuidade.” (FREUD, 1913[1912-1913/2010], p. 193).

Freud embasa esse texto em pesquisas de tribos primitivas realizadas por etnógrafos, dentre eles, os aborígenes da Austrália, pois crê que nossos costumes e práticas originam-se dessa época em que os homens se organizaram pelo totemismo. As tribos australianas se subdividiam em grupos menores, clãs representados ou denominados segundo o seu totem. Este, via de regra, era um animal – “comível e inofensivo ou perigoso e temido” (FREUD, 1913[1912-1913/2010], p. 19) – ou, mais raramente, um vegetal ou fenômeno da natureza. Isso nos interessa, pois Freud compara o totemismo às instituições religiosas e sociais e conclui que todas elas são à base das obrigações sociais que se estabelecem para além das relações consanguíneas. O totem do clã insere os seus componentes a uma nomeação, a um lugar referendado a esse totem que será o regulador da lei do clã, o que faz Freud perceber

que, apesar de primitivos, “o aspecto social do totemismo expressa-se, antes de tudo, num mandamento rigoroso e numa restrição enorme. Os membros de um clã são irmãos e irmãs, comprometidos a ajudar-se e proteger-se mutuamente.” (FREUD, 1913[1912-1913/2010], p. 163).

Mediante a contribuição de Darwin, Freud descreve a horda primeva como o mais primitivo tipo de organização social. Para explicá-la, elabora o mito do pai totêmico, que gira em torno de um pai violento e ciumento que reservava todas as mulheres para si e expulsava da horda os filhos em idade adulta, de modo a não existir qualquer tipo de ameaça à sua posição. Como reação à tirania do pai primevo, em algum momento os filhos expulsos se reuniram e retornaram à horda para matar o pai, exterminando a horda primeva, cujo poder absoluto estava inteiramente na mão de apenas um. Os filhos então começaram a brigar entre si pelo lugar do pai e logo perceberam que se continuassem assim, iriam matar a todos. Decidiram deixar o lugar do pai vazio e, em seu lugar, colocaram um totem, um representante da tirania, que deveria ser evitada a todo custo: “Nenhum era tão mais forte que o outro de modo a assumir o lugar do pai.” (FREUD, 1913[1912-1913/2010], p. 220).

Ao mesmo tempo em que os filhos odiavam o pai da horda por provocar obstáculo ao poder e às suas reivindicações sexuais, eles também o amavam e o admiravam. Ao eliminarem o pai, concretizaram o desejo de identificação com ele através da incorporação de suas partes cedidas a cada um dos membros do clã. Devorá-lo era a forma de incorporarem a força do pai. Para louvá-lo, instituíram um banquete totêmico, ritual repetido por todos os membros do clã no qual um animal, representante do pai, era morto e devorado. Esse ritual honrava a morte do pai totêmico e reforçava os tabus que recaíam sobre todos os irmãos. Para Freud, esta foi a primeira festa da humanidade: “a celebração de um ato memorável e criminoso, como o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião.” (FREUD, 1913[1912-1913/2010], p. 217).

A admiração pelo pai retorna após sua morte como remorso, um retorno do amor recalçado que tornou o pai mais forte do que quando era vivo. Esse fato foi determinante para que o clã revogasse seu ato na instituição de novas leis:

A partir da consciência de culpa do filho, os dois tabus fundamentais do totemismo, que justamente por isso tinham de concordar com os dois desejos reprimidos do Complexo de Édipo. Quem os infringia tornava-se culpado dos dois crimes que inquietavam a sociedade (FREUD, 1913[1912-1913/2010], p. 219).

Neste caminho, Freud percebe que a organização dos clãs através de totens visava a submeter seus componentes a um elevado grau de restrição de suas pulsões sexuais, o que o leva a correlacionar o totemismo à exogamia e ao horror ao incesto. A proibição de relações sexuais entre pessoas do mesmo clã totêmico, independentemente da consanguinidade, era obedecida categoricamente, pois a punição era automática. Dessa forma, ele conclui que a exogamia orienta a organização grupal referendada pelo totem, que proíbe aos indivíduos a realização do desejo incestuoso, garantindo assim a continuidade e o desenvolvimento do clã.

Salientamos o interesse de Freud em relação à submissão desse povo primitivo aos excessos de proibições sem qualquer nível de questionamento: “essas proibições dirigem-se principalmente contra a liberdade de prazer e contra a liberdade de movimento e comunicação” (FREUD, 1913[1912-1913] /2010, p.41). A renúncia ao prazer atribuída ao tabu é a garantia de estar em grupo: “Também se chama tabu a proibição que deriva dessa característica; é denominado tabu, enfim, conforme seu sentido literal, algo simultaneamente sagrado, acima do habitual, e perigoso, impuro, inquietante” (FREUD, 1913[1912-1913] /2010, p.48). Percebemos neste ponto o que Freud irá desenvolver em outros textos, em especial em “Psicologia das massas e análise do ego” (1921/2010), ou seja, a identificação do indivíduo ao grupo, tema que iremos retomar adiante.

Freud nos indica que o sentimento ambivalente, tanto de respeito como de rivalidade, tanto de temor quanto de hostilidade, estão presentes na cultura. Esse sentimento contraditório é o mesmo que, segundo ele, podemos discernir no conteúdo do complexo paterno das crianças e dos neuróticos. Isso o leva a equivaler o totem – que impõe restrições necessárias à vida em grupo – ao pai: “as proibições morais e as convenções pelas quais nos regemos podem ter uma relação fundamental com esses tabus primitivos e, finalmente, porque uma explicação do tabu pode lançar luz sobre a origem obscura do “imperativo categórico” (FREUD, 1913[1912-1913] /2010, p. 48). Ou seja, Freud conclui que o animal totêmico é o substituto do pai ao qual nos identificamos. Com ele nos sentimos protegidos ao mesmo tempo em que ameaçados. Para Freud, “a postura afetiva ambivalente, que ainda hoje caracteriza o complexo paterno em nossas crianças e frequentemente prossegue na vida adulta, se estenderia também ao sucedâneo do pai, o animal totêmico.” (FREUD, 1913[1912-1913] /2010, p. 216).

O desejo de matar o pai, que permitiria o acesso à mãe como objeto de gozo sexual, incita a culpa por desejar o que é proibido. Através do desejo de matar o pai, instala-se a Lei, que é consequência do remorso dos filhos pela morte do pai. Só há lei porque há pecado. Ao matar o pai real, de “Totem e Tabu” (1912-1913), o pai da exceção, instituiu-se um

impedimento de gozar de todas as mulheres. Cada sujeito ficou para sempre interdito pela culpa em relação ao crime realizado sobre o pai.

A organização social não foi possível pela morte do pai, mas pelo pacto dos irmãos pautado na partilha e na renúncia como formas de amenizar o remorso e o sentimento de culpa. Dessa forma, foi necessário que deificassem o pai morto como maneira de resgatar os tabus e as restrições morais ordenadores da vida civilizada. O mito funda a entrada do homem no social o que, realizada a partir do sentimento de culpa, provoca o mal-estar.

Essas referências primitivas, segundo Freud, incitaram o grupo a desenvolver estratégias para lidar com este crime que deu início à cultura. Uma das estratégias é a religião, cujas características são pautadas na consciência de culpa, na obediência e na tentativa de lidar com os sentimentos ambivalentes intrínsecos ao complexo paterno. Segundo Freud, “A religião do totem não apenas compreende as manifestações de arrependimento e as tentativas de conciliação, mas serve também a lembrança do triunfo sobre o pai” (FREUD, 1913[1912-1913] /2010, p. 221).

Em uma moral que atende em parte às exigências da sociedade e em outra parte às punições exigidas pelo sentimento de culpa, Freud aponta a figura de Deus tão própria ao cristianismo:

[...] que a relação pessoal com Deus depende de sua relação com o pai carnal, que oscila e se transforma com ela, e que Deus, no fundo, nada mais é que um pai elevado. [...] o pai seria representado duas vezes na situação do sacrifício primitivo como Deus e depois como animal totêmico (FREUD, 1913[1912-1913] /2010p. 224).

O fundamento religioso de não matar o pai se estendeu a um fundamento social: a proibição de matar um irmão. Como forma de garantir a vida em sociedade, a horda paterna foi substituída pelo clã fraterno garantido pelo laço de sangue. Os laços fraternos devolvem aos novos pais uma parcela de seus direitos e conseqüentes realizações sociais.

O pai devastador primitivo é substituído pelo pai simbólico, transmissor da Lei moral e regulador do gozo, funcionando como aquele que reforça as exigências do supereu através do cumprimento dos mandamentos e das regras sociais. Os laços fraternos irão marcar a mudança da autoridade – cujo poder era regido pelo próprio desejo – abrindo uma brecha para o poder da comunidade. Após o assassinato, o gozo permaneceu interdito pelo sentimento de culpa gerado pela morte do pai. Este é mais vivo depois de morto do que quando vivo.

Podemos dizer então que Freud encontrou nas tribos primitivas a forma de funcionamento que o permitiu teorizar os complexos de Édipo e de castração. A passagem da natureza à cultura é marcada pelo interdito do incesto, interdição que viabiliza o desejo. Ao metaforizar o desejo da mãe, o pai orienta ambos, a mãe e o filho. Ao mesmo tempo, transmite a mensagem, que não é qualquer mensagem, diz Lacan: “*Não te deitarás com tua mãe, já nessa época dirigido à criança, mas um Não reintegrarás o teu produto, que é endereçado à mãe*”. (LACAN, 1957[1957-1958] /1999, p.209).

É de como se transmite a palavra do pai que dependerá a subjetividade de uma época, razão pela qual Lacan indica o declínio da função paterna na atualidade. O pai já não é encontrável enquanto transmissor da lei, ou seja, já não interdita, tornando-se o reprodutor das ações da mãe numa infinitização de gozo ao estilo da pulsão de morte. Em “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, diz Lacan:

[...] a autoridade reservada ao pai, único traço subsistente de sua estrutura original, mostra-se de fato, cada vez mais instável ou obsoleta, e as incidências psicopatológicas dessa situação devem ser referidas tanto à escassez das relações grupais que ela assegura aos indivíduos quanto à ambivalência cada vez maior de sua estrutura (LACAN (1950/1998, p. 135).

O que operou para o seu obsoletismo ou instabilidade? Qual é o pai que temos hoje? Em decorrência dos fatores políticos, financeiros e sociais, alteraram-se as condições de troca, de mercado, as quais refletem direta ou indiretamente as relações grupais que, de modo geral, chamamos cidade, e neste primeiro e restrito grupo que chamamos família. Se o grupo familiar gera um cidadão, do par mãe e pai, tomados ambos como significantes, daí advém um sujeito, o qual, diferentemente do cidadão, “é singularidade que se afirma em razão de um acontecimento a que deve felicidade” (GARCIA, 1997, p. 23).

Então, que pai temos hoje? Podemos pensar na resposta através da contribuição de Bentes em sua dissertação de mestrado:

O pai da horda primitiva era o que tinha todas as mulheres e, por isso, impeliu os filhos a destruí-lo fundando a exceção, o ao menos um que ao escapar da lei, fundava. A exceção faz a regra. O pai da horda tecnológica não faz o discurso da diferença sexual, mas o da universalidade, da totalização. Cabe ao senhor conquistar um número sempre maior de escravos que trabalhem para sustentar o trabalho do senhor, é dele, do escravo, que o senhor gozará até o abuso. É um pai que pode gozar de todos os bens de consumo sem qualquer consequência. O Pai, como transmissor da lei simbólica, da lei do falo, está desaparecido (BENTES, 2001, p. 85).

Apesar de questionarmos sobre o declínio da função do pai em nossos dias, vimos em “Totem e Tabu” (1913[1913] /2010) que o pai primevo e o totem operam barrando o gozo para o sujeito e, a constituição dessa Lei simbólica será expressa na cultura através da constituição de leis que visam a regular as relações entre si, provocando renúncia pulsional e a limitação do gozo, tendo como consequência o mal-estar. Uma das possíveis saídas para esse mal-estar seria a intoxicação, conforme veremos no próximo subcapítulo.

1.2 Supereu e cultura: o mal-estar

Em “Totem e Tabu” (1913[1913] /2010), Freud afirma que a substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade marcou um passo importante para a civilização. Esse avanço, como tantos outros, provoca no indivíduo a criação de medidas que favorecem a vida em sociedade. No entanto, anos depois, Freud (1930[1929]) retoma essa questão no texto “O mal-estar na civilização”, acrescentando novos elementos para pensar a relação entre o indivíduo e o grupo no qual ele se insere.

Se em um primeiro momento Freud (1930[1929], p.105) percebe que a civilização protege o indivíduo através dos laços de fraternidade, posteriormente, entenderá que ela é, ao mesmo tempo e em grande parte, responsável pela desgraça do homem, que responde de forma hostil às exigências a ele impostas. A consequente hostilidade em relação à cultura está intimamente relacionada às restrições das possibilidades de satisfação exigidas pela mesma, cujo resultado direto é a agressividade entre os indivíduos, o que coloca em risco constantemente a integridade dos grupos. Em busca de uma saída para conter as pulsões agressivas que ameaçam a civilização, é necessário fazer uso de esforços supremos a fim de estabelecer limites para a agressividade e manter suas manifestações nefastas sob controle. Freud (1930[1929], p.146) conclui que o agente que domina essa agressividade é o supereu.

Em “Totem e Tabu” (1913[1912-1913]/2010), Freud deixa claro que existe um sentimento de culpa anterior ao supereu. O sentimento de culpa é uma reação imediata ao medo da autoridade externa seguido posteriormente pela internalização desse medo em decorrência da instituição do supereu. A partir daí, o sentimento de culpa expressa a tensa relação do eu com a severa vigilância e exigência do supereu freudiano, que impede o eu de realizar “más ações” por meio de uma constante ameaça de punição. Para Freud (1930 [1929]/1974, p. 158), “o sentimento de culpa é o maior problema ao desenvolvimento da

civilização, pois o preço que o indivíduo paga por este avanço é uma perda de felicidade decorrente da intensificação do sentimento de culpa”. O supereu é um mandamento paradoxal: ao mesmo tempo em que inscreve a lei, postula sua destruição, ou seja, apesar de o supereu vigiar o cumprimento das normas morais, ele também, cada vez mais, eleva seu nível severo de exigência à qual o homem muitas vezes não pode responder. No caso das toxicomanias, a saída para o mal-estar resultante dessa tensão pode ser evidenciada na produção de meios de intoxicação como antídoto para o sofrimento, conforme veremos no próximo subitem.

Conforme descrito anteriormente, o pai morto alçado à função de pai simbólico nos impõe terríveis exigências provenientes do supereu, que “originou-se, em realidade, das experiências que levaram ao totemismo” (FREUD, 1913[1912-1913]/2010, p. 53). O supereu nasce como uma instância normatizadora ligada à proibição do incesto e à repressão de tendências agressivas. Assim, como no mito de “Totem e tabu”, ao mesmo tempo em que o supereu introduz o sujeito nas normas imprescindíveis para a civilização, ele também se apresenta como instância caprichosa, tirânica, provocando repulsa e o conseqüente sentimento de culpa.

Em 1923, no texto “O ego e o id”, Freud retoma os três termos que definem o funcionamento do aparelho psíquico – consciente, pré-consciente e inconsciente – propondo uma nova divisão: eu, supereu e isso. A formação do supereu é marcada por duas fases. Na primeira, a fase identificatória, o eu se apodera dos investimentos do isso para depois projetá-los nos objetos e em seguida, introjetá-los pela identificação. Nas palavras de Freud: “o ego é uma parte especialmente diferenciada do id [...] e quando o eu forma o seu supereu a partir do isso, pode talvez estar apenas revivendo formas de antigos egos e ressuscitando-os” (FREUD, 1923/1974, p. 53). A segunda fase compreende a resolução do complexo de Édipo, quando surge a instância do supereu propriamente dita representada na relação da criança com os pais. A internalização da lei paterna resulta em uma forma crítica e julgadora, que submete as ações do eu às restrições morais e ao sentimento de culpa. Freud bem destaca no texto: “O ser superior, que se transformou no ideal do eu, outrora ameaçara de castração, e esse temor de castração é provavelmente o núcleo em torno do qual o medo subsequente da consciência se agrupou; é esse temor que persiste como medo da consciência” (FREUD, 1923/1974, p. 74). E completa: “O supereu conserva o caráter do pai e quanto maior for a intensidade do Complexo de Édipo e a rapidez de sua repressão, mais severamente reinará depois sobre o eu como consciência moral ou como sentimento inconsciente de culpa” (FREUD, 1923/1974, p. 49).

Ainda no referido texto, Freud por vezes utiliza o conceito do ideal do eu como equivalente ao supereu. No entanto, precisamos fazer uma diferenciação entre os conceitos, os quais só ficam claros com o posterior desenvolvimento da teorização freudiana. O ideal do eu, podemos dizer, é a face amável do pai, instância pela qual o eu se guia para criar seu modelo de ideal, de perfeição, retirado da relação do indivíduo com seu semelhante. No entanto, neste período em que a criança sai do autoerotismo para o narcisismo, algo se acrescenta. O supereu se apresenta como a face feroz do pai, aparece propriamente de forma nítida num momento mais tardio, à medida que ele é o herdeiro do complexo de Édipo. Tanto o ideal do eu quanto o supereu possuem características próprias e se estruturam de formas diferentes. Ambos podem produzir na subjetividade múltiplos efeitos dos sentimentos de culpa e de moralidade, que se apresentam com o rigor dos deveres e dos ideais.

Neste caminho traçado entre o individual e o coletivo, Freud intensifica seu desenvolvimento sobre o conceito de *identificação* a partir da inserção do indivíduo no grupo. Tal como descreve em “Psicologia de grupo e a análise do ego” (FREUD, 1921/1974, p. 14), há uma tensão entre o grupo e o indivíduo: buscando caminhos que permitam sua satisfação pulsional, o indivíduo não se acha em condição de desprezar sua relação como os outros.

Para o desenvolvimento de suas hipóteses, Freud (1921/1974) conta com a contribuição de alguns de seus contemporâneos, tais como Le Bon e McDougall. O primeiro relata que na relação do indivíduo com o grupo algumas características particulares do indivíduo se apagam, e sua subjetividade desaparece. Isso acontece porque no grupo, todo sentimento e todo ato são contagiosos a tal ponto que o indivíduo prontamente sacrifica seu interesse pessoal ao interesse do coletivo. O grupo é impulsivo, mutável e irritável; ali nada é premeditado. Por isso, o grupo não tolera qualquer demora entre o desejo e a sua realização. Isso provoca em um membro do grupo o sentimento de onipotência frente ao qual a noção de impossibilidade desaparece. Le Bon, citado por Freud [1921/1974], evidencia que o grupo possui anseio pela obediência, e seus membros se submetem a qualquer um que indique a si próprio como chefe.

McDougall, também citado por Freud [1921/1974], acrescenta outras considerações sobre a forma de organização das massas. Para ele, em um grupo, as emoções são excitadas a um grau que o indivíduo raramente, ou nunca, atingiria sob outras condições. Isso facilita com que ele se integre, ou até venha a se fundir com um grupo a ponto de perder o senso de limite. Quanto maior for o número de pessoas em que a mesma emoção possa ser simultaneamente vivenciada, mais intensamente cresce essa compulsão na qual o indivíduo perde seu poder de crítica e se deixa deslizar na mesma emoção.

Além disso, McDougall distingue grupo organizado de grupo desorganizado a partir de cinco condições que elevam a vida mental coletiva a um nível mais alto de organização. A primeira e fundamental condição é que haja certo grau de continuidade de existência no grupo; a segunda condição é que em cada membro do grupo forme alguma ideia definida da natureza, composição, funções e capacidades do grupo, para que possa se desenvolver uma relação emocional no grupo; a terceira, que o grupo deva ser colocado em interação com outros grupos semelhantes; na quarta condição, que o grupo possua tradições, costumes e hábitos que determinem a relação de seus membros uns com os outros; a última condição é que o grupo tenha estrutura definida, expressa na especialização e na diferenciação das funções de seus constituintes. De acordo com McDougall, se essas condições forem satisfeitas, as desvantagens psicológicas das formações de grupo são afastadas e a redução coletiva da capacidade intelectual é evitada, retirando do grupo o desempenho das tarefas intelectuais e reservando-as apenas para alguns membros dele.

A partir dessas contribuições teóricas, Freud (1921/1974) vai em direção a uma explicação psicológica para as alterações mentais experimentadas pelo indivíduo inserido em um grupo, quais sejam as que se referem à intensificação da emoção e à redução da capacidade intelectual. Freud percebe que ambos os autores explicam essas alterações por meio do conceito de sugestão ao qual, por vezes, é dado o sentido de “imitação”, às vezes, “contágio”. Por não encontrar um esclarecimento sobre a natureza da sugestão, Freud decide utilizar o conceito de libido, que é uma expressão proveniente da teoria da afetividade. “Assim denominamos a energia, tomada como grandeza quantitativa – embora não mensurável –, dessas pulsões relacionadas com tudo aquilo que pode ser relacionado com a palavra amor” (FREUD, 1921/1974, p. 43). Ele adverte que a palavra amor é utilizada em múltiplas acepções, porém, no caso em questão “constitui a essência da alma coletiva” (FREUD, 1921/1974, p. 45), uma vez que o indivíduo se permite ser sugestionado pela massa, em detrimento de suas características individuais.

Nesse sentido, podemos pensar que as relações amorosas também constituem a essência da mente grupal, cuja manifestação estaria oculta por trás da sugestão. Essa hipótese é apoiada por duas reflexões: 1) um grupo se mantém unido por um poder atribuído a Eros; 2) um indivíduo abandona sua individualidade e permite que outros membros o influenciem por sugestão pela necessidade de estar em harmonia com eles.

Portanto o grupo não pode ser considerado uma simples reunião de pessoas, pois ele é formado a partir do estabelecimento de laços entre seus membros. Esses laços, conceituados por Freud como libidinais, caracterizam um grupo através de uma pessoa na figura de um

líder, ou de uma ideia, ou uma abstração que o domina. Os laços libidinais podem ser negativos – sentimentos de ódio e hostilidade – ou laços emocionais, cuja ligação seja positiva. Para Freud (1921/1974), é necessário que ambos estejam articulados de tal forma que os laços sejam ambivalentes, pois uma relação mais íntima que contém uma estrutura de sentimentos aversivos e hostis é pouco suportada, sendo necessário o recalque desses sentimentos.

Nessa esteira teórica, Freud retoma outro mecanismo fundamental para entendermos o estabelecimento de laços libidinais: a identificação. Para ele, o conceito de identificação define um laço emocional de um indivíduo com um objeto que será introduzido no lugar do ideal do Eu. A identificação pode surgir com qualquer percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma pessoa, que não é objeto da pulsão sexual. Quanto mais importante é essa qualidade comum, mais bem sucedida se torna essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço. Cada indivíduo é parte de numerosos grupos e se acha ligado por múltiplos laços de identificação. A partir desses vínculos, ele constrói seu ideal do eu segundo os modelos mais variados de raça, classe, credo, nacionalidade etc.

Conforme descrito, a identificação é o primeiro enlace afetivo com o objeto segundo Freud. Concordamos com Ernesto Sinatra (2008, p. 109) quando diz que as “formas de identificação variam segundo as épocas” e quando acrescenta que a nossa época “da cultura do mercado se caracteriza por laços efêmeros, líquidos que se opõem a densidade das relações de parentesco centradas no Nome-do-Pai”. Temos com isso o empuxo ao mercado, que nos oferece uma variedade de identificações através de uma pulverização de objetos, o que poderá trazer consequências para o sujeito, ou seja, uma desorientação em relação ao seu desejo.

Para falarmos sobre os mecanismos de funcionamento dos grupos, utilizaremos dois textos freudianos: “O futuro de uma ilusão” (1927/1974) e “O mal-estar na civilização” (1930[1929]/1974). Eles são fundamentais para avançarmos sobre questões atuais e elucidar de que forma os indivíduos reagem ao mandato superegoico exigido pela civilização, como veremos adiante.

1.3 Saídas possíveis para o impossível da satisfação pulsional

Freud inicia “O futuro de uma ilusão” (1927/1974) afirmando que as pessoas se colocam de forma ingênua perante o seu presente sem fazer estimativas sobre seu conteúdo,

pois, para tal, precisariam se distanciar do presente transformando-o em passado, para que então possam produzir pontos de observação e os julgarem como futuro: “quanto menos um homem conhece a respeito do seu passado e do presente, mais inseguro terá de mostrar-se seu juízo sobre o futuro” (FREUD, 1927/1974, p. 15). E Lacan afirma que é “Melhor que renuncie quem não possa unir a seu horizonte a subjetividade de sua época” (LACAN, 1953, p. 321).

Isso nos importa quando elegemos a toxicomania como objeto de pesquisa desta dissertação. Estamos retornando à questão do uso da droga na atualidade orientados pelos textos freudianos a partir deste ponto, porque ainda desejamos afiná-lo melhor com a questão que aqui nos fazemos. A relação com a droga existe desde as tribos primitivas. O que faz com que se passe do uso ao abuso? Que mudanças levaram à relação do sujeito com o objeto droga? Qual o lugar desse objeto em nossa época? São as questões que pretendemos responder nesta dissertação.

No texto “O futuro de uma ilusão” (1927/1974), Freud decide não fazer qualquer distinção entre cultura e civilização. Apesar da tradução de *Kultur*, termo alemão utilizado por Freud, seja *Civilização* em português, aqui manteremos o termo cultura baseados na indicação sinônima de Freud, que a designa como um produto do homem na sociedade, visando a caracterizar e regular os excessos e manter vivo o grupo.

A cultura tem a função de proteger os indivíduos contra impulsos hostis, ou seja, ela deve conseguir controlar as forças da natureza e extrair dela riquezas para a satisfação das necessidades humanas. Para isso ela estabelece regulamentos, instituições e ordens que devem ser mantidas por todos os indivíduos. Nesse mesmo sentido, a ação da cultura orienta a forma do homem lidar com as renúncias advindas de medidas externas, fazendo uso do supereu como um agente especial:

[...] para que a coerção externa se torne gradativamente internalizada, pois um agente mental especial, o supereu, a assume, e a inclui entre seus mandamentos. Toda criança nos apresenta esse processo de transformação; é só por esse meio que ela se torna um ser moral e social (FREUD, 1927/1974, p. 22).

Para Freud, essa dinâmica está diretamente influenciada pela identificação do indivíduo a um líder capaz de resistir às renúncias da qual a vida depende. Essa identificação passa a ser fundamental para o movimento, a organização e o progresso da massa, pois ela tende a se tornar acéfala e paralisada. Será que se partirmos do pressuposto de que a ausência de referências simbólicas dirige a massa em direção à desordem e ao caos, poderemos

entender os efeitos de seu desaparecimento como geradores de consequências decisivas para a subjetividade?

Aqui cabe investigar o conceito de desamparo, o que toma na obra freudiana um lugar fundamental. Inicialmente a mãe se ocupa de proteger e nutrir a criança fazendo-a sobreviver. É a fase em que a libido liga-se aos objetos que asseguram a satisfação das necessidades básicas. Assim a mãe, que satisfaz a fome da criança, torna-se seu primeiro objeto amoroso e também seu primeiro amparo. Com a entrada do pai, surge ambivalência em relação a ele: ao mesmo tempo em que a criança o ama e o admira, ele a ameaça.

O sujeito descobre que não poderá passar sem a proteção e cuidado dos pais, ou de seus substitutos. Para dar conta desse desamparo, cria para si próprio deuses a quem teme, a quem procura satisfazer e a quem confia sua própria proteção, imbuindo-os dos mesmos poderes que atribuía aos pais. O desamparo perdura por toda uma vida; como o pai, não desaparece. Segundo Freud (1927), do desenvolvimento do complexo paterno frente ao desamparo, decorrem as religiões.

As ideias religiosas são maneiras de explicar os fatos do mundo externo que, por nós mesmos, não conseguiríamos atingir. Elas realizam um trabalho de investigação muito particular, vinculado a conflitos infantis que nunca foram superados, nos oferecendo uma solução universal. Nesse sentido, as ideias religiosas são ilusões, pois proclamadas como ensinamento “não atingem os resultados finais de pensamento: são ilusões, realizações dos mais antigos, forte e prementes desejos da humanidade” (FREUD, 1927/1974, p. 43). E Freud avança: “[...] uma crença de ilusão quando uma realização de desejo constitui fator proeminente em sua motivação e, assim procedendo, desprezamos suas relações com a realidade, tal como a própria ilusão não dá valor à verificação.” (FREUD, 1927/1974, p. 44).

A religião em Freud (1927/1974, p. 50) “desempenhou grandes serviços para a civilização humana, na medida em que contribuiu para domar as pulsões. Mas não o suficiente.” O que podemos alcançar são estados de felicidade e não a felicidade, a qual, no dizer de Freud, não está incluída nos planos da criação. Percebemos que as pessoas se mostram insatisfeitas e infelizes com a cultura e fazem de tudo que está em seu poder para alterá-la, ou então, tornam-se mais hostis a essa realidade.

Outra saída para lidar com o desamparo e o mal-estar na civilização é o uso de narcóticos. Freud equiva o consolo oferecido pela religião ao efeito de narcóticos ao citar os efeitos da privação imposta pelos Estados Unidos em relação ao uso de estimulantes e de substâncias produtoras de prazer: “empanturraram-nos de devoção” (FREUD, 1927/1974, p.

63). Assim tanto a consolação religiosa como a intoxicação serão formas de lidar com as dificuldades da vida impostas pela cultura.

Freud (1927/1974, p. 50) afirma que na busca pela felicidade outro fator se acrescenta, qual seja o de que a cultura permitiu uma virada do discurso religioso para o discurso da ciência: “a religião perdeu parte de sua influência sobre as massas humanas, exatamente por causa do deplorável efeito dos progressos da ciência”. Assim a ciência sobrepuja a religião convertendo-se numa nova religião, em uma nova forma de lidar com o mal-estar. Freud (1927/1974, p. 52) prossegue dizendo: “Quanto maior é o número de homens a quem os tesouros do conhecimento se tornam acessíveis, mais difundido é o afastamento da crença religiosa.”.

Se a religião não é suficiente para escamotear a realização do desejo em prol da sensação de proteção diante do desamparo fundamental, a ciência, através dos objetos produzidos, encontrou uma nova forma de se organizar e de controlar a natureza. Isso quer dizer: na atualidade a busca de proteção contra o desamparo se deslocou do Pai para o objeto elevado ao zênite do social⁶, conforme veremos no próximo capítulo. No entanto os produtos da ciência se tornaram objetos inscritos nos mandatos da civilização atual, que orienta o sujeito para o gozo: consuma! De acordo com Sonia Alberti (1998, p. 131):

O supereu freudiano produziu coisas como o proibido, o dever, a culpabilidade (...) o supereu lacaniano, aquele que Lacan especifica no “*Encore*”, produz, ele, um imperativo totalmente diferente - *Gozz*. Esse supereu aí é o supereu de nossa civilização.

Em alguns casos, percebemos que o objeto droga é usado como efeito desses ditos superegoicos em sua faceta de gozo: no lugar da culpa pelo uso servil da droga, encontramos o *goz*! Em “O mal-estar na civilização”, Freud (1930[1929]/1974, p. 167) descreve essa faceta superegoica: “[...]quando a tensão cresce, é apenas a agressividade do superego que, sob a forma de censuras, se faz ruidosamente ouvida; com frequência, suas exigências reais permanecem inconscientes.”. Quando os mandatos superegoicos se acrescentam ao processo de renúncias exigido pela cultura, observam-se momentos de sofrimento e desconforto que podem assumir uma proporção insuportável, fazendo com o que o indivíduo procure maneiras de abrandar tais sentimentos.

⁶ Lacan (1970) utilizou o termo ascensão ao zênite social do objeto *a* para apontar a atualidade a partir de uma lógica na qual o objeto *a* dirige-se ao ponto mais elevado-*zênite*. Segundo Lacan (1970), há “... a ascensão ao zênite social do objeto que chamo pequeno *a*”, em que podemos ler como consequência do discurso capitalista.

Segundo Freud, o mal-estar é inerente à cultura. Afinal, o sentimento de felicidade é possível apenas como manifestação episódica à medida que só podemos experimentá-la a partir de um contraste realizado, quando o aparelho psíquico consegue descarregar o excesso de energia acumulada. Se tomarmos a explicação freudiana em “O mal-estar na civilização” (1930[1929]), a felicidade é momentânea, pois ela é efeito da negociação entre o princípio de prazer e o de realidade.

No entanto, a infelicidade é menos difícil de experimentar. Segundo Freud (1930[1929], p. 95), o sofrimento ameaça o ser humano a partir de algumas fontes: de seu próprio corpo, condenado à decadência, à dissolução, ao sofrimento e à angústia; como sinais de advertência de que o mundo externo pode voltar-se contra os indivíduos com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; finalmente, dos relacionamentos com os outros homens, o que talvez seja o sofrimento mais penoso por ser menos inevitável do que o sofrimento que advém das outras fontes.

Um fator a mais pode ser destacado: todas as coisas que buscamos a fim de nos protegermos contra as ameaças das fontes de sofrimento fazem parte de nossa cultura. Nas palavras de Freud: “Descobriu-se que uma pessoa se torna neurótica porque não pode tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe, a serviço de seus ideais culturais, inferindo-se disso que a abolição ou redução dessas exigências resultaria num retorno a possibilidades de felicidade” (FREUD, 1930[1929]/1974, p. 106). A cultura impõe sacrifícios à sexualidade humana e também à sua agressividade, o que nos faz compreender por que é tão difícil ser feliz. O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança.

A questão fatídica para a espécie humana parece-me ser saber se, até que ponto, seu desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação da vida comunal causada pelo instinto humano de agressão e autodestruição. Talvez, precisamente com relação a isso, a época atual mereça um interesse especial. Os homens adquiriram sobre as forças da natureza um tal controle, que, com sua ajuda, não teriam dificuldades em se exterminarem uns aos outros, até o último homem. Sabem disso, e é daí que provém grande parte de sua atual inquietação, de sua infelicidade e sua ansiedade (FREUD, 1930[1929]/1974, p. 170).

Portanto podemos concluir que o recurso às drogas seria uma das respostas ao *mal-estar*, que é inerente tanto ao processo de formação das sociedades e culturas como também à própria constituição psíquica. Para Freud, o desenvolvimento das civilizações e do psiquismo impõe sacrifícios à sexualidade e à agressividade, constituintes do humano, tornando a vida árdua demais. A fim de suportar tais sacrifícios, temos que lançar mão do que ele chamou de

medidas paliativas, que podem ser basicamente de três tipos: os derivativos poderosos, as satisfações substitutivas e as substâncias tóxicas.

De acordo com Freud, o método mais "interessante" de se evitar o sofrimento são as substâncias tóxicas, por agirem diretamente sobre a química do corpo tornando os homens insensíveis às dificuldades e frustrações. Para ele, todo sofrimento é uma sensação que só existe à medida que o sentimos, e só o sentimos como consequência de certos modos pelos quais nosso organismo está regulado: “certas substâncias tóxicas, quando presentes no sangue ou tecidos, provocam diretamente sensações prazerosas alterando as condições que dirigem nossa sensibilidade nos tornando incapazes de receber impulsos desagradáveis.” (FREUD, 1930[1929]/1974, p. 93).

Para Freud, a cultura não pode ser pensada sem levarmos em conta o sentimento de culpa gerado pelo medo do supereu, que atua incansavelmente na vigilância do eu. Visando à garantia de sua integridade, o eu o obedece cegamente, mesmo que, para isso, tenha que negligenciar sua própria felicidade. Associado ao supereu individual, Freud anuncia um supereu cultural, que ignora o indivíduo ao emitir uma ordem e exige a obediência sem levar em conta as possibilidades de cada um. E interroga: “Mas quem pode prever com que sucesso e com que resultado?” (FREUD, 1930 [1929] /1974, p. 171).

Através dessa indagação, abordaremos questões da atualidade que nos parecem estar para além de uma renúncia pulsional provocada por uma instância vigilante, que se nutre e cresce vorazmente da obediência servil do eu. Para avançarmos com esses questionamentos sobre a atualidade, podemos dizer que, em nossa cultura, fica clara, a impossibilidade de renúncia pulsional, por exemplo, na relação entre o sujeito e o objeto droga, conforme pontua Laurent (2011, p. 63): “com a droga estamos imediatamente na zona do mais além do princípio do prazer, pois ela possibilita essa passagem entre o prazer e a zona do mais além do princípio do prazer, desvelando sua função de gozo em sua vertente letal.”

Em continuidade ao que foi trabalhado até este momento, desenvolveremos no próximo subitem o conceito de pulsão e sua relação com a droga. Por meio dessa relação, buscaremos através do entendimento da droga como provocadora de um curto-circuito da fantasia, levantar alguns questionamentos sobre as toxicomanias, relacionando o objeto, o desejo e o gozo, conceitos esses que serão desenvolvidos ao longo desta dissertação.

1.4 Um curto-circuito à fantasia: droga

O termo pulsão foi utilizado por Freud (1905/1974) pela primeira vez no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. Porém, podemos encontrar no “Projeto para uma psicologia científica” (FREUD, 1950[1895] /1974) uma antecipação em relação a esse conceito, pois ali ele já aponta para as excitações externas e internas que devem ser descarregadas quando o princípio de constância⁷ é abalado, ordenando todo o aparato psíquico. Nesse texto, ele já marca uma diferença entre as excitações que tencionam o aparelho, dizendo que, em relação ao que vem de fora, o indivíduo pode se defender pela fuga, porém, o que vem de dentro, do organismo, não há como fugir. Nisso se baseia a “mola pulsional” dos mecanismos psíquicos (FREUD, 1950[1895] /1974, p. 360).

Freud, desde 1905, orienta sobre o conceito de pulsão como ponto central em relação ao qual se faz a diferença entre o natural e a cultura. Ele afirma que não existe um caminho natural para a sexualidade humana, pois não há uma única maneira de satisfazer a pulsão, o que confere ao humano a sina de estar sempre insatisfeito frente a ela. É em nome desses desvios que Freud fala em pulsão sexual (*trieb*) e não em instinto (*instinkt*), que é um padrão de comportamento hereditariamente fixado e que possui um objeto específico. Ao contrário, com a pulsão, Freud evidencia que no humano não há nem comportamento pré-formado nem objeto específico.

A partir do conceito de pulsão, podemos pensar a sexualidade de forma mais ampla. Retirando o enfoque da genitália e a finalidade da função perpetuadora da reprodução, a pulsão é marcada por seu caráter parcial e sem determinação de objeto. Essa diferença evidencia a distinção entre o biológico e o instintual da seguinte forma: “a sexualidade humana é pulsional e obedece a uma força constante da libido, o sexo no animal é cíclico e biologicamente teleológico, visando exclusivamente à reprodução” (COUTINHO JORGE, 2005, p. 48).

Em 1905, no texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, Freud caracteriza três termos da pulsão: a fonte, o objeto e o alvo. Apenas em 1915, no texto “Pulsão e suas Vicissitudes”, ele introduz um quarto elemento, que é o Impulso – *Drang*, a força da pulsão. O impulso – *Drang* - caracteriza-se pela tendência à descarga. *Drang* é uma força constante –

⁷ Freud analisa o princípio do prazer através do ponto de vista econômico. Correlacionando-o ao princípio de constância, o princípio de prazer é uma exigência do aparelho psíquico em manter o nível de energia o mais

konstante Kraft – que sustenta a pulsão como uma tensão estacionária (LACAN, 1964/1985, p. 177). Essa força constante característica da pulsão, segundo Coutinho Jorge (2010, p. 121), “age através de uma energia que Freud chamou de libido. É uma energia que jamais decresce, ela está no mesmo patamar de quantidade de intensidade.” O outro elemento é o Alvo – *Ziel*, que está referido à satisfação da pulsão, ou melhor, ao *impossível de ser satisfeito*. Lacan adverte que há algo do real na pulsão: *impossível de ser satisfeito*:

Esta satisfação é paradoxal. Quando olhamos de perto para ela, apercebemo-nos de que entra algo de novo – a categoria do impossível. [...] E o impossível não é forçosamente o contrário do possível, ou bem ainda, porque o oposto do possível é seguramente o real, seremos levados a definir o real como o impossível (LACAN, 1964/1985, p. 164).

Quanto ao objeto, elemento caríssimo ao nosso trabalho, segundo Freud, ele é o que há de mais variável na pulsão, pois pode ser qualquer um. Com Freud, Lacan (1964/1985, p. 166) afirma que qualquer objeto pode funcionar como objeto da pulsão, à medida que o objeto em si não tem nenhuma importância, pois ele deve ser avaliado quanto à sua *função de objeto*. Esse objeto Lacan o nomeia objeto *a*, objeto causa de desejo, que se aloja em um vazio em torno do qual se estrutura o circuito pulsional: “Nenhum objeto jamais irá satisfazer a pulsão, podemos apenas contorná-lo, objeto eternamente faltoso.” (LACAN, 1964/1985, p. 166). A fonte, *Quelle*, é a representação psíquica da pulsão originária no corpo (boca, seio, ânus). Lacan (1964/1985, p. 167) a descreve como sendo uma estrutura de borda orifical, na qual se dá o ponto de partida de uma determinada pulsão.

A instauração do processo pulsional pode ser acompanhada na relação entre a mãe e o bebê. Ao sentir incômodo, o bebê chora, demandando do Outro uma ação que aplaque sua tensão. Neste momento, entra em cena a mãe – ou alguém que faça a função de cuidador para a criança, que a acolha, que deseje que ela viva e que lhe ofereça o seio -, transformando o estado de tensão em uma experiência de satisfação. Nesse movimento de interpretação que a mãe realiza em relação ao choro do bebê, ela o insere no campo da linguagem, significando e nomeando sua dor, assim como marca e torna o corpo da criança um corpo pulsional. Além disso, ela realiza uma distinção fundamental entre as excitações internas, suscitadas pelas necessidades biológicas – matriz insaciável do desprazer que o homem experimenta como objeto estrangeiro a ele mesmo – e as fontes de excitações externas que fluem sobre a criança, vindas do mundo externo.

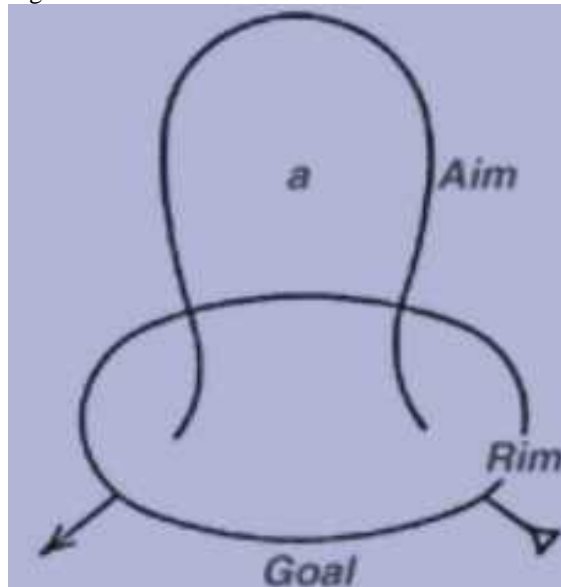
baixo possível. O prazer se relaciona à quantidade baixa de energia, a uma diminuição da excitação no aparelho; ao contrário, o desprazer está relacionado a um aumento de energia, de excitação no psiquismo.

Para Freud (1950[1895]/1974), através desses cuidados vindos da mãe, uma inscrição de prazer se institui produzindo uma marca psíquica, um primeiro traço de memória, configurando uma primeira experiência de satisfação. Assim, quando o desconforto sobrevier novamente, o modo de saná-lo é a reedição dessa primeira satisfação, aquela que teria tirado o sujeito da situação de privação. A via mais imediata para a criança é reativar a percepção que teria propiciado a dita experiência, ou seja, alucinando a satisfação primeira. Percebemos um circuito em busca da primeira experiência de satisfação que jamais se repetirá, mas que transformará a boca em uma zona erógena. Da relação da criança com o primeiro objeto de satisfação, se instaura a busca permanente do objeto para sempre perdido, sempre buscado e nunca reencontrado.

Em Lacan, “[...] o circuito pulsional é uma operação de busca constante pela falta de objeto que pudesse encerrá-lo.” (LACAN, 1964/1985, p. 176). Em outras palavras, a pulsão é um movimento que visa a restaurar na fantasia o lugar de objeto que o sujeito foi para o Outro, enquanto objeto de desejo. O objeto da pulsão, por meio do qual a pulsão atingiria sua finalidade, ou seja, a satisfação, é indiferente à medida que ele está para sempre perdido. Mesmo assim, o sujeito insiste e faz com que o circuito pulsional passe pelo campo do Outro visando a encontrar o objeto. Lá onde está o objeto *a*, constata-se a presença de um vazio, cujo gozo surge da satisfação pulsional. Esse objeto é insubstancial, a pulsão nunca se satisfaz, insiste em contornar o vazio deixado pelo primeiro objeto de satisfação: “é o estatuto de objeto *a* enquanto presente na pulsão” (LACAN, 1964/1998, p. 181). A satisfação da pulsão, que é sempre parcial, acontece quando o alvo é alcançado, ou seja, quando o circuito pulsional circunda todo o circuito que inclui o outro: “É somente com sua aparição no nível do outro que pode se realizar o que é da pulsão.” (LACAN, 1964/1998, p. 175). No final, o sujeito se faz olhar, se faz comer, se faz evacuar e se faz voz – elementos que configuram objetos da fantasia através dos quais apreendemos a realidade.

No entanto, há outra faceta a ser considerada: se para o Outro também somos objeto, condição essencial para sermos desejados, isso pode causar angústia. Este circuito pode ser observado no esquema em que Lacan o representa:

Figura 1 – Curso circular da Pulsão



Fonte: LACAN, 1964/1998

O objeto *a* aponta para o retorno do real do gozo enquanto resto das operações simbólicas de alienação e separação. Dessas operações, resulta o sujeito barrado pelo significante e pelo gozo, permitindo advir enquanto sujeito do desejo por um Outro igualmente barrado. O objeto *a* como resultado desta operação é o que denominamos objeto causa de desejo.

É importante retornarmos ao dualismo pulsional freudiano: as pulsões de autoconservação, ou do eu, e a pulsão de morte. Tal dualismo não se apaga diante da formulação lacaniana, pelo contrário, Lacan o revigora ao retomar a questão do objeto perdido segundo a ótica freudiana de *das Ding*.

Esses elementos exigem que retomemos o conceito de pulsão de morte elaborado por Freud em 1920. Contudo para introduzi-la, buscaremos Freud em um momento anterior, ainda em sua primeira tópica, quando, no texto “A concepção Psicanalítica da perturbação psicogênica da visão” (1910/1974), ele propõe um primeiro dualismo pulsional: as pulsões de autoconservação, ou do eu, e as pulsões sexuais. A oposição entre elas está intimamente relacionada às funções de preservação e manutenção da espécie e, nesse sentido, à reprodução.

Ao longo do desenvolvimento de sua teoria, Freud parte desse primeiro dualismo para propor um novo dualismo pulsional. Reúne as pulsões de autoconservação (ou do eu) e as pulsões sexuais, nomeando-as como pulsão de vida, sendo esta representada pelas ligações amorosas que estabelecemos com o mundo, com as outras pessoas e conosco. Opondo-se à pulsão de vida, encontra-se a pulsão de morte.

Na teoria do segundo dualismo, Freud introduz um elemento novo que vai reorganizar a primeira teoria pulsional. O conceito de pulsão de morte começa a surgir em 1914 no texto “Recordar, repetir e elaborar”, onde Freud tematiza a compulsão à repetição inerente a todo ser humano. De origem inconsciente e, portanto, difícil de controlar, a compulsão à repetição leva o sujeito a se colocar repetitivamente em situações dolorosas, vivências de experiências antigas. No entanto, é apenas em 1920, no texto “Mais além do princípio do prazer”, que Freud declara que o que está subjacente à compulsão à repetição é uma pulsão, à qual lhe dá o nome de pulsão de morte.

A evolução da civilização deve representar a luta entre Eros e Tanatos, entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, tal como ela se elabora na espécie humana. Nessa luta consiste essencialmente toda a vida, e portanto, a evolução da civilização poder ser simplesmente descrita como a luta da espécie humana pela vida (FREUD, 1930[1929-1930/1974], p. 145).

A pulsão de morte coloca em evidência algumas características primordiais que acompanhamos no desenvolvimento freudiano da teoria da pulsão: ela é conservadora, restitutiva e repetitiva. O caráter conservador e restitutivo, chamado por Freud de “retorno ao inorgânico” (FREUD, 1920/1974 p.37), incide sobre seu aspecto repetitivo que opera pela falta de objeto. Ou seja, é do caráter conservador da pulsão que, na ausência de um objeto que a satisfaça, desencadeia a compulsão à repetição. Nesse sentido, como afirma Lacan: “toda pulsão é virtualmente pulsão de morte” (LACAN, 1960, p. 863).

Porém, antes de melhor nos determos nessa afirmação, devemos seguir o que se refere à determinação da pulsão de morte como contrária à pulsão de vida, à tendência ao inanimado. Para Freud (1930 [1929]/1974), viver é avançar em permanência num estado da diferença, conservando a lembrança do tempo da indiferenciação. O princípio de fusão entre a pulsão de vida e a pulsão de morte se anuncia assim: não há morte sem vida, não há vida sem morte. É o princípio que a civilização toma para si para regulá-lo. Assim, “[...] nessa nova dicotomia, a noção de apoio perde sua importância para dar lugar a afirmação mais radical da essencialidade do pulsional enquanto especificando a sexualidade humana: a saber, a falta de objeto” (COUTINHO JORGE, 2007 p. 49), conforme relatamos anteriormente.

Nesse sentido, vimos nas entrelinhas do sétimo capítulo de “Além do Princípio de Prazer” (1920/1974) que toda pulsão é pulsão de morte, afirmação que, como citamos anteriormente, Lacan reitera no “Seminário, *livro II*” (1964/1998). Porém, pouco antes, no “Seminário sobre a Ética da Psicanálise” (LACAN, 1959[1960]/1991, p. 254), ele apresenta a pulsão de destruição como um para além da tendência ao retorno ao inanimado. A pulsão, dita

de morte, assim se apresenta somente à medida que há a cadeia de significante e põe em causa tudo o que existe: “ela é igualmente vontade de criação a partir de nada, vontade de recomeçar, que designa um ponto de abismo, a Coisa, para além da cadeia significante, onde o lugar do ser é posto em causa.” (LACAN, 1959[1960]/1991, p. 257).

A pulsão exige imperiosamente a busca pela satisfação, ocasião em que Freud (1915) destaca a força constante da pulsão. Porém, essa satisfação é impossível de ser alcançada, pois o objeto que daria a satisfação à pulsão é *das Ding*, a Coisa, para sempre perdida.

[...] é exatamente porque a Coisa não existe, que a pulsão é uma força constante, que insiste o tempo todo em tentar obter essa Coisa que jamais aparece para ela. Nós oferecemos para a pulsão pequenos objetos, e ela se satisfaz, apenas parcialmente com estes objetos. O que a pulsão quer é *das Ding*, mas o que ela recebe é o objeto *a*. (COUTINHO JORGE, 2003, p. 31)

O conceito de objeto *a* é desenvolvido por Lacan a partir do conceito de *das Ding*, definido como um objeto para sempre perdido. Sob a égide do Édipo, *das Ding* é o objeto proibido – representado pela mãe – fundamental para a constituição do sujeito do desejo, objeto semelhante que não pode ser apreendido pelo simbólico. O objeto *a* é a sombra que se faz passar pelo ser. Nesse sentido, a satisfação é impossível de ser alcançada, pois o objeto que poderia satisfazer a pulsão é *das Ding*, a Coisa, busca vã e constante de satisfação substituída pelos mais variados objetos.

Para Coutinho Jorge, “o objeto da pulsão de morte é *das Ding*. Lacan deu outro nome à morte, que nós incorporamos ao vocabulário psicanalítico: gozo” (COUTINHO JORGE, 2000, p. 139). Somos movidos por um empuxo ao gozo direcionado à morte, caracterizado por Freud como uma anulação das tensões internas vividas pelo organismo vivo e pelo psiquismo, como a tendência do princípio do nirvana de zerar as tensões internas. O mesmo podemos dizer sobre a droga. Na toxicomania, à droga é atribuída toda sensação de prazer, o nirvana um cessar do sofrimento.

Também podemos pensar a toxicomania como a relação da pulsão de morte e *das Ding* com Lacan (1959[1960]/1991, p. 225), que retoma o texto freudiano “O mal-estar na civilização” (1930[1929]) ao falar sobre a pulsão de morte como recuo àquilo que causa horror, que é insuportável. Em suas palavras: “surge essa insondável agressividade diante da qual eu recuo, que retorna contra mim, e que vem do mesmo lugar da Lei esvanecida, dar seu peso ao que me impede de transpor uma certa fronteira no limite da Coisa.” (LACAN, 1959[1960]/1991, p. 227-228).

Podemos dizer que a droga relacionada à pulsão de morte apresenta essa face dupla de recuo ao que causa horror e acesso ao ilimitado? Essa questão é um convite a não recuar frente ao tratamento das toxicomanias. Além disso, nos faz indagar sobre as possibilidades de trabalho com sujeitos ditos toxicômanos.

Vale notar que não estamos colocando a droga no lugar do objeto *a*, mas no de objeto da realidade. Podemos começar a responder algumas questões a partir de Alberti (2004), quando diz que o sujeito ignora que o que “perde é a sua própria falta e quando a falta falta não há mais desejo possível.” (ALBERTI, 2004, p. 66). Nos casos de toxicomania, há um curto circuito da fantasia, um curto-circuito do campo do dizer que dificulta a simbolização da falta, inviabilizando o sujeito na interrogação de seu desejo que implica o Outro. Vimos em Quinet (2004, p. 170) que “A fantasia é o quadro que o sujeito pinta para responder ao enigma do desejo do Outro; é sua forma de tapar cenicamente o furo no Outro que lhe retorna como castração.” Nesse sentido, a droga seria uma tentativa de reduzir os efeitos do Outro da linguagem e de sua demanda, provocando um gozo particular e independente do outro, neutralizando o efeito da divisão subjetiva que incide sobre o sujeito. Esse gozo, aparentemente fácil e autônomo, provoca uma satisfação curta e rápida com o objeto, no caso a droga.

A droga faz crer que o objeto satisfaz o bastante, que este estaria à altura do desejo. Ao curto-circuitar a fantasia, curto-circuita a castração. Em consequência disso, a fantasia, a qual articula o sujeito dividido a todas as relações possíveis com um objeto que não é um objeto da realidade e como tela ao real da castração, é substituída pela droga e seus efeitos no corpo do ser falante.

Nessa perspectiva, percebemos que a droga coloca-se para o sujeito como uma forma de evitar a castração, obturando assim a angústia que surgiria do encontro com o desejo do Outro marcado pela impossibilidade de haver um objeto que o satisfaça por completo.

Essa articulação permite Freud inscrever a psicanálise no pensamento científico, em detrimento da ilusão: “Ilusão seria imaginar que aquilo que a ciência não nos pode dar, podemos conseguir em outro lugar.” (FREUD, 1927/1974, p. 71). A psicanálise não poderia ter nascido antes da ciência; ela é herdeira da ciência moderna.

Sob essa égide, Lacan afirma em “A ciência e a verdade” (1966/1998, p. 877) que “o sujeito sobre o qual operamos em psicanálise não pode ser outro que não o sujeito da ciência”, pois a ciência justamente não opera sobre o sujeito “que é o seu”. A psicanálise opera sobre um sujeito – e não sobre uma pessoa ou um indivíduo – que é o mesmo da ciência. No entanto, a psicanálise opera sobre aquilo que a ciência descarta.

Em Darriba (2013) vimos que “o fato da divulgação científica postular a possibilidade de uma maestria do saber não faz do cientista o senhor moderno. Este é antes o capitalista, como mostra Lacan”(DARRIBA, 2013, p.10). O resultado da relação entre sujeito e ciência na atualidade desenha-se através da oferta de uma variedade de objetos para sujeitos insaciáveis em suas demandas de consumo. *Gadgets* são fornecidos pela ciência como objetos de gozo, com satisfação imediatista e voraz garantida anulando toda a questão sobre o desejo. É notória a associação feita por Lacan entre a ciência e o capitalismo, quando chega a afirmar o papel preponderante da ciência em relação ao capitalismo, a saber: “o capitalismo reina porque está estreitamente ligado à ascensão da função da ciência.” (LACAN, 1969 [1968], p. 233).

O discurso capitalista – nos diz Lacan (1972) em Milão, quando apresenta pela primeira vez o matema desse discurso – faz com que “[...] *ça marche trop vite, ça se consomme, ça se consomme si bien que ça se consume.* (s.p.)”.⁸ Com tal frase, ele mostra claramente a eficácia do discurso capitalista articulado ao discurso da ciência. A ciência, com seus instrumentos, liga-se ao mercado para não só induzir ao consumo, mas para promover a satisfação no consumo, ou seja, não se trata apenas do consumidor consumido operando através de sua produção uma forclusão *standard* do sujeito do inconsciente, sujeito do desejo porque sujeito castrado.

Quando falamos de uma forclusão *standard*, não estamos nos referindo à estrutura, no caso, a psicose, mas a um sujeito que, pela indução química de substância ou pelo anseio de consumo, pode desconhecer pelo tempo que quiser os limites da lei, o pai, a castração, o incesto e todas as leis que regem a subjetividade resultante do funcionamento do inconsciente e suas leis. Para Lacan (1972), essa rejeição é a expulsão de tudo o que diz respeito ao amor ou, podemos acrescentar, tudo o que diz respeito à diferença sem ser uma psicose. Como consequência, podemos enfatizar que esse modo de laço faz crer que é possível o sujeito encontrar em *um* objeto sua satisfação plena. Podemos então pensar a toxicomania como uma busca de satisfação, não apenas por essa satisfação oferecida pelos *gadgets*: rápida, passageira e ilusória, como também a satisfação de um gozo sem limites, conforme veremos no próximo capítulo.

⁸ Tradução correspondente ao texto: [...] *isso se consome, isso se consome tão bem que isso se consuma.*

2 A TOXIDEZ DO GOZO: TODOS INTOXICADOS?

Desenvolvemos no capítulo anterior a ideia da função da droga como uma saída para o mal-estar causado pelas imposições das leis constituintes da cultura. Salientamos através do texto “Totem e Tabu” (1913) o mito do pai da horda, o pai tirânico que goza de todas as mulheres, obrigando os filhos à abstinência. Os filhos, ao matar e ao incorporar o pai, instituem com sua morte a Lei simbólica barrando a relação incestuosa com a mãe. Esse interdito salienta a função do pai, o que irá resultar na constituição do supereu, instância que promoverá a regulação do gozo. A função do pai em nossa época, a partir do que foi desenvolvido anteriormente, está em declínio, e a conseqüente ação superegoica, ao contrário de limitar, incita o gozo. Esse declínio de um Pai, que antes marcava a exceção para um Pai do mercado, autoriza o consumo desenfreado.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo trabalhar a questão da toxicomania a partir do que Freud e Lacan apresentavam como preocupação: os avanços da ciência e seus efeitos atrelados aos discursos do mercado, que fomenta o consumo de objetos em detrimento do sujeito, o que nos faz questionar sobre a possibilidade de estarmos todos intoxicados.

Para tanto, no subitem **2.1 A teoria dos discursos: do mestre antigo ao mestre moderno**, abordaremos a teoria dos discursos como forma de aparelhar o gozo através da linguagem, salientando o que Lacan fundamentou nesta construção sobre a dificuldade da atualidade em lidar com gozo. Discorreremos sobre cada matema: do mestre, do universitário, da histórica, do analista; e salientaremos o discurso capitalista para fundamentar que os objetos da ciência são tamponadores do desejo, dentre eles, a droga. Nesse caminho, abordaremos no subitem **2.2 Do objeto perdido ao encontro com a droga como objeto da realidade** o lugar que ocupa na cultura o objeto droga, que se distingue do objeto da necessidade bem como do objeto causa de desejo, para então seguirmos com o subitem **2.3 Gozo tóxico e o discurso da ciência: intoxicação generalizada**, em que apresentaremos a relação contemporânea com os objetos da cena do mundo e, pautados em autores como Jaques-Alain Miller, Hugo Freda, Jésus Santiago, Fabián Napasterk, Éric Laurent, entre outros, defenderemos a proliferação de um gozo fora do discurso, o que nos faz evocar a distinção do sintoma que traz uma significação inconsciente, daquilo que chamamos *novos sintomas*, entre os quais se incluem as toxicomanias, que apontam para um gozo fora da cadeia significante e não discursivo, uma vez que a droga faz obstáculo ao laço social. Este obstáculo evidencia-se no fato dos sujeitos ditos toxicômanos apresentarem-se sem uma

questão, sem um sintoma analisável, o que nos leva a pensar nas vias possíveis para a direção de tratamento com o instrumental de que dispõe a psicanálise em sua clínica.

2.1 A teoria dos discursos: do mestre antigo ao mestre moderno

Como escreveu Freud (1930/ [1929]) e como trabalhamos no primeiro capítulo desta dissertação, em relação ao avanço da civilização que corresponde a modificações no aparelho psíquico ou, se quisermos, na subjetividade. A civilização impõe sacrifícios à sexualidade e à agressividade, o que impede qualquer leitura idealizada do sujeito, ao contrário do que fazem as religiões, razão pela qual Freud (1930/ [1929]) diz que a felicidade não se acha incluída nos planos da criação. A fim de suportar tais sacrifícios, lançamos mão do que Freud chamou de "medidas paliativas", considerando que as mais interessantes para evitar o sofrimento seriam as substâncias tóxicas por agirem diretamente sobre a química do corpo, tornando os homens insensíveis ao próprio sofrimento.

A subjetividade de nossa época demonstra a observação freudiana acerca da efetividade da substância tóxica como saída para o *mal-estar* na cultura, absolutamente verificável. Tal solução, porém, além de precária e provisória, é instável. Isso porque essa técnica de manipulação do corpo via substância não evita o retorno de um excedente, nocivo e perigoso, uma vez que no cerne do *mal-estar* há uma inclinação do sujeito ao gozo nocivo. Em outras palavras, por mais que se busque satisfação tóxica com esse objeto de gozo, há sempre um empuxo ao gozo deletério, que corrompe e que destrói.

Podemos assim nos valer da teoria dos discursos entendendo cada discurso como uma forma de laço social que aparelha o gozo através da linguagem, teoria que Lacan trabalha no "Seminário livro 17, *O avesso da Psicanálise*" (1969-70). Este é produto do questionamento de Lacan sobre as rebeldias juvenis de um determinado momento em que o seminário foi proferido, rebeldias essas, relacionadas aos chamados acontecimentos de maio de 1968⁹. Esse foi um momento em que se impôs a reflexões, causando o questionamento sobre as novas formas de laço social. Lacan eleva tais acontecimentos como da ordem do sintoma da política

⁹Maio de 1968, como ficou conhecido, foi um período de turbulência no campo universitário francês. Foi um movimento estudantil que questionou as instituições e o poder, bem como suas bases, dentre elas o próprio saber.

da época, deixando de situá-los como sendo da ordem da sociedade ou de outras categorias fora do alcance da psicanálise.

No livro “Lacan y los Discursos”, Laurent (1992) relata que Lacan se questiona e propõe que o *mal-estar* presente na cultura está relacionado à dificuldade modern com o gozo. Diz que o desenvolvimento da teoria dos discursos funcionou como uma maneira de interpretar “o estatuto e o lugar do gozo na vida contemporânea” (LAURENT, 1992, p. 15). Dessa forma, podemos dizer que no “Seminário *O avesso da psicanálise*” (1969-1970), a escritura dos discursos é uma tentativa de delimitar o lugar do gozo, sua relação com o saber e o estatuto da verdade na vida contemporânea. Neste seminário, Lacan nos apresenta a seguinte definição de discurso:

[...] articulação significativa, o aparelho cuja mera presença do status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem a palavra, que vem em seguida alojar-se neles. Assim, posso me dizer, a propósito desse fenômeno embriagador chamado tomar a palavra, que certas demarcações do discurso nas quais isto se insere seriam talvez de tal natureza que vez por outra, não se a toma sem saber o que se está fazendo (LACAN, 1969-70, p. 177).

O discurso é, como dirá Lacan, “sem palavras” (1969-70, p.11), ou seja, se apresenta para além delas, sendo fundado no dizer que se expressa mesmo quando não há palavras. Lacan se dedica a apresentar o que permanece no discurso como estrutura, e que o essencial é o deslocamento do discurso e não o que a fala comunica. O discurso está a meio caminho entre a fala e a linguagem, participando tanto de uma como da outra. Ele pressupõe certo modo de funcionamento e de utilização da linguagem como laço social conforme aponta Lacan: “[...] mediante o instrumento da linguagem instaura-se um certo número de relações estáveis, no interior das quais certamente pode inscrever-se algo bem mais amplo, que vai bem mais longe do que as enunciações efetivas” (LACAN, 1969-70, p. 11).

Relativo à construção da teoria dos discursos, Lacan faz referência direta a Freud e à repetição, aludindo aos textos “Além do princípio do prazer” (1920) e “Projeto para uma Psicologia científica” (1895) em que Freud promove a inscrição de uma marca de satisfação e ao mesmo tempo a impossibilidade de repetir essa mesma satisfação, instalando a busca incessante dessa experiência com o objeto para sempre perdido, conforme discorreremos no último subitem do capítulo anterior. Lacan coloca o Outro no lugar dessa primeira inscrição, o que promove uma experiência de gozo “[...] inscrita essa marca se produz um sujeito que estará em busca da outra marca, com a produção de uma perda” (LAURENT, 1992, p. 17).

A repetição é pensada por Lacan a partir do traço unário, marca primeira que se refere à origem do significante. Sabemos que para Lacan, o significante é “[...] aquilo que representa o sujeito para outro significante. Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta desse significante todos os demais representariam nada. Já que nada é representado senão para algo.” (LACAN, 1960, p.833). Desse modo, é introduzido o sentido “[...] da repetição inaugural, na medida em que ela é repetição que visa o gozo.” (LACAN, 1969-70, p. 49). Assim, o significante é homologado por ser admitido pelo traço unário e pela repetição, o que o institui como marca.

O primeiro significante, ou a primeira marca de experiência de satisfação, será recalçado, em termos freudianos, dando origem, em termos lacanianos, à cadeia significante. Institui-se, dessa forma, a relação fundamental de um significante com outro significante, da qual resulta o sujeito. No “Seminário, livro 17 *O avesso da Psicanálise*” (1969-70):

[...] um significante a outro significante, e que já produzem efeitos, posto que esse significante não é manipulável em sua definição a menos que isso tenha um sentido, que ele represente, para outro significante um sujeito, um sujeito e nada mais. Não há nada em comum entre o sujeito do conhecimento e o sujeito do significante (LACAN, 1969-70, p. 40).

Quando o S_1 intervém convoca o \$, o sujeito dividido, assinalando que este não é totalmente representado pelo significante. O objeto *a*, conforme veremos no próximo subitem, é a perda inerente as operações lógicas marcando o lugar da repetição relacionada a um saber, ou seja, o gozo. Lacan enfatiza que, a partir da obtenção do gozo, é preciso que ele seja gasto e seja recuperado como “gozo a repetir”. Em suas palavras:

É justamente por ser apreendido na dimensão de perda – alguma coisa é necessária para compensar, por assim dizer, aquilo que de início é número negativo – que esse não-sei-quê, que veio bater, ressoar nas paredes do sino, fez gozo, e gozo a repetir. Só a dimensão da entropia dá corpo ao seguinte – há um mais-de-gozar a recuperar (LACAN, 1969-70, p. 52).

É nessa dimensão de entropia¹⁰, nesse ponto de desperdício, que se descreve o acesso ao gozo, o que nos lança em uma tentativa de recuperá-lo, de compensar essa perda. Esse ponto de perda é o único ponto pelo qual podemos acessar o que há em jogo no gozo. Não se trata de uma transgressão, de “uma irrupção num campo proibido” (LACAN, 1969-70, p. 52), mas de uma perda a ser recuperada.

¹⁰Entropia, palavra originária da termodinâmica, mede a parte da energia que não pode ser transformada em trabalho.

O conceito de mais-de-gozar apontado por Lacan faz com que existam apenas as práticas de recuperação do gozo, evocando a crítica sobre a concepção de que haveria uma reconciliação e um reencontro com o gozo como se não houvesse a divisão do sujeito. Segundo Miller (2007), isso marca o deslocamento operado por Lacan, uma vez que, se o campo do Outro não garante a consistência da verdade, passa-se da ênfase à consistência do significante, à consistência lógica do objeto.

Em seu ensino, Lacan levaria até as últimas consequências a tentativa de fazer funcionar o termo êxtimo, pequeno *a*, no modelo dos significantes. Fazê-lo funcionar como um significante do Outro barrado, no que constitui sua tentativa nos quatro discursos, onde se trata de uma combinatória em que o termo funciona assim, mas com uma advertência: *isto não é um significante*. (MILLER, 2003, p. 47).

O saber não tem nada a ver com o gozo, muito pelo contrário, não se goza onde se sabe, não se sabe onde se goza. Saber, meio de gozo, define-se como saber sobre um gozo que escapa. O saber é meio de gozo à medida que é relacionado ao objeto *a*, “efeito de rechaço do discurso” (LACAN, 1969-70, p. 44). Isso faz com que o trabalho da produção da verdade se inicie, mostrando que ao mesmo tempo esta operação não pode ser destacada dos efeitos da linguagem: “É com o saber como meio de gozo que se produz o trabalho que tem um sentido, um sentido obscuro. Esse sentido obscuro é o da verdade” (LACAN, 1969-70, p. 53). Faz-se assim referência à verdade como irmã do gozo à medida que a verdade está fora da ordem, fora da enunciação, como o gozo também: “A verdade levanta vôo no momento mesmo em que vocês não queriam mais capturá-la.” (LACAN, 1969-70, p. 59).

Outro ponto a ser salientado nesse seminário é a mudança de ênfase dada por Lacan quando inclui o sujeito no campo do gozo, que o próprio Lacan define como sendo o campo lacaniano. Ele salienta a estrutura de interdição do gozo marcada pelo significante, aliando assim o campo da linguagem ao campo do gozo, conforme pontua:

[...] é claro que nada é mais candente do que aquilo que, do discurso faz referência ao gozo. O discurso toca nisso sem cessar, posto que é dali que ele se origina. E o agita de novo desde que tenta retornar a essa origem. É nisso que ele contesta todo apaziguamento [...] o sujeito do discurso não se sabe como sujeito que sustenta o discurso (LACAN, 1970 [1969], p. 73).

Laurent (1992, p. 33) comenta que o campo lacaniano permite ver a singularidade da posição do analista: “Esta é a razão pela qual Lacan pôde chamar campo lacaniano o campo do gozo.” O lugar que ocupa na posição de agente ou dominante é a de causa de desejo. Ele não ocupa o lugar da lei, da burocracia e do sintoma, pois tais lugares já estão ocupados. O

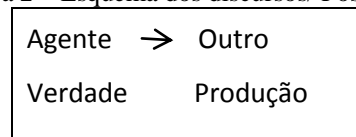
analista faz semblante de causa de desejo, o que lhe permite perceber um pouco mais do que os outros sobre o lugar do gozo.

Lacan (1969-1970) atribui ao Discurso do Mestre o ponto de partida para o desenvolvimento dos outros discursos. O avesso do discurso do mestre é o discurso psicanalítico. Para explicar o discurso do mestre, Lacan retoma a dialética do senhor e do escravo em Hegel e com o matema do discurso do mestre, situou o momento inaugural em que S_1 , o traço unário, o Um da diferença, ao dirigir-se a S_2 , o saber já constituído, faz com que este trabalhe, tendo como efeito $\$$ e também uma perda, o objeto a :

[...] há perda de gozo. E é no lugar dessa perda introduzida pela repetição, que vemos aparecer a função do objeto perdido, disso que chamo a . O que é que isso nos impõe? Não pode ser outra coisa senão essa fórmula pela qual, no nível mais elementar a imposição do traço unário, o saber trabalhando produz, digamos uma entropia (LACAN, 1969-70, p. 50).

Partindo do matema do discurso do Mestre, Lacan propôs outros três discursos: o da Universidade, o da Histórica e o do Analista. Estes são caracterizados por uma forma “quadrípode” giratória, que representa um aparelho algébrico composto por quatro termos – S_1 , S_2 , $\$$ e o objeto a – que giram através de quatro lugares fixos, dispostos da seguinte forma: à esquerda acima, está o lugar do agente ou do semblante; acima à direita, o lugar do gozo ou do escravo ou do trabalho (Outro); à esquerda embaixo, a verdade; à direita embaixo, a produção (o mais-de-gozar, a perda):

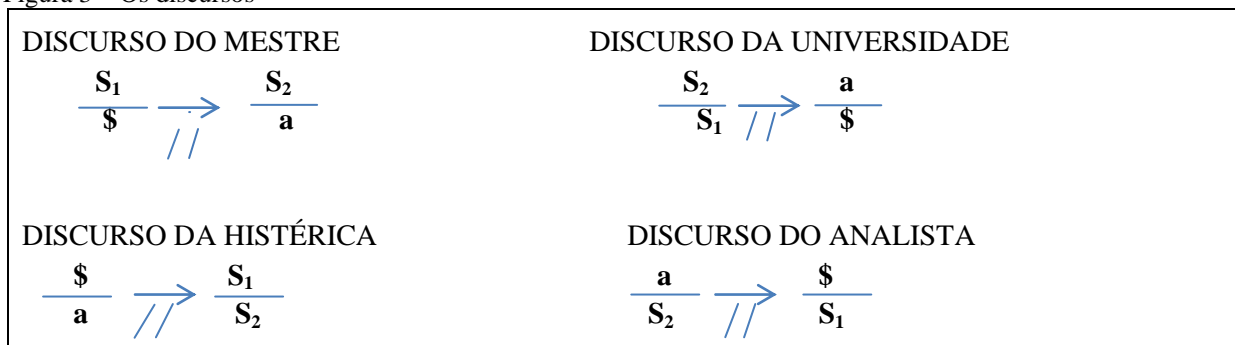
Figura 2 – Esquema dos discursos/ Posição



Os lugares fixos indicam que todo e qualquer discurso, necessariamente, apresenta uma verdade como mola propulsora que põe o aparelho discursivo em movimento. A verdade, definida como *semi-dizer*, é o lugar subjacente ao lugar de dominância, de agente do discurso. Para Lacan, "o agente não é forçosamente aquele que faz, mas aquele a quem se faz agir" (LACAN, 1970[1969], p. 161), ou seja, o agente é aquele que movido por sua verdade, ao intervir no campo do Outro, coloca-o a trabalhar. Do trabalho surge a verdade daquele que está na posição de agente: "quem sempre trabalha é esse que está aqui, no alto e à direita — para fazer a verdade brotar, pois este é o sentido do trabalho" (LACAN, 1970[1969], p. 98). A produção que resulta desse trabalho é concebida como perda, resto ou mais-de-gozar.

As quatro letras presentes no discurso, S1 (significante mestre), S2 (saber), \$ (sujeito) e *a* (mais-de-gozar), circulam nos lugares da verdade, do agente, do Outro e da produção. Esses quatro lugares são fixos; apenas as letras, chamadas matemas, circulam e, dependendo dos lugares que venham a ocupar, verificar-se-á a emergência de um ou de outro discurso. Lacan utiliza-se de vetores para orientar o sentido da cadeia significante e do quarto de giro circular como operador da transformação de um discurso em outro, ou por progressão (sentido horário) ou por regressão (sentido anti-horário), possibilitando assim a circulação dos matemas. Os discursos são formalizados por Lacan da seguinte forma:

Figura 3 – Os discursos



Cada discurso apresenta um lugar de dominância ou de agente: no discurso do mestre, o lugar de dominância (S₁) é a lei; no discurso da histérica, a dominância (\$) está no sintoma; no discurso do universitário, a dominância (S₂) é a burocracia; já no discurso do analista, no lugar de dominância (*a*), está a causa de desejo.

Na formalização dos discursos, Lacan aponta para uma impossibilidade radical presente na estrutura. Essa impossibilidade é representada pelas barras (//), relacionadas tanto ao real, que não cessa de não se escrever, quanto à impossibilidade da relação sexual. As barras da impossibilidade indicam uma não circularidade entre os algoritmos. Em cada discurso há um impossível localizado entre o lugar da verdade e da produção.

Assim, em “O avesso da psicanálise” (1970[1969]), Lacan evidencia sua preocupação com o mundo ordenado pelo saber da ciência. E em razão do que situa a dificuldade contemporânea com o gozo, retoma a partir disso a questão das três profissões impossíveis descritas por Freud: Governar, Educar e Analisar. O discurso do Mestre indica a dificuldade em governar; o da Universidade, a impossibilidade em educar; o do analista, a impossibilidade em analisar. Acrescenta ainda a impossibilidade de fazer desejar. O que esse seminário traz de fundamental é o poder do impossível sobre o real do gozo; há um

impossível em cada discurso, a partir do que nos interrogamos sobre o lugar do gozo na vida contemporânea.

Lacan formulou o Discurso do Analista como avesso do Discurso do Mestre. Se neste, no lugar do agente está S_1 , significante do gozo fálico, e a produção, o objeto perdido, naquele há uma inversão: no lugar do agente, o que é produzido pelo discurso do mestre, é o objeto a . Por sua vez, no discurso do analista, S_2 e $\$$ mudam de lugar, com S_2 ocupando o lugar da verdade e $\$$ a posição daquele que trabalha.

No discurso do analista, o objeto a e o $\$$ estão na primeira linha indicando os elementos da fantasia. Na segunda linha, há descontinuidade entre o saber e o significante mestre. O significante mestre como produção de *mais-de-gozar* é o que faz obstáculo ao saber sobre o objeto causa de desejo, o que revela o ponto obscuro da junção entre o objeto a e o saber no lugar da verdade. O que é interdito é o gozo. No discurso do analista, “ele, o analista é que é o mestre (...) sob a forma de a . É do seu lado que há S_2 , que há saber” (LACAN, 1970[1969], p. 33), saber que se apresenta como semblante de objeto causa de desejo do analisante.

Além dos dois discursos trabalhados até aqui, há que se considerar ainda o discurso da histórica, fundamental para a psicanálise, tendo sido o que levou Freud a formular o inconsciente. No lugar do agente, o $\$$, sujeito dividido, em que o sintoma aparece como dominante e solicita a interpretação. É por reconhecer sua falta que procura preenchê-la, o que faz a histórica instituir alguém como mestre, como aquele que detém o significante mestre. É na posição de mestre que a histórica coloca o analista para, em seguida, destituí-lo desse lugar ao demandar-lhe uma resposta. O objeto a no lugar da verdade em disjunção com o saber faz com que a histórica precise ser objeto a para ser desejada. O valor desse discurso está em manter a pergunta sobre o que vem a ser a relação sexual, cuja resposta é a verdade que está recalcada. O S_2 aparece no lugar da produção.

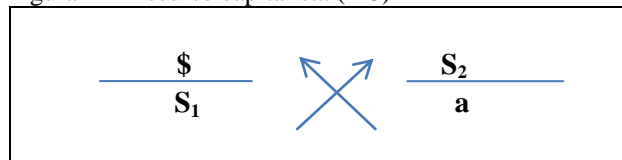
O discurso da Universidade, considerado o alicerce do saber, tem na posição dominante o S_2 , é um sujeito que sabe, é o professor. O a , no lugar do Outro, representa o estudante que, causado pelo desejo, realiza o trabalho de escrever sendo explorado, no lugar do produto o $\$$, e o desejo de saber sempre mais. O S_1 no lugar da verdade ordena não parar, continua sempre sabendo mais, criando os mestres modernos, uma chamada ao mestre capitalista.

Convém enfatizar que em “O avesso da psicanálise” (1970[1969]), Lacan indica que há uma mudança sendo produzida na estrutura do discurso do mestre antigo, isto é, na estrutura do discurso enquanto orientador do laço social. Apesar de já nessa época indicar o

discurso capitalista como substituto do mestre antigo, apenas em 1972 formulará o seu matema. No período da realização do Seminário 17, o laço social dominante era o discurso da Universidade equiparado ao discurso capitalista em função do progresso da ciência. Em “Televisão” (1974), Lacan demarca a predominância do discurso capitalista, que passa a ser o laço social dominante em nossa época. Destaca sua preocupação com o *mal-estar* na modernidade, diagnosticando-o como o produto do discurso capitalista.

Como foi dito, apesar de já fazer menção ao discurso capitalista em “O avesso da psicanálise” (1970[1969]), apenas em 1972, em Milão, na conferência sobre “O discurso psicanalítico”, é que Lacan faz a escritura do matema e sugere:

Figura 4 - Discurso capitalista (DC)



Esse discurso caracteriza-se por uma perversão do discurso do mestre, com \$ e S1 trocando de lugar, além de uma maneira específica de aplicar os vetores em uma direção que indica que nesse discurso não há relação entre sujeito e Outro, a relação se dá entre sujeito e objeto de um modo que o sujeito absorve o objeto.

No discurso capitalista, no campo do sujeito está o agente (\$) – o consumidor –, movido por uma verdade (S1) – o capital ou dinheiro. Sendo assim, no discurso capitalista quem dita a verdade é o capital. No campo do outro, encontramos o saber, nesse caso, o saber da ciência (S2) totalmente desvinculado do sujeito, e cuja produção (*a*) são os objetos de consumo ou *gadgets*. No discurso capitalista, a ciência se torna produtora de objetos de consumo, objetos produzidos na intenção de tamponar o desejo, conforme veremos no próximo item.

Para Lacan, a produção dos discursos referenciada a Freud e à repetição indica, em um primeiro momento de seu ensino, a repetição como repetição significante. No seminário de (1970[1969]), a repetição é devida ao gozo. Lacan nos diz que "a repetição se funda em um retorno do gozo [...] na própria repetição há desperdício de gozo" (LACAN 1970[1969], p. 44). A repetição tanto produz como efeito uma perda de gozo como também introduz um suplemento da perda de gozo. É no lugar dessa perda, no intervalo introduzido pela repetição, que aparece a função do objeto perdido. Nele vêm alojar-se certo número de objetos comuns que funcionam como tampão da falta de gozo, objetos forjados pela indústria e pela ciência.

No caso das toxicomanias, a droga funciona como um artifício eficiente possibilitando que não se defronte com a perda, resultante da castração. A droga presta-se assim para o empuxo ao gozar. Diferentemente de alguns casos em que a compulsão à repetição caracteriza sintoma, o toxicômano não faz da toxicomania um sintoma. Esta é uma forma de velar a interpelação sintomática, por isso, a chamamos de *novo sintoma*, já que não apresenta uma mensagem a ser decifrada como no sintoma clássico. Os *novos sintomas* não se remetem a nada, trata-se de um gozo solto; surgem em determinado momento da cultura onde o discurso da ciência, atrelado ao mercado, produz um sensível e mediato efeito na relação do sujeito com um objeto. Esse lugar de velamento que a droga realiza nos faz questionar então de que objeto se trata e qual a relação deste com o objeto perdido. No próximo subitem, orientados pelas indagações aqui expostas acerca do objeto na teoria dos discursos, prosseguiremos buscando situar qual é a função do objeto droga na economia psíquica.

2.2 Do objeto perdido ao encontro com a droga como objeto da realidade

Retomaremos aqui o conceito de objeto e sua relação com o desejo em psicanálise a partir do que Freud, desde o início de sua obra, enunciou sobre a natureza alucinatória da satisfação. Tal formulação vem desde os seus escritos sobre neurologia, nos quais defende que a satisfação mítica desempenha um papel fundamental na constituição do desejo. Em sua teoria sobre os sonhos, Freud descreve com mais clareza tal concepção a partir da afirmação de que os sonhos são realizações alucinatórias de desejo. Nesse sentido, podemos compreender que Freud, ao se referir ao desejo, inclui a dimensão da falta e da parcialidade, uma vez que indica a impossibilidade de satisfação do desejo.

A partir da teoria dos sonhos, podemos esclarecer algumas questões relativas ao objeto causa de desejo, o qual está sempre além. Objeto de outra cena, *eine andere schauplatz* - como Fechner descrevia ao falar dos sonhos no texto freudiano “A interpretação dos Sonhos” (1900/1974) – difere da cena da vida de vigília. É na cena do inconsciente que devemos situar a relação pulsional do sujeito com o objeto em uma tentativa de satisfação. Trata-se apenas de uma tentativa, pois o objeto em questão não pode ser alcançado, mas apenas contornado pela pulsão, uma vez que se aloja em um vazio, razão pela qual a pulsão nunca se satisfaz.

O conceito de sujeito proposto por Lacan a partir da releitura de Freud propiciou a formulação desse conceito como não apenas marcado pelo significante, mas também causado

pelo objeto designado como causa de desejo e depois, causa de gozo. Nesse sentido, tomemos o comentário de Jacques-Alain Miller (1992) como bússola para iniciarmos nesta dissertação a relação do sujeito com outro objeto, neste caso, o objeto droga:

Não é uma definição da toxicomania, e sim uma tentativa de definição da droga enquanto tal. Talvez há que lhe dar todo seu valor. Talvez na experiência analítica nos perguntemos menos pela toxicomania que pela droga em sua relação com o sujeito (MILLER, 1992, p. 16).

Orientando-nos pela relação entre objeto droga e o sujeito, em Santiago (2001), percebemos as possíveis relações entre a materialidade do produto “droga” e seus efeitos, ou seja, essa relação pode estar vinculada às particularidades do sujeito. O toxicômano faz a droga, e não o contrário, conforme destacaremos ao longo desta dissertação. O que quer isso dizer? Que é preciso saber que lugar tem a droga na economia psíquica do sujeito. Seu papel de *pharmakon* em seu duplo sentido de remédio ou de veneno dependerá do uso que o sujeito fará desse objeto.

Portanto, há que se questionar: quando ocorre o momento em que se passa do uso ao abuso e que efeitos cumpre a droga, não só no gozo do corpo, mas em que circunstâncias ela torna-se um recurso e para quê? É importante levar em conta as coordenadas lógicas de seu uso porque elas existem. Há ditos na droga que é preciso saber ler, ou seja, há aí um cálculo como forma de enfrentar a ausência, o vazio produzido pela desvalorização da palavra. A toxicomania, por se tratar de um novo sintoma pouco loquaz, é um fazer em detrimento do dizer.

Há ditos na droga! Este trocadilho nos provoca a distinguir sobre a adicção e a toxicomania e, deste modo, melhor conduzir neste estudo o que estamos chamando de toxicomania, e o que da adicção – “há ditos” – poderá contribuir na condução clínica desses casos. Segundo Miller a adicção:

... é a raiz do sintoma que é feito da reiteração inextinguível do mesmo Um. É o mesmo, quer dizer, precisamente, não se adiciona. Não teremos jamais o “bebi três copos, portanto, é suficiente”, bebe-se sempre o mesmo copo uma vez mais. Essa é a raiz do sintoma. É neste sentido que Lacan pôde dizer que um sintoma é um *etcétera*. Quer dizer, o retorno do mesmo acontecimento. (MILLER, 2011p. 6)

A massificação das toxicomanias se torna emblemática quando relacionada as mudanças sintomáticas de que a contemporaneidade dá testemunho. Neste sentido, quando a introduzimos no campo dos *novos sintomas*, entendemos-na como um sintoma que não

porta um enigma a ser decifrado, que “vai na contramão da vertente simbólica do sintoma como mensagem. É o sintoma que não pede nada, que é fixação de gozo”. (TARRAB, 2006, p. 2) Diferencia-se, assim, da adicção a qual, como raiz do sintoma, marca a repetição sintomática a ser decifrada, e como uma “dose a mais” aponta a sua relação com o gozo. Cabe buscarmos nos ditos toxicômanos, os adictos – há ditos, que a droga silencia?

Nas toxicomanias, a repetição envolvida é um retorno do já conhecido e não traz nada de novo. Se a repetição cria a alteridade, o toxicômano e o alcoolista fora da cadeia significativa através de seus *acting outs*, atos endereçados ao outro, não distinguem o intervalo entre as ingestões da droga, saltam o tempo de compreender¹¹ tornando-se presas de um ato que não comporta a dimensão da ética, que concerne ao desejo. É uma questão que nos instiga a interrogar sobre essa clínica e não recuar frente às complexidades envolvidas. E balizados pelo discurso psicanalítico, admitimos a singularidade em detrimento da exclusão, conforme direcionam os ditos capitalistas que, por vezes, configuram o silêncio como sendo a saída, silêncio representado pelo uso de objetos, dentre eles, a droga.

Neste caminho de pesquisa, partiremos do que Lacan retoma em Freud sobre o conceito de objeto em psicanálise para conduzir a construção de respostas aos questionamentos elencados que se referem ao objeto droga. Lacan retomará a concepção freudiana sobre o objeto em “O seminário, livro 4, *A relação de objeto*” (1957 [1956]), em que critica o movimento pós-freudiano quanto a essa noção. Nesse seminário, Lacan, ao mesmo tempo em que promove a noção de significante e o primado do falo ao retomar o caso “pequeno Hans”, também reformula a noção de objeto. Criticando o evolucionismo reinante na teoria psicanalítica, ele problematiza a teoria dos estágios evolutivos da libido e diferencia de maneira rigorosa o objeto da necessidade (de ordem biológica, direcionado diretamente à sobrevivência) do objeto do desejo, resultante este da relação com o Outro materno. É também a partir dessa crítica, que Lacan, em “O seminário, livro 10, *A angústia*” (1963

¹¹No texto sobre o tempo lógico e a asserção da certeza antecipada, Lacan data três tempos lógicos: Instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir. Ele constrói esses momentos lógicos em relação aos sofistas gregos, tomando como exemplo o famoso apólogo dos três prisioneiros que, para ganharem a liberdade oferecida pelo diretor do presídio, têm que acertar a cor do disco que está preso às suas costas, e justificar sua resposta por um procedimento lógico. Nos três tempos lógicos referidos, a instância temporal irá apresentar-se de um modo distinto em cada um deles. O primeiro, o instante de ver, dominado pelo olhar e pela presença de um referente, é o momento de lampejo, em que o tempo é igual a zero. Esse tempo não é suficiente para se resolver à situação desconhecida; torna-se necessário um tempo de compreender. Esse segundo tempo exige a espera; supõe a duração de um tempo de reflexão. A espera, em seu valor lógico, é condição essencial para a resolução do sofisma, não devendo ser confundida com o adiamento do ato no sujeito obsessivo. O terceiro tempo, o momento de concluir, exige uma urgência, o sujeito não sabe o que os outros irão fazer e então o obriga a agir, apressa seu julgamento e antecipa seu ato.

[1962]), reformulará outro conceito de objeto, o objeto *a*, que ele considera sua maior contribuição à psicanálise.

A orientação teórica de “O seminário, livro 4, *A relação de objeto*” (1957[1956]) trata da relação do sujeito com o objeto como resultante lógica das operações de alienação e separação, a partir das quais se constitui uma relação com um objeto que não é um objeto da realidade, mas objeto causa de desejo. Lacan defende a tese de que o desejo se articula à falta de objeto, ao objeto perdido freudiano, o qual se busca em vão encontrar. O encontro é, pois, sempre faltoso. De acordo com Coutinho Jorge (2001, p. 28), “para Lacan, o objeto não é encontrável, enquanto que, para Freud, ele é um objeto perdido”. A distinção entre *perda e falta* do objeto poderá ser entendida através do conceito de recalque orgânico em Freud.

[...] com o conceito de recalque orgânico – recalque que teria sido produzido pelo advento da postura ereta em algum momento da evolução – o objeto instintual teria sido perdido e ter-se-ia inaugurado o modo de funcionamento pulsional. Assim é que podemos entender o objeto perdido em Freud, ou seja, [...] “o objeto teria sido perdido desde sempre para a espécie e esta perda (que se inscreve para cada sujeito como *falta originária* de objeto) tenderá a ser repetida em cada sujeito através da perda do objeto materno” (COUTINHO JORGE, 2001, p. 28).

Para Lacan, diz Coutinho Jorge (2001), o objeto perdido da espécie humana nomeia-se *das Ding*, e o objeto perdido da história de cada sujeito será entendido como objeto causa de desejo, objeto *a*. É marcada assim a diferença entre esses objetos e, ao mesmo tempo, uma estreita ligação. Nas palavras do autor: “por trás dos objetos privilegiados de seu desejo, o sujeito irá sempre se deparar de forma inarredável com a *Coisa* perdida da espécie humana” (COUTINHO JORGE, 2001, p. 142).

A *Coisa* perdida da espécie humana, *das Ding*, foi abordada por Lacan a partir do “Projeto” (1950[1895]), obra na qual Freud destaca o complexo de *Nebenmensch* (*semelhante ou próximo*). O *infans*, através do cuidado vindo do outro, o semelhante ou próximo, vive esta relação com o objeto primordial, o qual seria simultaneamente o primeiro objeto-satisfação e o primeiro objeto hostil.

Através do *próximo*, iniciamos a separação, pois o objeto primordial é dividido em duas partes: uma que diz respeito ao complexo de percepção e aos estímulos *novos e incomparáveis*, como os traços na esfera visual; e outra que se refere aos complexos perceptíveis passíveis de serem reconhecidos pelas vivências do sujeito, como os movimentos das mãos ou o grito. Este é o *complexo do próximo*, é por meio do semelhante que o humano pode reconhecer-se. Ele se divide em dois componentes: um que se inscreve como traço de memória e outro que permanece inassimilável.

Instaura-se a primeira divisão do aparelho psíquico. De um lado, temos o que foi representado, ou seja, o que do outro se inscreveu via significante no inconsciente. De outro, o que se perdeu, restando inassimilável à estrutura, e que, no entanto, coloca em movimento o aparelho psíquico. Lacan (1960[1959]) destaca que esse inassimilável, ponto não apreendido de algo que vem do Outro, constitui-se como vazio em torno do qual giram as representações psíquicas à procura de um reencontro do objeto original perdido por excelência:

[...] assim o complexo do próximo (*Nebenmensch*) se separa em dois componentes, um dos quais se impõe por um aparelho constante, se mantém coeso como uma coisa (*Ding*) do mundo, ao passo que o outro é compreendido por um trabalho mnêmico, referente a alguma informação do corpo próprio do sujeito. (FREUD, 1895, p. 448).

Acrescento *das Ding* como o próprio correlato da lei da fala em sua mais primitiva origem, nesse sentido que *das Ding* estava lá no início, que é a primeira coisa que pôde separar-se de tudo que o sujeito começou a nomear e articular, que a própria cobiça em questão se dirige, não a uma coisa que eu deseje, mas a uma coisa na medida em que é a coisa do meu próximo”. (LACAN, 1959-1960, p. 105-106).

Lacan complementa salientando que “o *Ding* é o elemento que é, originalmente, isolado pelo sujeito em sua experiência do *Nebenmensch*, como sendo, por sua natureza, estranho” (LACAN, 1959-1960, p. 68-69). Na divisão do complexo do próximo (*Nebenmensch*), podemos dizer que, de um lado, os significantes se associam em cadeia, e de outro, os significantes não se associam a coisa alguma. É por isso que os chamamos de *Coisa*, porque não se associam a outros significantes.

É em torno de *das Ding* que se orienta o movimento desejante, o objeto que representa o Outro absoluto para o sujeito e que se tenta reencontrar. É justamente como objeto para sempre perdido que Freud o designa, quando diz que “o objetivo primeiro e imediato da prova da realidade não é o de encontrar na percepção real um objeto que corresponda ao representado, reencontrá-lo, convencer-se de que ele ainda está presente” (LACAN, 1959-1960, p. 68-69).

Lacan ressalta que não se trata de querer situá-lo na mãe, como fez Melaine Klein. Essa distinção aplicada no contexto da relação de objeto é aquela entre *das Ding* e o objeto materno: “Pois bem, rogo-lhes considerar toda a articulação kleiniana com a chave que lhes forneço. A articulação kleiniana consiste nisto – ter colocado no lugar central de *das Ding* o corpo mítico da mãe” (LACAN, 1960[1959], p. 133).

No seminário sobre a ética, Lacan (1960[1959]) aponta que o grande erro dos psicanalistas sobre as teorias da relação de objeto é a confusão entre *das Ding*, o objeto radicalmente perdido, origem da falta ôntica da estrutura, e a mãe, objeto ao qual o sujeito

deverá renunciar em sua história edípica. Em termos freudianos, trata-se da distinção entre filogênese e ontogênese, diferenciação que Freud sempre manteve viva em sua obra e que deveria enriquecer a concepção científica do inconsciente.

Mantendo o caráter real, faltoso, *a Coisa* comparece a cada vez que o sujeito supõe reencontrar o objeto. Para Lacan (1959-1960, p. 149), *das Ding* é essa *Coisa*, o que do real primordial padece do significante.

Digamos hoje, que se ela ocupa esse lugar constituição psíquica que Freud definiu sobre a base da temática princípio do prazer, é que ela é essa *Coisa*, o que do real – entendam aqui um real que não temos ainda que limitar, o real em sua totalidade, tanto o real que é o do sujeito, quanto o real com o qual ele lida como lhe sendo exterior – o que, do real primordial, diremos, padece do significante (LACAN, 1960[1959], p. 149).

Lacan (1960[1959], p. 60) seguindo a orientação freudiana faz a distinção entre os termos em alemão *das Ding*, nunca encontrada, e *Sache*, “é justamente a coisa, produto da indústria ou da ação humana enquanto governada pela linguagem”. Freud ressalta que, entre coisa (*Sache*) e palavra (*Wort*), há uma relação de par, daí falar de *Sachvorstellung* – representação-coisa – e *Wortvorstellung* – representação-palavra. Em suas palavras, Lacan diz: “*Sache* e *Wort*, estão, portanto, estreitamente ligados, formam um par. *Das Ding* situa-se em outro lugar. [...] o que há em *das Ding* é o verdadeiro segredo (LACAN, 1960[1959], p. 60).”

Na tentativa de distinguir o objeto droga do objeto perdido – causa de desejo – seguiremos no desenvolvimento desta dissertação pelas formulações sobre o conceito de objeto, salientando a condição do objeto causa através da relação como Outro, diferenciando-o do objeto droga, condensador de gozo, gozo do próprio corpo sem mediação simbólica.

Como já relatamos, Lacan procede a formalização do objeto *a* em “O seminário livro 4, *a relação de objeto*” (1957[1956]), em que retoma a noção freudiana de objeto perdido enfatizando a significação fálica. Define a falta de objeto como uma operação articulada em três registros: Real, Simbólico e Imaginário, nos quais entram em jogo o sujeito, o objeto e o Outro (o Pai), este como agente da operação de castração, frustração e privação. Lacan passa a explicitar o objeto enquanto faltoso, afirmando que “jamais, em nossa experiência concreta da teoria analítica, podemos prescindir de uma noção da falta de objeto como central. Não é um negativo, mas a própria mola da relação do sujeito com o mundo” (LACAN, 1957[1956], p. 35).

Nesse seminário, podemos perceber que a questão central delinea-se da seguinte forma: como se dá a relação entre o objeto de desejo com o sujeito que dela advém? O argumento de Lacan é que o desejo se articula à falta de objeto, ao objeto perdido freudiano que se buscaria reencontrar. Então qual a relação entre o sujeito dito toxicômano e o objeto droga? Tal questionamento orientado pelo conceito de objeto em psicanálise deverá favorecer o manejo clínico quanto ao lugar do sujeito que se diz toxicômano, uma vez que equivocadamente o estatuto do objeto (droga) é evidenciado em detrimento do sujeito. O sujeito fica reduzido ao objeto de consumo. Trata-se, portanto, no trabalho com o toxicômano, de dar lugar ao sujeito do inconsciente, marcado por um significante que o singulariza. No caso do sujeito aqui em questão é um sujeito intoxicado por um gozo deletério.

Como dizíamos, Lacan vai diferenciar três modos de falta do objeto. Sua construção principal será em torno do objeto fálico a partir de três operações: frustração, privação e castração:

Na castração, há uma falta fundamental que se situa, como dívida, na cadeia simbólica. Na frustração, a falta só se compreende no plano imaginário, como dano imaginário, na privação, a falta está pura e simplesmente no real, limite ou hiância real (LACAN, 1957[1956], p. 54).

Os três modos de falta de objeto sustentam o argumento de Lacan, ou seja, articular castração-desejo-objeto. O conceito de frustração, que não é rigorosamente um conceito originário de Freud, deve ser diferenciado de privação. Partindo daí, esse seminário salienta a fundamental importância da relação da mãe com a falta e seu posicionamento como mulher. Esse Outro, que é a mãe, instaura a relação do sujeito com o objeto do desejo, relação imaginária eu-outro. O falo como resultante da operação da metáfora paterna regula a relação mãe e filho sob as formas do ser ou do ter.

Ao definir a falta de objeto articulada aos registros Real, Simbólico e Imaginário, destacamos que no momento desse seminário Lacan privilegia o registro simbólico, já que é este que sustenta o imaginário. O real, neste ponto do desenvolvimento teórico de Lacan, pouco se diferencia da realidade, ainda que se apresente em seu caráter de repetição. Pode-se então relacionar as faltas a esses registros: na privação, o furo é real, a ausência de algo que não se tem; na frustração, trata-se de um dano imaginário, da reivindicação não atendida; na castração, noção freudiana coordenada à lei primordial, trata-se da dívida simbólica.

A falta no registro da privação incide de modo diferente para a criança e para a mãe. A mãe se vê privada da criança como objeto do desejo, ou seja, o filho não completa a mãe, não

a satisfaz inteiramente como objeto simbólico. A criança é privada da mãe enquanto objeto real da satisfação de sua necessidade (alimento). O agente da privação para ambas é o pai imaginário, ou seja, aquele que intervém na relação primordial separando a mãe e a criança.

Quando a não saciedade se restabelece o sujeito alucina o seio o que se revela na alternância presença-ausência, o desejo mais além da demanda, que a própria falta fálica da mãe induz, demarcando um exemplo paradigmático da privação: a castração feminina. Por se tratar de um “furo real”, a privação irá requerer a simbolização do objeto. Conforme nos orienta Lacan: “A privação está no real, completamente fora do sujeito. Para que o sujeito apreenda a privação, é preciso inicialmente que ele simbolize o real” (LACAN, 1957[1956], p. 55). A simbolização do real introduza criança na ordem simbólica.

O chamado pai imaginário, segundo Lacan (1957[1956], p. 225), seria aquele “com quem lidamos o tempo todo. É a ele que se refere, mais comumente, toda a dialética, a da agressividade, a da identificação, a da idealização pela qual o sujeito se identifica ao pai”, aquele que interrompe a relação entre a mãe e a criança. A mãe instaura a matriz simbólica, a partir da frustração que passa a se apresentar como real. Esta aparece então com grande potência, à qual a criança se submete numa dependência aterrorizadora. Lacan (1957 [1956]) usa a figura da mãe insaciável para dar a dimensão da voracidade de seu desejo, diante da qual a função do pai é mediar.

A potência materna está atrelada à mudança provocada no estatuto dos objetos. A mãe passa a ser a detentora de objetos de dom simbólicos que podem ser oferecidos ou não à criança. Desse modo, articula-se a falta da criança, a frustração da “necessidade” de objetos reais de satisfação, com a falta da mãe. A mãe pode não atender ao apelo que a criança lhe faz, o que a torna para a criança uma potência real, não mais apenas a mãe simbólica submetida ao ordenamento simbólico do Nome-do-pai. O objeto também muda de estatuto, tornando-se simbólico à medida que a mãe pode dá-lo ou não. Este então se torna o símbolo de seu dom, de seu amor.

Com o ingresso da criança na dialética da frustração, entendemos que o objeto real não necessita ser específico, apesar de não ser em si indiferente:

Mesmo que não seja o seio da mãe, nem por isso ele perderá algo do valor de seu lugar na dialética sexual, de onde se origina a erotização da zona oral. Não é o objeto, em seu interior, que desempenha o papel essencial, mas o fato de que a atividade assumiu uma função erotizada no plano do desejo, o qual se ordena na ordem simbólica (LACAN, 1957[1956], p. 188).

As demandas insistentes e intermináveis da criança indicam que não é do objeto real que se trata, o que se demanda é sempre o amor, o objeto do dom. Salientamos que para um objeto ser signo de amor, deve estar necessariamente relacionado à falta. Lacan diz: “amar é dar o que não se tem” (LACAN, 1961[1960], p. 41), ou seja, é reconhecer a falta e, transmiti-la.

Quanto à castração, é a operação simbólica realizada pelo pai real sobre um objeto imaginário, o pênis. Lacan articula a presença do pai à lei, e a presença da mãe, ao lugar do Outro, ou seja, a mãe lacaniana ocupa no real o lugar do Outro primordial, o Outro real da demanda, para onde se dirigirá a demanda a partir das necessidades. Se a lei do pai intervém, instala-se a dialética da demanda e do desejo no lugar do Outro.

Assim, entra em cena o pai real. Para Lacan, “é ao pai real que se defere, efetivamente, a função de destaque no complexo de castração” (LACAN, 1957[1956], p. 226). Será esse o agente que pode vir a regular esse novo (des) encontro entre mãe, criança e falo, instituindo um quarto elemento para operar a castração materna e assim liberar a criança do desejo insaciável da mãe. Essa seria a saída pelo complexo de castração, terceiro registro possível da falta, que permite a estrutura simbólica pela operação da lei e que regulamenta as trocas entre sujeitos: a interdição do incesto.

Com a operação simbólica da castração efetuada pela função paterna, o falo (enquanto objeto imaginário da dialética da castração) é elevado ao estatuto de objeto simbólico e pode ser buscado pelo menino e pela menina. Afinal, numa dialética simbólica, “o que não se tem é tão existente quanto o resto” (LACAN, 1957[1956], p. 125). O falo é a moeda principal que possibilitará as futuras trocas da criança com o Outro. A castração vem dizer para o sujeito que seus objetos imaginários, apesar de estarem postos no lugar do que falta, não promovem a completude. Nesse sentido, o Édipo constituinte da castração produz uma saída simbólica e, por isso, mais estável. Esse é um importante momento do devir do sujeito, uma vez que a castração reordena as relações do sujeito com a falta e dá um novo estatuto ao falo, que de objeto imaginário é alçado à condição simbólica.

Podemos perceber a relação entre privação e castração quando se articulam ao ponto em que o falo, como objeto imaginário, torna-se simbólico, ou seja, produz a chamada significação fálica. A criança, tentando preencher o enigma do desejo materno, passa pela ação simbólica da castração, que é sempre castração materna.

Importante salientarmos, neste ponto, a distinção entre necessidade, desejo e demanda, uma vez que elas relacionam-se com a falta. Podemos dizer que se levarmos em consideração apenas o organismo, não haverá distinção entre necessidade, desejo e demanda. O organismo

é um amontoado de carne e ossos que atravessado pela linguagem se torna corpo, corpo simbólico ao ser interpretado pelo Outro materno que “não implicado na necessidade surge na demanda como intérprete” (BENTES, 1997, p. 160), provocando uma ação psíquica que ao desnaturalizar o organismo através da linguagem, o introduz no campo da demanda, que para Lacan, é “aquilo que, a partir de uma necessidade, passa por meio do significante dirigido ao Outro” (LACAN, 1958[1957], p. 91). Nesse momento, “não se pode separar o que é da ordem do desejo da mãe, que interpreta o choro do bebê oferecendo-lhe o que a partir de sua interpretação possa “satisfazê-lo”, do que é da ordem da demanda” (BENTES, 1997, p. 160).

A demanda e o desejo têm em comum a falta de objeto. Para Lacan (1960, p. 828), “o desejo se esboça na margem estreita em que a demanda se desgarrar da necessidade”. Nesse sentido, entendemos que a necessidade passada ao significante deixa um resto por se inscrever, não-traduzível em demanda, deixa sempre algo de fora, uma falta a ter ou a ser, um resto não atingido, chamado *desejo*.

No caso das toxicomanias, a droga não está referida ao objeto causa, objeto que marca um fracasso, uma falha. A droga é designada pelo sujeito como objeto do desejo, objeto da realidade, através do qual o sujeito tenta apagar, suturar a falta que o define.

O desejo é desejo do Outro (LACAN, 1963[1962], p. 32), relação na qual o sujeito constitui-se como sujeito do desejo e do gozo. Nesse sentido, partindo de Freud em sua elaboração sobre a sexualidade, Lacan resgata e salienta como um ponto importante, que destacamos nas palavras de Coutinho Jorge (2001, p. 139): “no cerne da sexualidade humana figura uma falta de objeto”. E depois, “[...] o núcleo do inconsciente é constituído por essa falta originária de objeto e é em torno desse furo que o inconsciente se estrutura enquanto linguagem” (COUTINHO JORGE, 2001, p. 142).

Nesse sentido, as toxicomanias são concebidas como sendo uma das formas pelas quais o sujeito evita confrontar-se com a castração, obturando a angústia que surgiria como resultado do seu encontro com o desejo do Outro, desejo que, enquanto tal, traz a marca do objeto para sempre perdido e, portanto, não há um objeto que satisfaça por completo. A droga provoca uma experiência plena de satisfação, fazendo rejeitar qualquer outro objeto que ofereça uma satisfação parcial. Para Brousse (2005), esse objeto não interpela nossa divisão, estremece-a e se apresenta como o parceiro silencioso que apagará os traços da castração pela linguagem.

Podemos destacar que o objeto causa de desejo e o objeto da demanda nada tem a ver com o objeto droga, que situamos como objeto da realidade, objeto de consumo quase sempre pela via do excesso, objeto de gozo, nada mais. A seguir, discutiremos de que gozo se trata.

2.3 Gozo tóxico e o discurso da ciência: intoxicação generalizada

O gozo por natureza é tóxico, e o sintoma é seu envoltório formal¹² (o envoltório significante). Não há sintoma onde não há gozo, o que torna difícil a leitura do que chamamos aqui de *novo sintoma*, ou seja, a toxicomania e o alcoolismo. Essa dificuldade reside no fato destes sujeitos ditos toxicômanos descreverem na palavra. São sujeitos que querem gozar, gozar e gozar de um mais que contém o germen silencioso da pulsão de morte, o empuxo a um gozo deletério, pois descreem da linguagem no simbólico e de suas leis, às quais todos estamos assujeitados, em qualquer lugar da cadeia geracional.

Diferentemente do sintoma analisável, que porta uma questão que remete à fantasia como anteparo frente ao real, este tipo de sintoma chamado *novo sintoma* retrata um sujeito que se nomeia a partir de um objeto da realidade que encerra um gozo do qual não pode livrar-se, uma vez que reconhece apenas os efeitos de gozo imediatos proporcionados pela substância, seja ela lícita ou ilícita.

Trata-se no toxicômano de um gozo que toma o corpo por indução química. Na toxicomania, o gozo não se faz por indução significante, pois esta conduza uma questão a ser formulada no dispositivo analítico. Esta perpassa toda a vida do sujeito, seu sintoma, seu mais singular, articulada a fantasia que sustenta o desejo. A fantasia irá emoldurar esta falta, como uma “janela para o real”, diz Lacan na “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”, em “Outros escritos”. O que acontece nos casos de indução química, é que através da droga o sujeito encontra uma solução que funciona como anteparo à fantasia, suturando a divisão do sujeito, subtraindo-o da condição de sujeito desejante. Ao prescindir do corpo do Outro, evitando a castração, o gozo retorna para o próprio corpo do sujeito, promovendo a ilusão de completude.

O gozo toxicomaníaco é um gozo auto-erótico como modo de satisfação pulsional. Freud, em “Introdução ao narcisismo” (1914), observou que amamos para não adoecer e que adoecemos por não podermos amar. Lacan retoma essa afirmação na formulação “só o amor permite ao gozo condescender ao desejo” (LACAN, 1963[1962], p.197). Assim, a castração encontra-se indissolúvelmente ligada ao amor.

¹²Lacan articulou a relação do universal dos diversos tipos de sintoma com o particular de cada sujeito, através da idéia de um "envoltório formal do sintoma" Este termo, utilizado por Lacan no texto "De nossos antecedentes" (1966/1998), surge de um certo retorno à psiquiatria clássica de Claubault, e por ocasião do seu famoso caso Aimée, quando diz: "Pois a fidelidade ao envelope formal do sintoma, que é o verdadeiro traço clínico do qual tomamos o gosto, nos leva a este limite de onde ele retorna em efeitos de criação".

A dimensão do desejo aí se inclui. Amamos apesar do que ao outro falta por supormos encontrar no parceiro o complemento de ser do qual carecemos. O sujeito necessita crer no Outro para tratar a sua falta a ser. O gozo toxicomaniaco, extraído do próprio corpo por indução química, como dissemos acima, impede a passagem ao enlaçamento do corpo do outro. Tal como a masturbação que é outra maneira de gozo auto-erótico, permite ao sujeito eximir-se do gozo fálico como regulador da fantasia. É o gozo do seu corpo:

O toxicômano só quer um gozo o de seu corpo. A ligação do objeto da pulsão com a fonte parece solidificar um circuito libidinal que remete ao autoerotismo, quer dizer, ao gozo impossível do Um, do mesmo (gozo que o sujeito soletra em sua novela edípica como gozo proibido com o Outro materno)! (SINATRA, 1994, p.112).

Existe também um gozo, o chamado gozo cínico, que podemos com Miller (1992) atribuir ao toxicômano. Em suas palavras:

[...] existe outro tipo de gozo que não passa pelo corpo do outro, mas pelo próprio corpo que se inscreve sob a rubrica do auto erotismo. Digamos que é um gozo cínico, que rechaça o Outro, que recusa que o gozo do corpo próprio seja metaforizado pelo gozo do corpo do Outro – e que fica na história, ligado a figura de Diógenes – que opera este curto circuito levado a cabo no ato da masturbação, que precisamente assegura ao sujeito seu casamento com o pequeno pipi (MILLER, 1992, p. 18).

Diógenes de Sínope¹³, o cínico, foi mais longe que seu mestre ao desprezar os semblantes. Negou Deus, as leis e a idéia de uma mãe pátria. Não aceitava que se legislasse sobre suas condições de vida. O gozo autoerótico se opõe ao gozo fálico no sentido de que este se localiza fora do corpo e traz uma fantasia a partir da crença no Outro privador.

A fantasia é uma construção acerca da inexistência da relação sexual a partir do gozo fálico. O gozo tóxico, extraído do corpo pela indução da substância produzida pela técnica de manipular o corpo, é a maneira de chegar à invenção do gozo no corpo próprio por outra via que não a da fantasia.

¹³Diógenes (413 – 323 a.C.) nasceu em Sínope, cidade costeira da região da Turquia e foi o símbolo da escola Cínica, isto porque ele fez de sua filosofia uma forma de viver, bastante radical para qualquer época da história. Diógenes desprezava as convenções sociais, isto é, o comportamento que a sociedade tinha naquele momento, o luxo, riquezas e demasiado conforto para viver. Ele desprezava tais coisas e afirmava que o homem precisava apenas daquilo que lhe era básico para sobreviver e ser feliz; perambulava pelas ruas. Suas necessidades e prazeres eram realizados em público, inclusive, masturbar-se. Desprezava a *polis* e se dizia cidadão do mundo. Cinismo seria a forma de ver as coisas ‘como são’ em vez de como deveriam ser. O conceito de cinismo que nos interessa é diferente do conceito clássico do cinismo; o cinismo da atualidade está preso ao imperativo de todos gozando, cada um quer cultivar o seu, independentemente de ser subversivo ou não.

A técnica de manipular o corpo promovida pela ciência e pelo discurso do mestre atual conduz à pulverização do gozo, conforme veremos.

A cada época, o seu gozo! A cada época, um modo de satisfazer a pulsão em seu impossível de satisfação. A formulação desse irreduzível da pulsão a um objeto da realidade é traçada por Freud, indicando um impossível da satisfação plena e, portanto, da felicidade que, como diz Freud (1930[1929]/1974), não se encontra incluída nos planos da criação. Freud marca uma época em que o Pai tinha a função de regular o gozo, posto que a ele não se pode renunciar. Condição necessária à preservação do grupo e do laço com o Outro. O que demonstra essa impossibilidade de renunciar ao gozo é o *mal-estar* na cultura. Na atualidade, em função do declínio da função paterna, conforme trabalhamos no primeiro capítulo, a regulação do gozo também declina e o supereu empurra ao gozo. Miller (2013, p. 38), em seu curso “Piezas Sueltas” diz:

A função do pai é ter uma missão, como dizia Lacan é de humanizar o desejo. Trata-se de que o pai humanize o desejo, porém, bastaria dizer que se trata de que ensine a comunicação. A missão do pai é ensinar a comunicação, ou seja, elucubrar uma linguagem, introduzir uma rotina que faça coincidir o significante como significado.

A passagem do Nome-do-Pai aos Nomes-do-Pai é um efeito do declínio da função paterna. Um dos efeitos desse declínio pode-se ler através do surgimento de *novos sintomas*, como as toxicomanias. A passagem do uso ao abuso aponta na direção da articulação do discurso do mestre com o discurso da ciência tal como trabalharemos.

O momento de introdução do discurso da ciência é apontado nesta dissertação como uma virada em relação à passagem do uso ao abuso. De acordo com teóricos e pesquisadores da toxicomania, como Fabián Naparstek e Jesús Santiago, esta se dá a partir da articulação do discurso da ciência com o discurso capitalista. A ciência designa aquele que faz uso de substâncias psicoativas como toxicômano, nomeando o sujeito a partir de um objeto da realidade.

Fabian Naparstek, em conferência realizada em outubro de 2014, em Belo Horizonte, no encontro da rede TYA – Rede “Toxicomania y Alcoholismo”, intitulada “Enxame das drogas”, localiza o uso de drogas partindo de quatro momentos: no primeiro, as drogas não eram consideradas problemas, faziam parte do cotidiano de alguns sujeitos e não chegavam a produzir qualquer questionamento acerca do seu uso; o segundo momento caracteriza-se por ser aquele em que Freud se referiu ao uso do tóxico como uma saída, entre outras, para o *mal-estar* decorrente da cultura; no terceiro, em consequência do segundo, haverá o uso

generalizado dos tóxicos, como saída ao *mal-estar*, não há mais o cardápio de possibilidades apontado por Freud. Para Naparstek (2014), o cardápio é fixo e a saída, pelo consumo! É a drogadição generalizada dos bens do capital. É, portanto, um momento orientado pelo discurso da ciência e do mercado, o que irá desencadear o quarto momento, o questionamento sobre a nossa prática.

O que fazer nos dias de hoje quando nos confrontamos não apenas com o uso, mas com o abuso indiscriminado e tóxico, não de um, mas de muitos objetos? O que diferencia ciência e psicanálise? Para a ciência, há saber no real. Para a psicanálise, há saber em falta no real. Sempre esbarraremos num inassimilável, um resto não decifrável, sem resposta, o que levou Lacan a designar um gozo inassimilável. Que uso fazer disto para operarmos no terreno das toxicomanias? Se a ciência assegura o uso e, muitas vezes, o abuso de uma substância que cura o *mal-estar*, se para ciência esse objeto é encontrável, a psicanálise, ao trabalhar com o incurável, faz desmoronar o ideal da ciência de responder a tudo, orientando o sujeito para o impossível de curar, que Lacan (1976[1975]), ao final de seu ensino, denominou Sinthoma. Ao privilegiar o gozo, a psicanálise afasta-se de considerar apenas o organismo, mas considera o corpo afetado pela linguagem e por um impossível de curar.

Lacan (1972) indicou uma mudança na cultura quando formulou os discursos. O capitalista, por exemplo, mostra o objeto droga absorvido pelo sujeito, o que nenhum outro discurso indicará como possível, pois só nesse discurso não há impossibilidade como nos demais. Miller (2005) propõe para a atualidade o discurso hipermoderno, no qual não é o Ideal que governa o sujeito. O lugar do agente é ocupado pelo objeto de consumo. O sujeito está dividido não em relação ao ideal, mas suturado pelo imperativo de gozo. Trata-se do mais-de-gozar. Santiago (2001, p.152) acrescenta:

A delimitação entre o desejo e o gozo, entre o desejo e a pulsão, explicita-se, então, numa dupla articulação: de um lado, as primeiras elaborações do objeto *a* como causa do desejo, recobrando a dialética do desejo em Freud; de outro, objeto *a* como mais-de-gozar.

Lacan, a partir de Marx, formula o *mais-de-gozar* através do conceito de mais-valia. Em Freud, também percebemos uma correlação quantitativa com a teoria de Marx, quando Freud aponta o funcionamento psíquico a partir de uma dimensão econômica. Freud foi levado inicialmente a falar da economia psíquica voltada ao equilíbrio, concepção que foi nesse trabalho revista a partir da introdução da pulsão de morte enquanto excesso inassimilável. Antes de Freud, Marx já havia descoberto um excesso não quantificável – que

ao mesmo tempo é perda – na formação do valor, a partir do qual também não mais se poderá falar em equilíbrio, uma vez que há sempre um excedente de gozo apropriado pelo capitalista.

A descoberta desse excedente, do valor que não é pago ao trabalhador, que não se inscreve nem é contabilizado, levou Lacan (1970[1969]) a afirmar que Marx (e não Freud) seria o verdadeiro inventor do sintoma. Em outras palavras, foi quem deu forma discursiva ao mal-estar do assalariado, enquanto o capitalista ficava com um a mais de seu trabalho, o que o levou a pensar que essa desigualdade distributiva poderia ser resolvida. O que Marx chama como mais-valia, Lacan chama como *mais-de-gozar*, a recuperação de um gozo perdido, seja patrão ou assalariado e, que hoje ocupa o lugar de comando designado pelo mestre atual, o mercado que, por meio do consumo, promove um *mais-de-gozar* cada vez mais sofisticado e alijado do laço social.

Conforme já descrito, podemos entender que o que diferencia as sociedades que antecederam a sociedade capitalista é que a troca de mercadorias não visava ao lucro, mas à eliminação do excedente. No caso das sociedades capitalistas, a produção volta-se para o mercado, para o acúmulo de gozo, para o acúmulo de capital. Marca-se um fim da ideia de equilíbrio através de um excedente, de um resto não contabilizável na relação de troca simbólica, o qual é absorvido pelo capitalista.

Com Santiago (2001), completamos ao dizer que o essencial da teoria de Lacan sobre o objeto da pulsão é:

[...] uma função inseparável da definição de gozo como satisfação da pulsão. No fundo, essa vertente do objeto *a* concerne a renúncia de gozo efetuada pela satisfação pulsional assim delimitada. O *mais-de-gozar* circunscreve essa renúncia sob a égide do efeito de um discurso. A renúncia ao gozo em si mesmo torna disponíveis diversas manifestações do mais-de-gozar no mercado da civilização (SANTIAGO, 2001, p. 153).

O autor relata um “paradoxo em relação à satisfação extraída do objeto cuja nocividade tóxica para o organismo de investigação científica limita-se a reiterar, de forma monótona e indefinida” (SANTIAGO, 2001, p. 153). O sujeito não procura um objeto visando o seu bem. A indiferença da escolha do objeto “coincide com a definição do gozo como satisfação da pulsão, que solicita, necessariamente, a presença do corpo concebido como uma estrutura secundária, exatamente porque, nele, está implicada a linguagem e não, o organismo” (SANTIAGO, 2001, p. 153).

Lacan enfatiza no final de seu ensino (1976[1975]), no seminário, livro 23, que estamos enganados em relação ao corpo, pois acreditamos que o possuímos, mas na verdade

não o possuímos, o temos. Reafirmamos que o sujeito se constitui a partir de um significante e de um objeto. Quanto ao significante, este é que introduzirá o gozo no corpo. Se o sujeito não pode separar-se do gozo, “a toxicomania poderia, talvez, ser vista como um mais-de-gozar particular, correlativo a uma mudança operada, pela ciência, no Outro” (SANTIAGO, 2001 p, 153).

Esse mais-de-gozar particular é o reflexo de uma alteração já descrita em nossa época e, conseqüentemente, na formação de *novos sintomas* o que implicará uma nova direção em nossa clínica, conforme pontua Brousse (2005) em seu artigo “Em direção a uma nova clínica psicanalítica”. Dia também que o discurso do mestre atual, o mercado comum, é caracterizado por uma universalidade de um imperativo de troca como um novo significante mestre:

[...] quando é o objeto que fala, ele se endereça ao sujeito barrado da falta-a-ser e do objeto perdido, prometendo um gozo de ser ou de mudar a vida [...] Do lado do sujeito, o objeto é cinicamente desvelado como “tudo e não importa o que”... seu destino é o esquecimento, a lata de lixo. É um dejetto da função, sua ausência de valor retém no consumidor, que pode ele mesmo, se converter em discurso gestor. O sujeito respondido pelo lugar do com-suma! O mercado! (BROUSSE, 2005, p. 5).

Retomando o que sugere Lacan (1972) acerca do que distingue o discurso capitalista, afirmamos ser a rejeição da castração. Evocamos essa posição de Lacan para destacar que o sujeito, através desse discurso, acredita que pode encontrar no mercado o objeto de desejo fabricado pela ciência no qual encontrará a satisfação. Pela perspectiva do gozo tóxico em relação à castração, chamamos a atenção para a posição de Dario Galante: “A função tóxica pode ser desempenhada por uma entidade qualquer cada vez que queira obturar um modo particular da relação estrutural do sujeito com a castração” (GALANTE, 2009, p.52).

Santiago (2001) propõe que o recurso do toxicômano é um efeito, entre outros, do que a ciência produz no mundo, tal como Lacan afirma sobre o principal aspecto do surgimento da ciência ter trazido ao mundo coisas que não existiam para a percepção humana. “São as ‘*latusas*’, ‘pequenos objetos *a*’, que encontramos em todas as esquinas, atrás das vitrines” (LACAN, 1970[1969], p.153). As *latusas* são fabricações da ciência que servem como objetos do desejo mascarando o objeto enquanto causa de desejo.

No “Seminário, livro 20, *Mais, ainda...*” (1973[1972], p.88), Lacan passa a chamar *gadgets* às *latusas*, pois se trata de uma vertente tóxica da atualidade. Para ele, desde esse engendramento, os sujeitos são “sujeitos dos instrumentos”, uma vez que esses objetos já se tornaram elementos de nossa existência. Através dos *gadgets*, entre eles as substâncias produzidas pela ciência, os sujeitos visam a anular a perda do objeto primordial que deixou uma marca estrutural não anulável. A cada vez que se presentifica no horizonte a angústia, a

qual não é sem objeto, o sujeito lança mão dos *gadgets* na tentativa de anular a perda, ou seja, freando o movimento pulsional que se manifesta pela via do *mais-de-gozar*. O sujeito é sempre insaciável. O que o toxicômano demonstra é o estancamento do movimento pulsional, indo em direção a um mais-de-gozar mortífero. Trata-se do consumo em detrimento do desejo! Goze!

O declínio do Pai levou à estimulação do narcisismo i(a), por exemplo, ficando a regulação do gozo nas mãos dos meios de comunicação que regulam como devemos viver, quantos filhos ter, como educá-los, o que comer etc. Tornamo-nos consumidores de significantes que nos nomeiam e nos segregam, alguns deles, encarnados em objetos *gadgets*, e outros, na droga, identificando-se a um “Eu sou toxicômano” de difícil desintoxicação. Nas palavras de Laurent (2008, p. 17), Lacan oscilou entre o aspecto angustiante de uma civilização onde a falta falta e o efeito de fadiga, de tédio, de depressão generalizada que produz.

No próximo capítulo, veremos como Freud e Lacan conceituaram especificamente sobre a droga.

3 CASAMENTO OU DIVÓRCIO: A QUESTÃO FÁLICA

No primeiro capítulo, abordamos a questão da droga destacando seu lugar na cultura. Em Freud, vimos o uso da substância tóxica como uma saída eficaz para o sujeito ao sofrimento causado pelas imposições reguladoras da cultura. Discorremos sobre a organização grupal e nos detivemos no conceito de identificação que, em Freud, trata-se de um enlace afetivo com o objeto, condição importante para a formação do grupo a qual compreendemos como laço social. A partir da contribuição de Freud, no segundo capítulo nos respaldamos em Lacan, além de outros autores, na contextualização da droga na atualidade sob a vertente do discurso capitalista, que através dos objetos que a ciência produz, nomeados por Lacan de *gadgets*, nos impele a uma busca incessante de satisfação, marcada por relações efêmeras, passageiras, com variados objetos que visam ao gozo não refreado pela cultura. Desde essa perspectiva, consideramos a droga como objeto paradigmático que oferece ilusoriamente o acesso a um gozo ilimitado e mortífero. Tanto em Freud quanto em Lacan, cultura versus subjetividade é intrínseca, uma interfere na outra. Desse modo, apresentaremos neste capítulo as definições do objeto droga em Freud e em Lacan, considerando a construção teórica já desenvolvida. Além disso, apresentaremos as mudanças na cultura em que marcamos a passagem do uso ao abuso da droga, de modo a esclarecer sobre a dimensão do que, nesta dissertação, estamos chamando de toxicomania.

Em Freud e em Lacan, encontramos a droga relacionada ao falo. Neste capítulo, no subitem **3.1 O falo em questão**, destacaremos sua função lógica relacionada à relação do sujeito com a falta e, conseqüentemente, com o desejo, estreitamente relacionada ao Outro; no subitem **3.2 O casamento feliz**, destacaremos em Freud, a fidelidade do sujeito ao produto, evitando assim, através da rigidez de sua escolha, mascarar a perda do objeto originário do desejo. Se Freud destaca o casamento harmonioso com o produto, Lacan declara a relação do sujeito com a droga como uma infidelidade ao falo, conforme descreveremos no item **3.3 A ruptura fálica**, que é a perspectiva em que o uso da droga funciona como meio de evitar a castração, fazendo o sujeito sentir-se supostamente pleno, direcionado a um gozo ilimitado, para além do gozo fálico.

3.1 O Falo em questão

Iniciaremos este capítulo com uma breve exposição sobre a questão fálica para que possamos postular, a partir de Freud (1912/1974) e de Lacan (1975), a relação da droga como casamento ou ruptura com o falo, respectivamente, para então elucidar a função da droga no sujeito dito toxicômano.

No capítulo anterior (item 2.2), discorremos sobre a falta de objeto, destacando o falo como operador lógico da privação, da frustração e da castração. A produção da significação fálica através da ação da metáfora paterna inscreve o complexo de castração que, no texto “A significação do falo”, Lacan (1958, p. 692) nos diz ter “a função de nó na estruturação do sintoma analítico [...] quer dizer daquilo que é analisável nas neuroses, nas perversões e na psicose”, o que permite uma posição que vai determinar que se dirija ao Outro sexual, ou seja, “sem a qual ele não poderia identificar-se com o tipo ideal de seu sexo, nem tampouco responder, sem graves incidentes, às necessidades de seu parceiro na relação sexual ou até mesmo acolher com justeza a criança daí procriada” (LACAN, 1958, p. 692). Podemos acrescentar que, quanto às toxicomanias, onde há a ruptura fálica, podemos evocar a vulnerabilidade da identificação do toxicômano com os nomes que o Outro social lhe oferece; já no caso do sujeito dito alcoolista, a identificação é com a potência fálica.

Conforme tratamos no capítulo 2, o falo surge primordialmente no campo do Outro, referido ao objeto de desejo da mãe. Num primeiro momento, a mãe aparece como a detentora do falo; no momento seguinte, ele falta à mãe. Essa falta, que é de estrutura, põe a criança em um processo de pesquisa a respeito de quem de fato o tem, pois aquele que o tem, o falo imaginário – o pênis – pode perdê-lo, como teria acontecido com a mãe. Como resultado de tal pesquisa, o pai aparece como aquele que possui o falo, razão pela qual, a criança fará uma aliança com ele, para preservar-se da castração, da qual o pai é agente. No quarteto lacaniano (pai-mãe-criança-falo), o pai, imaginariamente detentor do falo, não o tem e nem o é. Mas é ele quem tem como função separar o filho da mãe, e ela a responsável pela transmissão do Nome-do-Pai, que articula o desejo à Lei. Lacan afirma que “o pai acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei” (LACAN, 1957-58, p. 202).

O pai é reduzido ao nome, ou seja, é reduzido a um puro significante, o significante do Nome-do-pai (NP), e a mãe, para a criança, aquela cujo desejo é opaco, é o que, na fórmula da metáfora, lemos como desejo materno (DM). Dizendo de outra forma, o pai é metáfora, ou

seja, a metáfora paterna é uma operação de substituição de significantes que tem como efeito ordenar o Outro da linguagem (A) com o significante do desejo (Φ). O Nome-do-Pai, ao barrar o desejo da mãe, introduz a significação fálica no lugar do Outro, articulando o desejo à Lei, cujo efeito é a localização do gozo fora do corpo. O Nome-do-Pai simboliza, no falo, o gozo que parasita o corpo do sujeito, dando-lhe um sentido.

Figura 5 – Metáfora paterna

$$\frac{\text{Nome-do-Pai}}{\text{Desejo da Mãe}} \cdot \frac{\text{Desejo da Mãe}}{\text{Significado para o sujeito}} \rightarrow \text{Nome-do-Pai} \left(\frac{A}{\text{Falo}} \right)$$

O apelo ao Nome-do-Pai corresponde não à carência do pai da realidade, mas à carência do próprio significante, uma vez que essa ausência é compatível com a presença do significante fálico. Lacan (1971-1972, p. 206) em seu “Seminário, livro 19, ...ou pior”, nos diz: “Portanto, o pai *unia*”, neologismo derivado de *uniar*, criado por Lacan, que associa os verbos unir e negar. Sem nos estendermos aqui, entendemos que seja uma referência ao supereu em uma de suas formas. Verifica-se assim, segundo Bentes (2001, p. 41), que o sujeito, “ao herdar o supereu dos pais, torna-se o detentor de um império onde os impostos são pagos com a carne, no caso das históricas, com a clandestinidade, no caso da fobia, e, com as dúvidas e dívidas nas obsessões”. Bentes (2001, p. 41-42) esclarece sobre a metáfora paterna quando diz:

[...] é a operação pela qual o desejo da mãe recebe do significante que Lacan chamou Nome-do-Pai uma explicação. Sua presença-ausência é submetida a uma lei que não é mais de seu capricho sem controle. A substituição tem como efeito dar a ausência-presença uma dimensão de incógnita, abrindo assim, uma questão sobre o desejo: Ela me diz isso, mas o que ela quer? A essa pergunta o pai oferece o *falo* como resposta. Portanto, o falo como significante do que falta à criança passa a ter o valor de preencher a falta. Ser ou ter o falo são momentos subjetivos de um tempo chamado Édipo, são posições provisórias, posto que ninguém pode suturar o desejo do outro. Inevitavelmente, a mãe se orientará em direção a outros objetos na impossibilidade de a criança preencher seu desejo. Se o falo não é sustentável, ele o é como desejo no registro imaginário, o que revela a verdade de estar submetido, alienado ao desejo outro; alienação que Lacan ilustra como a escolha forçada: *a bolsa ou a vida!*

A mãe do toxicômano faz crer que é possível escamotear a falta de completude criando um mundo clandestino. O pai, como escolha da mãe (no caso das toxicomanias e do alcoolismo), representa sua vinculação com a ilegalidade, seu subterfúgio diante da divisão, sua descrença na falta de objeto e no impossível da relação sexual. Ela, a mãe, tem tudo para satisfazê-lo.

A droga não é apenas o vício de encobrir a incompletude, mas também um apelo dirigido ao outro para que intervenha nessa relação narcísica com o objeto. É isso que o toxicômano vai buscar na polícia, na instituição e no analista: uma dose de pai que intervenha em sua relação com esse objeto que o consome. Esse apelo se dá pela via de sucessivos *acting outs*, conforme abordamos no capítulo 2, subitem 2.2.

Nesse gozo do mesmo, a mãe do toxicômano trafica o pai, recobre sua falta com dinheiro, *status*, objetos de consumo, algo da ordem dos super, dos *over* objetos. A mãe maneja a lei ao seu bel prazer. Neste ponto, podemos inserir a droga como forma de curto-circuitar o Outro enquanto Outro sexo, o que nos faz retomar Diógenes de Sínope, o cínico, citado no capítulo 2, subitem 2.3, e que, conforme nos diz Santiago (2001, p. 166), “vive como se o Outro não existisse”. Para ele, o gozo auto-erótico apresenta-se como suficiente em si mesmo, de modo que “[...] o cinismo representa uma maneira de se opor aos meios de gozo oferecidos pelo aparelho da civilização, por intermédio do acento conferido ao gozo fálico, concebido como o único que pode liberar a felicidade” (SANTIAGO, 2001, p. 166)

Lacan, no “Seminário, livro 20, *Mais, ainda*” (1972-1973, p. 15), afirma que “o gozo fálico é o obstáculo pelo qual o homem não chega [...] a gozar do corpo da mulher, precisamente porque o de que ele goza é do gozo do órgão”. O gozo fálico é o gozo do órgão, portanto, auto-erótico e não necessita do Outro. A castração ordena o gozo fálico, ou seja, trata-se de um gozo parcial e possível, referenciado à linguagem, ao simbólico. Remetemo-nos novamente a Diógenes de Sínope, que, através da masturbação, aponta para um obstáculo para gozar do corpo da mulher, sua esperança é atingir o *um* da relação sexual. Santiago (2001) nos diz que Diógenes mascara sua relação com o gozo fálico através de sua fala, que demonstra sua posição ‘procuro um homem’ e assim, deflagra o obstáculo de superar que o Outro sexo encarna “agarra-se ao gozo do órgão porque não pode gozar do corpo da mulher, na medida em que em seu gozo sexual está marcado pelo ideal de constituir o *um* da relação sexual” (SANTIAGO, 2001, p.166).

É importante destacarmos que o gozo é no corpo, diferentemente do gozo do corpo. Este não curto-circuita a castração, ou seja, passa pelo corpo do outro, diferentemente do gozo cínico de Diógenes, em que o Outro sexo é um impasse. Através do próprio órgão atinge a ilusão de completude, o *um* da relação sexual.

Ao longo do processo de construção desta dissertação foram realizadas indagações sobre qual seria o gozo do toxicômano. Nesse caminho de pesquisa, visamos a pensar a clínica mediante os impasses postos pelos novos sintomas, onde inserimos as toxicomanias. Nesses questionamentos, nos detivemos na relação falo e droga que, pelo viés do casamento e

da ruptura, apontados por Freud e Lacan respectivamente, acerca dos quais esclarece Santiago:

Parece-me convincente postular um elemento diferencial entre a elaboração de Freud e a de Lacan sobre a toxicomania, com base no emprego, que ambos fazem, de um denominador comum: o casamento. Se no primeiro caso, o casamento feliz com o produto implica a ruptura com uma série de outros objetos, no segundo, o apego ao produto corresponde a uma espécie de contracasamento. Nesse particular, se Freud se restringe ao critério único do casamento com o produto, para Lacan o produto é um meio valioso para fazer valer a vontade de infidelidade do toxicômano em relação ao gozo fálico, que o embaraça. Em resumo, a menção do significante *casamento* tem por referência, em um, o produto e, no outro, o gozo fálico; seu uso relaciona-se, pois, a contextos conceituais claramente distintos. (SANTIAGO, 2001, p.170).

Nesse sentido, através do significante *casamento*, poderemos nos orientar quanto ao gozo do toxicômano questionando-nos se esse gozo representa harmonia com o produto ou ruptura fálica, bem como o que isso tem a nos ensinar sobre as toxicomanias. É buscando a resposta que prosseguiremos nossas elaborações neste capítulo.

3.2 O Casamento Feliz

Mediante sua análise sobre o recurso aos tóxicos, Freud também destacou a oposição entre a rigidez da própria escolha de objeto na satisfação tóxica e sua plasticidade na satisfação erótica, sendo possível estabelecer uma relação entre a satisfação tóxica e a satisfação sexual.

Ao questionar a relação do bebedor com o vinho, denomina este laço de: *matrimônio feliz*, querendo com isso indicar que se trata de um protótipo de relação harmoniosa. Diferentemente da satisfação sexual que, na relação do amante com o objeto sexual, incapaz de proporcionar uma satisfação completa, o vinho proporciona tal satisfação. O bebedor é um amante saciado, porque a mulher é sempre outra, não apenas para si mesma, mas para o homem, e o vinho é sempre o mesmo. Nas palavras de Freud (1912/ 1974, p. 171):

[...] Alguém já ouviu falar de que o bebedor seja obrigado a trocar constantemente a bebida? Ao contrário, o hábito constantemente reforça o vínculo que o prende ao vinho. [...] a respeito de sua relação com o vinho, ela aparece como a mais harmoniosa possível, um modelo de casamento feliz. Por que a relação do amante com seu objeto sexual será tão profundamente diferente?

Estreita-se assim, através do tóxico, a parceria entre o sujeito e seu objeto de eleição. Nessa parceria indutora de felicidade, a relação harmônica e fiel entre sujeito e objeto determina, para o sujeito, o desvio da satisfação sexual, a qual comporta a diversidade. O casamento do sujeito com a droga insere o objeto no lugar de um mesmo objeto ofuscando a satisfação com outros. A escolha tóxica insere-se mascarando a perda contida no objeto originário do desejo. Para Santiago (2001):

Diferentemente da satisfação erótica, a satisfação tóxica fecha todas as portas às possibilidades de troca que oferece a série de objetos substitutivos [...] o produto tóxico torna-se o parceiro essencial, até mesmo exclusivo, do sujeito. (SANTIAGO, 2001, p. 112)

Nesse sentido há, através do produto tóxico, uma satisfação que prescinde do Outro. E a relação amorosa descrita por Freud como *casamento feliz* exprime a ilusão amorosa do *Um* e, portanto, não sexual. Ao realizar imaginariamente o *Um* na união com o objeto, exclui a diferença inerente à relação sexual que não há e, conseqüentemente, inviabiliza o desejo:

[...] se há uma condição de amor é porque não todas as mulheres convém a um homem e seu desejo, e, portanto, é necessário reconhecer uma mulher enquanto mulher. São os axiomas da psicanálise: se a condição é singular então não há a mulher e não há relação sexual. As condições que Freud encontra em certos homens (prejuízo do terceiro/puta) situam a mulher como mulher do Outro da Lei. Puta é o significante que põe em disjunção o gozo e a Lei, o gozo fora da Lei do significante. Esta disjunção "mãe-puta" - diz Freud - o adolescente a resolve construindo uma ponte sobre o abismo que separa as duas correntes eróticas (MILLER *apud* MUSACHI, 1997, p. 25).

Freud diz que o bebedor substituiu a mulher pelo vinho e que o matrimônio pôs o vinho no lugar em que ele teria se confrontado com o abismo feminino; no entanto, o vinho não é uma mulher, mas podem ser comparáveis. Por exemplo, nos ciúmes alcoólicos, o vinho é um, e a mulher enquanto sendo outra, aparece para o sujeito como sendo do outro, o que lhe causa desconforto, ciúmes. O vinho (a garrafa) ainda é uma garantia quanto à castração ao ser sempre o mesmo, evitando lidar com a diferença e, conseqüentemente, com o Outro.

Se uma mulher é um sintoma para o homem, como diz Lacan, é porque o homem crê nela, crê que poderia dizer algo e que só seria preciso decifrar o que ela quis dizer, tal como um sintoma. O vinho não parece situar-se na dimensão de objeto que uma mulher tem na fantasia do homem, ou seja, ali onde ela e ele estão diante da castração. Esse novo sintoma - produto do discurso capitalista, no qual localizamos a droga como objeto paradigmático do mercado, em que o sistema capitalista, através dos objetos, almeja homogeneizar os modos de

gozar, um gozo *Uno*¹⁴, diluindo a diferença sexual através de uma ilusão de completude dos que consomem - impele o sujeito a se confrontar com um desejo não causado pelo objeto *a*. Não há outro gozo como tal que convenha ao alcoolista, pois o vinho faz o sujeito ausentar-se de si.

Devemos considerar ainda que as “raízes das escolhas de objeto amoroso se encontram na alquimia da fantasia, pois o aporte da realidade é muito mais vasto que os limites impostos no amor pela estrutura edípica” (FREDA, 1997, p. 31). Porém, sabemos que não é em todas as toxicomanias que a relação com o objeto é um casamento feliz, que funciona em uma harmoniosa unidade. Se Freud usou o termo “casamento” para caracterizar a fidelidade ao produto do bebedor, Lacan (1975) por sua vez, utilizou o mesmo termo para descrever a infidelidade, a insubmissão, o divórcio de determinados sujeitos para com o falo, conforme trabalharemos a seguir.

3.3 Formação de ruptura

Santiago (2001) faz uma leitura da tese lacaniana sobre a droga que exprime as dificuldades que o toxicômano tem em ser fiel ao casamento que todo ser falante contrai com o parceiro-falo. O ato toxicomaniaco visaria à ruptura com o gozo decorrente dessa parceria estrutural para todo sujeito neurótico – a parceria fálica. Lacan definirá a droga enunciando-a assim:

[...] é porque falei de casamento que falo disso; tudo o que permite escapar a esse casamento é evidentemente bem-vindo, daí o sucesso da droga, por exemplo; não há nenhuma outra definição da droga senão essa: é o que permite romper o casamento como o pequeno-pipi (LACAN, 1975 p. 268).

Ao definir a função da droga, Lacan explica as circunstâncias em que castração é gozo, o que nos remete ao caso freudiano sobre a fobia do Pequeno Hans que nos deixa uma pista: a castração libera angústia. Localiza assim o sujeito, homem ou mulher, pelo casamento do corpo com o órgão: “Trata-se de uma complicação ligada ao nó”, explicita Henri Kaufmanner (2003, p. 39). Remete-nos à ênfase no órgão destacada por Lacan, uma vez que o

¹⁴ Utilizaremos Gozo *Uno* conforme abordado por Miller (2012) em seu texto “Os seis paradigmas do gozo” em que o gozo *Uno*, incluído no sexto paradigma, trata-se de um gozo que se abstém do Outro é fundamentalmente Uno, portanto, assexuado, solitário e pertence ao Real. Segundo Miller (2012) o gozo fálico, o gozo da palavra e a sublimação são versões do gozo *Uno*.

órgão é o que melhor se empresta a sustentar o falo enquanto função. Lacan (1971, p.17) afirma que “um órgão é só instrumento”.

Salientamos que se instrumentaliza o órgão pela via do simbólico, ou seja, que o órgão responde à palavra. Instrumentalizá-lo resulta em poder utilizá-lo como ferramenta ou “moeda de troca” na relação com o outro sexo. Para Naparstek (2008), há uma diferença essencial entre órgão e instrumento: o órgão está reduzido à anatomia, ao passo que o instrumento relaciona-se com a possibilidade de fazer uso deste no laço com o Outro, corroborando a tese de Lacan ao propor que a inscrição do falo e sua colocação em funcionamento são coisas distintas que acontecem em tempos diferentes.

Retomando o caso do Pequeno Hans, o momento do aparecimento da angústia e a eclosão de sua fobia acontecem ao mesmo tempo em que se dá a agitação do órgão, o que retirou Hans de sua relação fusional com a mãe. Essa parte do corpo que se excita com facilidade, presença real do pênis como lugar de gozo, provoca um desconforto, o que impulsionou Hans a enveredar em suas pesquisas sobre quem tem e quem não tem “pipi”. Podemos disso dizer que é a imagem de um tempo necessário e anterior à instalação do complexo de castração em que este será apaziguado através da reinscrição dos excessos imaginários na ordem simbólica, por meio da castração. As intervenções de Freud, através do pai de Hans, buscaram afastar a presença maciça do falo imaginário, permitindo a emergência do pai real: “Somente a efetividade da função paterna pode evitar a cristalização dessa produção imaginária exacerbada sob a forma de um real prematuro” (SANTIAGO, 2001, p. 169).

O “caso do pequeno Hans” testemunha a angústia relativa ao falo, ou seja, do embaraço sentido frente ao falo, “momento em que o gozo fálico vem se associar ao corpo do pequeno Hans” (SANTIAGO, 2001, p. 169). Instala-se, então, a angústia quando se percebe casado com o falo. Esse caso contribui para o que mais tarde Lacan define como modo particular de gozo fálico:

É todo impasse do casamento do homem com o falo que motiva a conceitualização do gozo fálico não tanto a partir do Outro do significante, mas antes, do Outro enquanto corpo, ou o Outro do outro sexo (LACAN *apud* SANTIAGO, 2001, p. 170).

Podemos então dizer que o gozo fálico, enquanto marca do significante fálico, ou seja, significante faltoso, apresenta um obstáculo entre os sexos e o embaraço do que se pode fazer com um outro corpo. E a superação desse obstáculo não é sem angústia. Nas palavras de

Lacan, no seminário, livro 20, “[...] que tudo gira ao redor do gozo fálico, é precisamente o de que dá testemunho a experiência analítica” (LACAN, 1972-73, p. 15).

Laurent (1997) em seu texto “Três Observações sobre a toxicomania”, faz três indicações importantes acerca da função da droga, retomando o que Lacan observou sobre essa função enquanto um rompimento com o pequeno-pipi, ou seja, uma ruptura com o gozo fálico:

A primeira consequência desta pequena frase de Lacan é a ruptura como o Nome-do-Pai por fora da psicose; a segunda consequência é a de uma ruptura com as particularidades da fantasia. Ruptura com aquilo que a fantasia supõe objeto de gozo uma vez que inclui a castração. Por isso podemos sustentar com segurança que o toxicômano não é um perverso, isto porque a perversão supõe o uso da fantasia. Enquanto que a toxicomania é um uso do gozo fora da fantasia, ela não toma os caminhos complicados da fantasia. É um curto-circuito. A ruptura com o pequeno pipi como diz Lacan, tem como consequência que se possa gozar sem a fantasia. A terceira consequência parece poder tratar a toxicomania como o surgimento em nosso mundo de um gozo *Uno* que enquanto tal não é sexual, pois o gozo sexual não é *Uno* é profundamente fraturado e não é apreensível senão pela fragmentação do corpo. (LAURENT, 1997, p.19 -20)

A toxicomania como gozo *Uno* apresenta um modo de gozo para todos e exprime um gozo que pretende excluir as diferenças, é o que quer dizer Laurent (1997, p. 24), que continua sublinhando: “a relação de nossa civilização ao gozo se dará em torno desse ponto”. Concordamos com Laurent e destacamos essa posição ao longo do segundo capítulo, no qual desenvolvemos a questão da cultura através do mercado como aquele que unifica, universaliza os gozos em detrimento da diferença e da singularidade. “No fundo o que não suportamos no Outro é um gozo diferente do nosso” (LAURENT, 1997, p. 25). O autor acrescenta ainda que “a droga é a outra cara do racismo, o que é insuportável do gozo do outro” (LAURENT, 1997, p. 25).

Podemos dizer que o sujeito dito toxicômano faz um sintoma não analisável, decorrente da angústia da não complementaridade entre os sexos. Se alguns sujeitos fazem, a partir daí, um sintoma analisável, outros podem decidir manter a relação de ruptura provisória com o falo e com as coordenadas da fantasia, encontrando na droga um objeto eficaz o bastante para romper com a coordenada fálica resultante da operação do Nome-do-Pai, à qual todo ser falante está submetido. Sobre isso, Coutinho Jorge (2005, p. 37) afirma:

O campo da fantasia do toxicômano grave vai se rarefazendo. Tudo o que se oferece para ele, enquanto elemento de prazer e de gozo fálico, gozo parcial, ele rejeita porque ele está com aquela ilusão - até certo ponto ilusão, até certo ponto não, e aí que reside o poder da droga - daquela vivência de poder absoluto. [...] O grande

drama do toxicômano é que ele chega a entregar tudo para o Outro, contanto que ele lhe entregue a droga.

Então, devemos perguntar como goza aquele que rompeu provisoriamente com o falo, ou seja, qual é seu gozo. Encontramos em “A mordada infernal”, um artigo desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa em Toxicomania e Alcoolismo, da Escola Brasileira de Psicanálise, uma direção interessante e orientadora quanto ao gozo do toxicômano:

O gozo da droga está no corpo que o toxicômano julga ter. Quer se unir ao Outro real por negar que este esteja fora de alcance. É esta ilusão que a ruptura com o falo produz, posto que o gozo sexual faz obstáculo a isso, é defesa contra o gozo do Outro ou do corpo como totalidade. A determinação fálica faz malograr tanto o gozo do corpo como Outro, como o gozo do corpo Outro [...] mais uma dose por isto ou por aquilo, no momento em que tudo for insuportável [...] Ignorar que tem um corpo é tentar dar, via indução, via substância, consistência a esse Outro como corpo do qual se goza de uma hipotética infinitude, de uma ruptura que não passa pelo simbólico, fica tudo a dever ao gozo feminino que vai para além do falo (BENTES, 1998, p. 24-25).

Seria então, nesses casos, um gozo que, através da droga, desliga-se do gozo do Outro. A pergunta que fazemos é se haveria no consumo de drogas uma tentativa de ascender a um gozo além do falo, o gozo feminino, um gozo não limitado pela função do falo. Seria esse o gozo dos ditos toxicômanos?

Abordaremos essa questão não como construção de uma resposta, mas para introduzirmos uma discussão que certamente não teremos possibilidade de resolver nesta dissertação, mas sim abrir possibilidades para novas produções teóricas e de pesquisa, de modo que possamos continuar avançado sobre a complexidade e relevância que envolve o tema das toxicomanias. Para tanto, iniciaremos nos referindo ao gozo místico, do qual testemunha a mulher e que escapa à representação. Trata-se de “Outra” lógica diferente da lógica fálica. É nessa direção que apresentaremos uma maneira de pensar o gozo do toxicômano.

A experiência mística é referida a uma feminilização, fora da norma fálica, parece haver uma possessão que implica numa desvirilização, uma liberação das amarras fálicas que dá acesso ao Outro gozo, próprio da mulher, um gozo para além do falo, mas que não o desconsidera. O fenômeno principal do misticismo é o êxtase, do qual resulta o sentimento de comunicar-se com um ser perfeito. As experiências de êxtase não podem ser transmitidas, há um não poder dizer em que o sujeito se desvanece. Referindo-se a São João da Cruz, Lacan, em *Mais, ainda*, nos diz: “apesar não direi de seu falo, senão do que à guisa de falo lhes

estorvam, sentem, vislumbam, a ideia de que deve haver um gozo que está mais além. Isso se chama um místico” (LACAN, 1972-73, p. 102).

Trata-se, nessas elaborações, de um gozo suplementar, uma vez que Lacan esclarece que o gozo complementar retorna à ilusão do todo. Assim, consideremos dois momentos em Lacan em referência ao gozo místico. No primeiro, está em jogo a busca de um encontro sem mediação, a ilusão de ser eleito; no segundo momento, trata-se de um gozo suplementar. Como pensar a relação desse gozo com o gozo do toxicômano?

Conforme abordado neste capítulo, o gozo fálico é o gozo do lado masculino, o gozo do *Um*, sempre parcial, relativo ao órgão. O gozo fálico encontra-se submetido à linguagem. Mas há também um Outro gozo, um gozo para além do falo, mas não sem o levar em consideração, dito gozo feminino, que está fora do simbólico porque a mulher nada sabe dizer sobre ele, a não ser que o experimenta. Nas palavras de Lacan (1972-73):

Há um gozo dela, desse ela que não existe e não significa nada. Há um gozo dela sobre o qual talvez ela mesma não saiba nada a não ser que o experimenta – isso ela sabe. Ela sabe disso, certamente, quando isso acontece. Isso não acontece a elas todas. (LACAN, 1972-73, p. 100)

É o gozo do lado da mulher, do lado do *não-todo*, também chamado gozo suplementar, sobre o qual não é possível nada dizer, mas apenas sentir, já que ele é um acontecimento de corpo. Este último o experimentam as mulheres, os santos e os místicos, como Santa Tereza d’Ávila e São João da Cruz, conforme exemplifica Lacan.

O gozo feminino, não complementar, mas suplementar, é o gozo além do falo, conforme já dito: Outro gozo. Este é trabalhado por Lacan (1972-73) no “Seminário, livro 20, *Mais, ainda*”, em que revela ser um gozo enigmático, impossível de ser circunscrito pelas leis da linguagem, conforme pontua: “quando digo que a mulher é *não-toda* e que é por isso que não posso dizer mulher, é precisamente porque ponho em questão um gozo que, em vista de tudo que serve na função Φ_x , é da ordem do infinito” (LACAN, 1972-73, . p. 140).

Daí a impossibilidade de saber sobre o gozo feminino. O gozo místico é o gozo feminino, pois “na medida em que seu gozo é radicalmente Outro que a mulher tem mais relação com Deus” (LACAN, 1972-73, p. 111). O gozo feminino e o místico não podem ser ditos, é impossível saber sobre os mesmos. Isso vale para homens e mulheres. São João da Cruz é mencionado como exemplo de alguém que se posiciona no lado do “não-todo, feminino”.

Questionamo-nos sobre a relação do gozo feminino com o dos ditos toxicômanos. O gozo feminino não é o gozo do toxicômano, isso porque o que ocorre no gozo feminino não é sem ter passado pelo gozo fálico, diferentemente do toxicômano que rompe com o falo provisoriamente, foge ao se levantar a questão sexual. A droga funciona como anteparo ao Outro sexo.

Portanto, não é a mesma forma de gozo a dos místicos (que experienciam o gozo feminino) e a dos toxicômanos. Nos místicos, há a existência de Deus; na experiência da toxicomania, há a segregação do Outro. Descartemos no toxicômano a busca desse gozo Outro.

Identificado ao significante e ao objeto do qual goza, o toxicômano não está disposto a trocá-los pelo vazio, que inclui o objeto causa de desejo enquanto objeto que representa o que resta do Outro e que garante a alteridade, criando um impasse com o Outro sexual. A alteridade retorna do real, o que pode explicar sua tentativa de segregar o Outro com a droga, que se apresenta como resposta química ao mal-estar. No lugar de objeto causa de desejo, há objeto causa de gozo, o que o leva a anular o Outro.

Através dessas observações, uma abertura para a discussão que envolve o gozo do toxicômano e o Outro gozo fica posta.

Não há uma clínica dos toxicômanos, posto que os toxicômanos não existem, o que existe é a toxicomania. No próximo e último capítulo, abordaremos a política sobre drogas e a contribuição da psicanálise aos atendimentos realizados nos serviços públicos. A proposta a ser sustentada é a de um espaço que prevaleça a escuta do sujeito, a particularidade de seu sintoma e singularidade de seu modo de gozo.

4 TOXICOMANIA E POLÍTICA SOBRE DROGAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O processo de construção desta dissertação visa a apresentar o percurso que levou às mudanças ocorridas na cultura e que incidem sobre a subjetividade, cujos desdobramentos nos conduziram às questões emblematizadas pela expressão *novos sintomas*, expressão que abriga vários vieses, dentre os quais, as toxicomanias, conforme apontado no capítulo II. Podemos compreender que nossa época é marcada pelo direcionamento efetuado pelo senhor moderno, o mercado, responsável por ditar um gozo universal, do *Um*, em que tudo é consumível para garantir a completude. A partir dessa posição e do que Freud e Lacan disseram sobre a droga, casamento ou ruptura com o falo, respectivamente, iniciamos o quarto e último capítulo deste trabalho, que tem como objetivo destacar através do questionamento sobre o que há de novo nas toxicomanias, o lugar do psicanalista. Que direção de tratamento tomar nesses casos, considerando suas implicações na política pública sobre drogas e em alguns serviços públicos envolvidos.

Partindo do pressuposto de que a política pública deve ter a função de mediadora entre Estado e Sociedade (Elia 2013), apresentaremos no subitem **4.1 – Como a política sobre drogas pode contribuir com as questões trazidas pelas toxicomanias e pelo alcoolismo?** – uma breve descrição das direções políticas envolvidas no tema álcool e outras drogas, de modo que, a partir disso e de balizas teóricas e práticas, possamos questionar e inferir quanto à importância do psicanalista nos serviços públicos e sua participação nas políticas públicas. Em seguida, no subitem **4.2 – Direção do tratamento: o que há “de novo”?** – abordaremos a direção do tratamento, tomando como norte o sujeito e o gozo.

4.1 Como a política sobre drogas pode contribuir com as questões trazidas pelas toxicomanias e pelo alcoolismo?

Iniciaremos este subitem apresentando brevemente a configuração da política sobre drogas desenvolvida no Estado do Rio de Janeiro, que atua pautada nas diretrizes do Governo Federal¹⁵. Neste panorama destacamos como a política pública pode contribuir no trabalho

¹⁵ Utilizaremos essa nomenclatura em razão da Política no Brasil ser intitulada por Política Nacional sobre Drogas.

com as toxicomanias e com o alcoolismo. Nesse contexto, queremos situar o lugar do psicanalista como aquele que dá voz ao sujeito do inconsciente.

O tema sobre as drogas foi introduzido recentemente no campo das políticas públicas. Apenas em 2004, conforme veremos em seguida, aprovou-se uma direção de trabalho com o álcool e outras drogas. Isso permitiu durante algum tempo – o que ainda presenciamos - ações pouco estruturadas, enfatizando a vertente da repressão em que o uso de drogas esteve atrelado ao campo da justiça. Nesse contexto, dada a ausência de políticas públicas, outras instituições não governamentais ofereceram atenção a esse público, como por exemplo, a Igreja, através das Comunidades Terapêuticas¹⁶, e os grupos de mútua-ajuda¹⁷, como Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA).

Apesar de ainda se tratar de um tema complexo e com algumas contradições em relação à direção adotada no campo da política pública, através das mudanças promovidas pela Reforma Psiquiátrica¹⁸, foi possível repensar, neste campo, outras direções. A Reforma Psiquiátrica, em seu contexto, declina do modelo manicomial hospitalocêntrico e, no lugar, propõe serviços substitutivos que favorecem condições para o convívio social e que garantam a singularidade dos atendimentos. Sob essa direção, as questões relacionadas ao uso de drogas foram gradativamente inseridas na agenda das políticas públicas. Com a visibilidade gerada pelo crack e a formação das “cracolândias”¹⁹, incitou-se a urgência de formulações de

¹⁶As Comunidades Terapêuticas apresentam direção religiosa e caracterizam-se como instituições de acolhimento de média a longa permanência para usuários de álcool e outras drogas, sem graves comprometimentos clínicos e/ou psiquiátricos, com histórico, em sua maioria, de fragilidade e ou rompimento dos laços afetivos e sociais. Em geral ficam em locais afastados com características rurais.

¹⁷É uma Irmandade de homens e mulheres que compartilham suas experiências a fim de resolver um problema comum e ajudar os outros a se recuperar do alcoolismo e de outras drogas. O único requisito para se tornar membro é o desejo de parar de usar álcool no caso do AA e outras drogas no caso do NA.

¹⁸A reforma psiquiátrica no Brasil, a partir da Lei 10216, promoveu o surgimento de serviços de saúde mental, com propostas que vão para além dos hospitais psiquiátricos tradicionais, em regime fechado.

¹⁹ Cracolândias são locais formados por grupos de usuários de drogas, em especial, o crack, que apresentam à sociedade a marca de um gozo feroz e mortífero. A aglomeração mórbida sustentada pela plenitude ilusória (ou não) provocada por *um* objeto espelha a ausência de outras possibilidades de relações de prazer. Demonstra ainda uma formação grupal, cujo líder ordenador das leis do grupo difere do que vimos em Freud no texto “Psicologia das massas e a análise do eu”, conforme capítulo I, este, declina da identificação com um líder para a identificação com o objeto. “Entorpecidos pelo consumo, viciados em crack vivem como se estivessem num universo paralelo, em comunidades em que o tempo passa num compasso diferente do marcado nos relógios e que têm as suas regras próprias de solidariedade.” Esse é o destaque de uma reportagem exibida pelo jornal O Dia, em agosto de 2014, e seu conteúdo traz o relato de usuários que se referem a essa lei quando dizem: “Há regras, hierarquia e código de conduta. A droga é partilhada, assim como a comida e o sentimento de segurança.” Em comum, têm, além do vício, histórico de problemas familiares, baixa escolaridade e a recusa em aceitar tratamentos de saúde. “A gente aqui tem meta 5 (reais), entendeu? Meta 5. Se não conseguir, pega R\$ 2,50 de um e junta com o de outro, nós divide tudo.” (sic) Consideramos que os grupos das cracolândias nos apresentam a organização de suas leis referenciadas ao objeto - objeto droga - ou melhor, à conquista do objeto a qualquer preço.

políticas públicas direcionadas para essa temática. Isso provocou avanços, pois o tema passou a ser discutido no âmbito da política pública, porém, trouxe também equívocos importantes, dentre eles, o destaque dado à quantidade e ao consumo do objeto droga em detrimento do sujeito, como direção dessas políticas. Como efeito de tais equívocos, ainda percebemos uma direção repressora - “guerra às drogas” - e de exclusão da direção desta política, mostrando-se, por vezes, contraditória à Reforma Psiquiátrica quando as internações e acolhimentos compulsórios ignoram a distinção entre o usuário e o criminoso, entre procedimentos clínicos de tratamento e procedimentos disciplinares. Pautados pela experiência desses casos, enfatizamos que a indicação para este tipo de serviço – internação ou acolhimento - deve ser utilizada de forma excepcional quando todos os meios para evitar a restrição à liberdade já devam ter sido utilizados.

Para atentar aos equívocos ainda presentes e também aos avanços, discorreremos brevemente sobre duas políticas nacionais que embasam as ações desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro: a Política Nacional sobre Drogas, aprovada em outubro de 2005, e a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, instituída em outubro de 2004.

A Política Nacional sobre Drogas é desenvolvida pela Secretaria Nacional sobre Drogas – SENAD, vinculada ao Ministério da Justiça, e em seu escopo encontramos cinco eixos norteadores: prevenção; tratamento, recuperação e reinserção social; redução de danos sociais e à saúde; redução da oferta; estudos, pesquisas e avaliações. É uma política que preconiza o trabalho interdisciplinar e multiprofissional e a capacitação continuada. Busca, dessa forma, a diminuição do consumo e, conseqüentemente, a atenuação dos riscos e dos danos através da ampliação, articulação e fortalecimento dos serviços envolvidos no atendimento a usuários de álcool e outras drogas.

A outra política norteadora do campo, a Política de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, vinculada ao Ministério da Saúde, orienta suas ações em consonância com os princípios da atual Política de Saúde Mental. Nesse sentido, faz parte da rede de assistência sendo centrada na atenção comunitária, contando com as ações interativas entre distintos setores associados à rede de serviços extra-hospitalares. Além disso, enfatiza os conceitos de território e de rede, adotando as concepções de redução de danos²⁰. Além disso, destaca a necessidade de atenção ao direito de cada cidadão como lógica que deve permear o planejamento das ações dos envolvidos na atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas. As ações dessa política são implementadas através da Rede de Atenção Psicossocial

²⁰A estratégia de redução de danos representa a operacionalização de práticas que diminuem os danos provocados pelo uso da droga, mesmo que os usuários não queiram ou não consigam interromper o seu uso.

(RAPS) que compreende, basicamente, os seguintes serviços: leitos de saúde mental em hospital geral, consultórios na rua, Centros de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas (CAPS ad) e unidades de acolhimento.

Tais observações sobre as diferentes políticas que são orientadoras de práticas a serem implementadas em serviços públicos, por vezes, como no caso do crack, denota a necessidade de ampliação e qualidade na rede de serviços. Percebemos práticas respaldadas na repressão, no acolhimento e internações compulsórias, no controle e na universalização dos atendimentos, práticas essas que resultam, entretanto, em decisões desconexas, o que promove inquietações vividas por profissionais que atuam diretamente nesses serviços, em especial, os profissionais orientados pela psicanálise, que lidam cotidianamente com disfuncionalidades na prática dessas políticas. A importância da presença do psicanalista aí se dá enquanto peça importante para a interlocução entre os direcionamentos políticos que visam à cidadania – o universal – e a possibilidade de fazer falar o sujeito do inconsciente - o caso a caso. Sobre isso, citamos o psicanalista Luciano Elia (2013) em seu artigo “Política sem mediação e desordem simbólica na produção da violência social”:

Penso que toda política pública, a manter-se como simbólica, deve ter a função de mediação entre Estado e Sociedade [...] um governo voltado para interesses e prioridade do povo precisa de mediação simbólica das políticas públicas elaboradas coletivamente por setores sociais implicados, incluindo pesquisadores, profissionais e eventualmente também psicanalistas – enfim diferentes atores de cada campo (ELIA, 2013, p. 8).

A partir desse viés, foi possível avançar e formular questões que aqui desenvolvo referente ao cargo que ocupo e à importante função que exerço junto à Secretaria de Estado de Prevenção à Dependência Química (SEPREDEQ). Observo que a aproximação com a gestão política, a partir do estabelecimento de uma transferência de trabalho, apesar dos percalços, dos desafios e das contradições diárias, verificamos a possibilidade de avançar com o instrumental que a psicanálise oferece, tornando possível promover mudanças consideráveis na gestão desta Secretaria, cujo vetor aponta em direção ao objeto droga e seu fim em detrimento do sujeito. A discussão sobre o tema vem possibilitando fazer um giro que propiciou uma nova visada em relação ao trabalho, cuja direção pode se afastar do objeto – no caso a droga – possibilitando pensar de que forma a política pública poderá contribuir para as questões trazidas pelas toxicomanias e pelo alcoolismo.

Apesar das contradições e receios existentes na rede de serviços voltados para os casos de álcool e outras drogas, a direção dessa Secretaria de Estado, da qual participo, tem como

objetivo propor serviços articulados às políticas setoriais. Enquanto psicanalista, trabalho no sentido de que seja priorizada uma clínica-além muros²¹, com liberdade e dignidade, que não promova a segregação e a exclusão dos toxicômanos. A direção dessa clínica, que leva em conta a singularidade, busca provocar no Estado e na sociedade a adoção de estratégias e dispositivos necessários a cada situação, ao mesmo tempo, singular e múltipla. Dessa forma, acreditamos provocar e produzir respostas possíveis a cada sujeito.

É possível e desejável considerar as atividades desenvolvidas pela SEPREDEQ como tentativa de abrir discussão com os serviços e com as direções políticas voltadas aos usuários, estabelecendo o proposto por Marcelo Santos Cruz, psiquiatra, professor e importante pesquisador e coordenador do Programa de Estudo e Assistência ao Uso indevido de Drogas (PROJAD), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): “A política não pode distorcer a clínica!”, ou seja, apesar de direções políticas, é preciso aí resgatar a clínica, é preciso pinçar o sujeito em seu gozo na universalidade que visa à política, onde demarcamos nosso desafio. Esse impasse é vivido diariamente e mostra a direção que essa política de Estado pode oferecer, ou seja, uma pluralidade de ações, conforme descrito acima, cujo desafio para os psicanalistas que atuam nesse campo está na interseção entre a política pública e a política da psicanálise. Nas palavras de Laurent (1997, p.25), “como a ‘forma’ Estado poderá fazer coexistirem gozos diferentes, [...] é o que está em jogo de forma decisiva.”

A direção das políticas públicas, em especial sobre drogas, tem sido realizada por via de ações que visam ao controle e ao enfrentamento, o que tem se mostrado ineficaz por parte das esferas do poder municipal, estadual e federal, em que o combate, este designado “a guerra às drogas”, não tem qualquer eficácia sobre o consumo. Considerando a delicadeza do tema no que se refere à direção a ser adotada, foi realizado um seminário em julho de 2015 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em que se reuniram autoridades e especialistas para discutir a descriminalização do uso das drogas. Salientaram, em especial, a necessidade de separar o traficante do usuário, também a necessidade do aumento de recursos para a rede de serviços públicos que ofertam tratamento, uma vez que grande parte desse investimento é direcionada para recursos bélicos, cujos resultados denotam o aumento de mortes e de encarceramentos. O Coordenador da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), do Ministério da Justiça, Leon Garcia (2015), citou dados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, que mostram o Brasil como o quarto país, entre 20 nações, que mais aprisiona indivíduos, num total de 600 mil encarcerados. Destes, em 2014, 27% foram

²¹Termo que tenho utilizado como provocação a uma clínica que esteja para além dos muros dos consultórios que se aproxime do que a nossa época vem apresentando como sintoma ou novos sintomas.

presos por tráfico de drogas contra 10% de acordo com dados de 2007. Para Garcia (2015), entre as prisões, 87% ocorreram em situação de flagrante, 62% em patrulhamento de rotina e 97% estavam desarmados.

Os presos estão na base da pirâmide das organizações criminosas, há uma grande chance de se prender usuários como se fossem traficantes, e os elementos para caracterizar o crime de tráfico são subjetivos e sujeitos a um preconceito a partir de estereótipos das forças de segurança (GARCIA, 2015).

Ressaltamos que uma mobilização polícial torna mais evidentes os equívocos e contradições que envolvem a política pública sobre drogas que, não podemos esquecer, encontra-se imersa no discurso da atualidade a que, neste trabalho, referenciamos o discurso capitalista que, intimamente relacionado ao discurso da ciência, acirra a tensão nesse campo de estudo.

De acordo com o discurso da ciência, conforme vimos no capítulo II, podemos dizer que a política sobre drogas leva à identificação e à classificação do uso de drogas como doença. Nesse sentido, a ênfase é posta no objeto e na quantidade de seu uso, partindo disso para direcionar a extirpação do “mal” encarnado em um objeto da realidade, desconsiderando inteiramente a causa de seu uso. A concepção, na contemporaneidade, relativa às drogas é tão somente higienista e segregadora. O que percebemos com o trabalho desenvolvido nessa área através de uma leitura psicanalítica é que estamos diante de uma multiplicidade identificatória que dificulta a regulação do gozo que, atualmente, é generalizado e regulado pelo mercado de consumo. Tal situação nos leva a questionar: como podemos contribuir para avançar nas políticas sobre drogas através das questões trazidas pelas toxicomanias e pelo alcoolismo? Nesse caminho, devemos contribuir com novas práticas que redimensionem o usuário na subjetividade de nossa época.

Quanto a essa questão, citamos Naparstek em sua apresentação em Belo Horizonte (2014), que destaca quatro modos de tratamento fazendo analogia a partir de quatro algoritmos lacanianos: a , S_2 , S_1 e $\$$, ou seja, pelo objeto, pelo saber, pelo significante e pelo sujeito.

Segundo Naparstek (2014), o modo de tratamento pela via de objeto do consumo é aquele cuja estratégia é a substituição do objeto, por exemplo, de uma droga mais letal por outra menos letal. Descrevemos como estratégia de redução de danos, que é aplicada pela política pública aos sujeitos que apresentam dificuldade ou não desejam parar de usar a droga, a substituição e ou a diminuição do uso da droga. Entretanto, foge à nossa proposta esmiuçar

a estratégia da redução de danos, que visa a reduzir os malefícios causados pelas drogas tanto à saúde como danos sociais.

O outro modo de tratamento destacado por Naparstek é pelo saber. Ele o referencia ao S_2 , cuja definição é pautada no saber. Nessas práticas a tentativa é explicar o que é o toxicômano e, a partir de uma pedagogia de como parar de usar a droga, buscar a extirpar o que é maligno. Segundo o autor, esse tratamento é semelhante ao das Comunidades Terapêuticas, que oferecem o saber curar, característica também do modo de tratar utilizado pelos grupos de mútua-ajuda que ensinam através dos doze passos como parar de usar a droga, incitando assim uma direção que serve a todos.

No modo de tratamento pelo significante, em que Naparstek faz referência ao S_1 , há um Deus que irá indicar o tratamento e as respostas para o sofrimento. E há, finalmente, o modo de tratamento pela via do sujeito, o $\$$, que é tomada pela psicanálise através da escuta da singularidade do sujeito e seu gozo.

A partir dessa última indicação de Naparstek, seguiremos para o próximo subitem, que será desenvolvido a partir do que há de novo na direção do tratamento. Lacan, em seu “Seminário, livro 17, *O avesso da psicanálise*”, refere-se ao gozo como “o tonel das Danaides, que uma vez que ali se entra não se sabe onde isso vai dar. Começa com as cócegas, e termina com a labareda de gasolina” (LACAN, 1969-70, p. 68). Assim, avisados por Lacan e considerando o que a clínica das toxicomanias e do alcoolismo nos apresenta, vamos discutir no próximo subitem a questão: o que há “de novo”?

4.2 Direção do tratamento: o que há “de novo”?

A experiência clínica que envolve a complexidade das toxicomanias é um convite diário aos questionamentos sobre esses casos. Sobre o que há “de novo” para a direção do tratamento é pergunta frequente que nos convoca à construção de respostas. Conforme o que já foi desenvolvido nesta dissertação, fizemos um paralelo entre as mudanças que ocorreram em diferentes épocas orientadas pelo padrão de gozo que se evidencia em cada uma delas. A partir disso, questionamo-nos sobre o que haveria de novo desde o nascimento da psicanálise com Freud, passando pela primorosa e imprescindível contribuição de Lacan até a atualidade, buscando em alguns outros autores e pesquisadores desse vasto campo. Jacques-Alain Miller e outros nos mostram a estreita interface dessas mudanças em variadas épocas, frente a uma

subjetividade, respondendo afirmativamente à assertiva de Lacan em seu texto “Função e campo da fala e da linguagem”: “ Que antes renuncie a isso, portanto, quem não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época.” (LACAN, 1953, p.322). Nesse sentido, situando a toxicomania e a nossa época, citamos Lacan quando indica não recuar frente à psicose; aqui, apontamos para a importância de não recuar frente às toxicomanias e, diante desse não recuo, haveremos de nos deparar com estratégias e táticas que, por vezes, extrapolam os muros da clínica privada sem, contudo, extrapolar os aspectos que definem a clínica psicanalítica.

Portanto, consideramos que não devemos recuar frente ao ordenamento atual da cultura que subtrai o sujeito em prol da pulverização de objetos regidos pelo mandamento superegoico de gozar a qualquer preço, preço alto pago pela desorientação do desejo, conforme tratamos no capítulo I. Se a droga e o álcool, para alguns sujeitos, apagam a pergunta frente à perda que todo desejo envolve, ao *Che vuoi?*²² do desejo, de que forma podemos oferecer um lugar para que uma questão possa ser formulada?

É importante abordar a toxicomania a partir da função que a droga ocupa na economia psíquica (de gozo) de cada sujeito, o que nos faz questionar sobre as formas possíveis de operar com instrumentos clínicos da psicanálise nos serviços públicos. A partir de minha prática, essas questões surgem recorrentemente, razão pela qual não há uma resposta, mas vem a ser o que provoca que uma resposta possa ser construída em cada caso, exatamente onde uma invenção nos é oferecida por aquele que fala, muitas vezes, em ato.

Usuário de uma nomeação, este assim se torna a partir do objeto com o qual é identificado: “Sou toxicômano”. Para a psicanálise, essa nomeação decorre do declínio da função paterna, conforme tratamos no capítulo II, intimamente relacionada às mudanças na cultura, as quais acarretaram a passagem do Nome-do-Pai aos Nomes-do-Pai. Isso indica que o pai já não interdita, mas reproduz as ações da mãe numa infinitização de gozo ao estilo da pulsão de morte. Em “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, Lacan (1950) escreve:

[...] a autoridade reservada ao pai, o único traço subsistente de sua estrutura original, mostra-se de fato, cada vez mais instável ou obsoleta, e as incidências psicopatológicas dessa situação devem ser referidas tanto à escassez das relações grupais que ela assegura ao indivíduo quanto à ambivalência cada vez maior de sua estrutura (LACAN 1950/1998, p.135).

²²Em dois seminários, livro 5, 1957-58 e livro 6, 1958-59, Lacan elaborou em seu grafo do desejo uma fórmula relacionada ao enigma do desejo do Outro, *Che vuoi?*: Que Queres? A formulação dessa pergunta sem resposta se dá pela pelo assujeitamento originário do sujeito ao desejo do Outro. Essa questão se dá em torno de uma falta originária, um vazio do lado do Outro, cuja resposta será a construção da fantasia.

O resultado da proliferação do Pai tem como um dos resultados o fenômeno das toxicomanias, o qual não está aquém da estrutura, mas faz impasse ao real do gozo, do sintoma como singularidade:

“Sou toxicômano” é uma identificação bruta a um significante, uma resposta que torna o outro consistente de novo e que pretende uma recuperação de gozo, sendo que essa recuperação de gozo ocorre por fora da medida fálica, pois a toxicomania acaba levando o sujeito a um gozo auto-erótico, fora do sentido e fora da fala (SILLITI, 1993, p.56).

Na vigência do discurso capitalista, o que está como agente é o sujeito pseudo dividido – pseudo, pois o objeto é absorvido pelo sujeito – que está em posição de domínio. O sujeito desse discurso tem um saber que não está no inconsciente, que tropeça e diz o que pretendia ocultar, mas um sujeito que busca um gozo absoluto, que o complete, que o sature. Esse sujeito é usuário de uma nomeação: “consumidores”, sujeito entregue aos imperativos do gozo em consequência da descrença no Pai. Os usuários de uma nomeação são sujeitos cujo nome não implica a transmissão de uma herança, mas o cumprimento cego de um imperativo de gozo. Trata-se de um sujeito “nomeado para gozar” de um jeito tal ou qual que responde a um supereu feroz, imposto pelo mestre moderno: goze!

É importante salientar a diferença entre ser nomeado a partir de um objeto da realidade, objeto de consumo, de gozo, quase sempre pela via do excesso – “Sou toxicômano” – e ser nomeado a partir do desejo de um outro que, ao nomear, indica um lugar simbólico, um outro que, com seu desejo, marque o corpo constituindo o imaginário corporal que faz querer comer, dormir, viver, sonhar e ser resposta sintomática diante do real. Ao contrário dos usuários de uma nomeação, o objeto que constitui o sujeito não é o da realidade, mas um objeto que é o resto das operações lógicas de que resulta o sujeito do inconsciente, sujeito do desejo e do gozo. É uma nomeação que não provém do social, mas do Pai que, por transmissão da mãe, diz ao filho: “tu não dormirás com tua mãe!” e diz à mãe: “tu não reintegrarás teu produto!”

Se estamos reféns desse discurso marcado por um Pai da horda tecnológica, como diz Bentes (2001) e já ressaltado no capítulo I, pai esse que exclui a diferença em prol da universalidade e da totalidade do consumo, então, não seria válido crer que estamos todos intoxicados? Isso nos traz um desafio para pensar a toxicomania em nossa época, se considerarmos que, para todos, a saída tem sido a intoxicação. Retomamos, assim, as questões que pautam este momento do trabalho: O que há de novo nas toxicomanias? E qual a direção do tratamento?

As respostas para essas perguntas devem considerar o sujeito não por uma designação proveniente do social, mas sim cada toxicômano, pois cada sujeito assim denominado é diferente de outro. Trata-se, na direção do tratamento, de buscar as coordenadas que presidem o consumo em cada sujeito. Da mesma forma devemos averiguar o que há de *acting out* em cada passagem ao ato do uso de drogas. Trata-se também de investigar a droga de eleição de cada consumidor e ainda de tentar enfrentar as toxicomanias cruzadas sem fazer do tratamento uma guerra contra as drogas, o que encontramos no caso das internações e ou acolhimentos compulsórios.

Do ponto de vista de minha prática clínica, podemos dizer: somos todos toxicômanos! Somos todos intoxicados! Mas cada um a seu modo. Consumistas, consumidores, não somente de drogas ditas ilícitas, fora da lei, mas também de drogas legalizadas que todos consomem e que, como as ilícitas, fazem desaparecer o sujeito. Podemos agora destacar o que salientamos ao longo desta dissertação, ou seja, se o mestre de ontem era o discurso do senhor, o discurso de hoje, de acordo com que vimos em Lacan, é o discurso capitalista em virtude do declínio de certos significantes mestres tais como o Nome-do-Pai e o Ideal do eu.

O discurso da ciência, aliado ao discurso capitalista, é responsável pela produção dos *gadgets*, nos colocando como consumidores fiéis de objetos comandados por esse saber, por vezes, químico, lícito ou ilícito, como tentativa de não-sofrer do sintoma para sofrer do consumo. Em outras palavras, trata-se, em relação à direção do tratamento, além de tudo o que já dissemos, de operar a passagem do fenômeno à estrutura. Assim, de acordo com autores como Miller, Santiago e Naparstek, os quais fazem referência aos *novos sintomas*, estes apresentam efeitos que, segundo Bentes (2014), produzem o seguinte:

[...] certa caducidade da retroação, uma vez que o sintoma surgirá, não exatamente como uma pergunta, que localiza em alguém, num psicanalista, um saber suposto, mas como repetição presente, conforme o que nos ensina Miller no seu quinto dos “seis paradigmas do gozo”, a partir do qual a repetição é o que merece ser chamado sintoma. (RÊGO BARROS *apud* BENTES, 2014, p. 167).

Nos *novos sintomas* não se trata de uma compulsão à repetição, mas um empuxo a gozar. Diferentemente da compulsão à repetição que se refere ao recalçado e a um objeto que não é objeto da realidade, nas toxicomanias, o empuxo ao gozo está relacionado ao objeto da realidade e não envolve o recalçado, conforme apresentado no segundo tópico do capítulo dois.

Então o que diferencia esses sujeitos é o fato de aparecerem à margem dos laços sociais e do sistema de produção; são os que consomem uma substância que coloca a

dimensão do sujeito como resto dessa produção, um resto do discurso capitalista. Tais sujeitos privilegiam os *acting outs* e as passagens ao ato, distanciando-se mais e mais da fala. Trata-se então de passar do ato à cadeia significante, ao ato falho.

Fatores socioeconômicos, apesar de não os considerarmos como determinantes ao uso de drogas, atravessam a relação do usuário com o produto que consome. A expansão do uso do crack deve-se ao fato de ser um produto barato em relação às demais drogas, assim como a maconha que, muitas vezes, é vendida nas cracolândias associadas ao crack num só produto, é o conhecido dois em um: *Zirrê*. Esse produto, em geral, é utilizado por um público de classe média alta, já que a combinação entre essas drogas produz menos efeito no cotidiano desse público. E demonstra, conforme já apresentamos, a importância de considerarmos a droga para além do produto (do objeto). Isso inclui a sua função na economia psíquica e, conseqüentemente, a singularidade.

O uso do crack acirrou a visão segregadora provocada por essa droga e promovida pelo aspecto degradante que ela produz. Seu uso a céu aberto vem suscitando na sociedade uma reação moral, exacerbando a idéia de uma periculosidade social da droga e gerando iniciativas repressoras e higienistas.

Observamos que os meios de comunicação relacionam as passagens ao ato homicidas, os latrocínios, os roubos e furtos, ou seja, a violência, ao uso ou abuso de substâncias tóxicas, porém, salientamos que violência e uso de drogas não devem ser sempre lidos numa correlação. Observamos também que, mesmo quando as passagens ao ato ocorrem no interior dos serviços públicos onde os sujeitos que as cometem são atendidos, elas não decorrem do referido uso. Consideramos que a violência não está relacionada ao uso de substâncias tóxicas, mas que aponta para uma opacidade do registro simbólico. Isso faz com que os atos de violência contra o outro, por não serem mediados simbolicamente, embora tenham coordenadas simbólicas, possam chegar a aniquilar a si próprios e ao outro. Entretanto, a violência não está associada, não decorre do uso de uma substância química. A violência não decorre da droga, mas é, sobretudo, consequência do impossível de dizer, de se manter na cadeia significante. É uma patologia do laço. Assim, Elia (2013) escreve em crítica ao choque de ordem direcionado pela política do município do Rio de Janeiro, salientando o estabelecimento de uma ordem social simbólica: “[...] atos reais, uma legitimidade simbólica [...] quando não há mediação simbólica na ordem política e social, o ódio encontra as vias de seu exercício imediato e destrutivo” (ELIA, 2014, p. 9). Cabe lembrar ainda que a violência não é a agressividade, pois esta é estrutural.

Nesse caminho, a direção do tratamento implica no resgate do sujeito, que não deve passar pela exclusão social. É importante somar esforços, incluindo aqui os analistas e equipes multidisciplinares, na tentativa de que, através da união de saberes e de práticas, seja possível descrever do mestre moderno, que vem realizando a ditadura do consumo ao subtrair o sujeito e produzindo direções repressoras e desqualificativas da subjetividade.

Pensar a direção do tratamento nos leva a questionar a relação do mesmo com a demanda de consumo e colocá-lo pelo dispositivo analítico na possibilidade do tropeço como única de que o sujeito se encontre como tal. É o lugar que aí ocupará o sujeito, já que este, na toxicomania, se encontra imerso em uma busca vã e constante de um objeto da realidade que o retire da condição de tropeço e de sofrimento e lhe apresente uma linha reta e desenfreada em direção a um empuxo ao gozo. É possível frear? Como?

Se levarmos em consideração que “a toxicomania é o horizonte autista e mortífero do gozo” (LAURENT, 2008, p. 15), nos remeteremos à relação com o Outro, o que “certamente nos separa e nos reinsere no Outro e, é um fato de estrutura que há tratamentos possíveis da adição” (LAURENT, 2008, p. 15). Essa colocação de Laurent permite importantes reflexões quanto ao que se pode propor nos serviços públicos que atendem os ditos toxicômanos. Isso quer dizer favorecer ao sujeito localizar a particularidade de seu gozo, ou seja, “[...] é o discurso o que, para além da censura, tenta manter o sujeito na via do desejo, única via que pode dar limite ao gozo” (FREDA *apud* LAURENT, 1997, p. 25).

Nesse sentido, considerando a importância do trabalho que realizo nos serviços regidos pelas políticas públicas, o analista nesses locais pode ser o facilitador para a instalação do discurso analítico entre as equipes de trabalho multiprofissionais, inserindo-se e aos demais no desafio de trabalhar entre vários com a singularidade, com cada um.

Pensamos o trabalho da instituição como \mathcal{A} , considerando esta como importante na construção da demanda necessária ao início do tratamento. Apenas no lugar de \mathcal{A} a instituição poderá oferecer um discurso onde o sujeito se encontre com sua divisão; compartilhar saberes pode ser a única forma de favorecer que uma demanda possa ser formulada propondo uma direção do tratamento em que a relação com o inconsciente seja preservada.

A instituição como \mathcal{A} está sujeita a leis de funcionamento para o acolhimento que devem ser observadas, e esse contorno se faz necessário, porém através do discurso analítico. Os limites institucionais não devem ser confundidos com a repressão e com o controle, pois é a exceção o que dará voz ao sujeito que, emudecido pela droga, não pode se tornar refém do silêncio mortífero. Para tanto, os limites institucionais não podem calar, mas podem fazê-lo falar. Quando isso não acontece, quando não há espaço para a fala, a qual comporta o

equivoco, quando surgem respostas prontas, o que a experiência mostra é que o sujeito faz um *acting out* ou uma passagem ao ato delituosos em relação à instituição e seus profissionais, sendo muitas vezes necessário apelar ao dispositivo policial para a preservação do espaço público de trabalho e do próprio usuário em tratamento.

A designação toxicômano ou alcoolista provém do social, e o dispositivo analítico permite ir além dela. A instituição pública já dispõe de uma clínica que situa o analista como aquele que carrega no bolso o discurso analítico. Onde houver um analista e um inconsciente em exercício, uma demanda se constituirá e será formulada para além de uma designação social, fazendo com que nada seja mais diferente de um toxicômano que outro toxicômano, o mesmo valendo para o alcoolista.

Por mais que encontremos nas instituições as boas intenções, em especial, as religiosas, isso não promove o lugar em que o sujeito possa advir enquanto tal, conforme pontua Lacan no seu seminário, livro 7: “Chegamos portanto, no ponto da barreira do desejo e, como anunciei da última vez, vou falar-lhes do bem” (LACAN, 1959-60, p. 261). O bem aqui é situado então como uma das barreiras do desejo, o que nos faz salientar que, por mais que existam locais que orientem sua prática através do bem, isso levará ao engano e ao desaparecimento do sujeito do desejo.

O tratamento pela palavra indica a via aberta por Freud e pavimentada por Lacan, ou seja, pela palavra localizamos o sujeito em seu gozo. Como já dissemos, o gozo é tóxico. Não se trata da quantidade do tóxico, tampouco da composição química de uma determinada substância, mas do efeito que produz sobre o sujeito. Esse efeito que ele busca tem a ver com a obtenção de um gozo perdido por estrutura. No entanto, ler seus ditos possibilita reinseri-los na cadeia significativa, possível tão somente pelo ato analítico, que direciona para um novo amor, não qualquer amor, mas para aquele que leva em consideração o Outro e sua falta a ser, um signo de amor, ao menos “um” pode desejá-lo.

Esta dissertação, a partir das balizas teóricas abordadas e das direções apontadas quanto ao tratamento, aspectos respaldados pela experiência clínica em serviços públicos, ressalta a importância da clínica para além dos muros dos consultórios.

Assim, a participação do psicanalista se faz necessária fora dos limites institucionais também, sendo ele atuante na polis, nas periferias e nas comunidades ou em qualquer lugar em que seja requerida sua presença para aquele que faz do submundo o seu tonel. Laurent (1999) diz bem quando nomeia o analista como “analista-cidadão”, sendo este o que se ocupa das questões de seu tempo e, advertido por sua experiência, faz da psicanálise um instrumento

para enfrentar os conflitos e capaz de produzir efeitos que só um analista poderia provocar. Em suas palavras:

Os analistas têm que passar da posição de analista como especialista da desidentificação à de analista-cidadão. [...] Os analistas precisam entender que há uma comunidade de interesse entre o discurso analítico e a democracia, mas entendê-lo de verdade! Há que se passar do analista fechado em sua reserva, crítico, a um analista que participa; um analista sensível às formas de segregação; um analista capaz de entender qual foi sua função e qual lhe corresponde agora (LAURENT, 1999, p. 13)

Comungo com as palavras de Laurent, pois minha prática possibilita exercer o que os importantes autores e pesquisadores aqui trabalhados orientam. O analista não apenas escuta, mas sua posição é a de um receptáculo capaz de fazer ressoar o inconsciente, o qual interpreta incessantemente. Os cortes, as intervenções e o silêncio interrogam todo aquele que se dirige a um analista.

UM RESTO PARA NÃO CONCLUIR (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Toda formação humana tem, por essência, e não por acaso, de refrear o gozo.

Lacan, 1967/2003, p. 362.

A toxicomania, como um dos *novos sintomas*, ou seja, um sintoma que não comporta um enigma a ser decifrado como o sintoma clássico, requereu mudança na clínica. O que devemos fazer? O que nos é lícito esperar numa instituição pública?

O objetivo desta pesquisa foi averiguar como podemos usar o instrumental da psicanálise na política pública e nos serviços públicos, nos quais tenho uma inserção de trabalho. Pensar a clínica psicanalítica exige partir de Freud para demarcar como as mudanças na cultura levaram a mudanças na subjetividade e, conseqüentemente, na clínica psicanalítica. Trata-se da passagem da época em que o Pai regulava o gozo e assim mantinha a condição necessária à preservação do grupo e do laço com o Outro, para uma época de declínio dessa função e de alguns significantes mestres, época essa que tem como resultante o empuxo ao gozo. Tal modificação na cultura mostrou que o imperativo superegoico que regulava o gozo, empurra a gozar.

Localizamos essa passagem no texto do seminário de Lacan *O avesso da psicanálise (1969-70)*, em que ele desenvolve a teoria dos discursos a partir dos acontecimentos de maio de 1968, indicando depois em *Radiofonia (1970)* um quinto discurso, o capitalista, como perversão do discurso do mestre. Lacan (1972) diz que esse discurso faz com que “[...] *ça marche trop vite, ça se consomme, ça se consomme si bien que ça se consume. (s.p.)*”.²³ Esse discurso resulta da articulação, do afivelamento entre ciência e o capitalismo. Escamoteado pela ciência, o sujeito é afivelado pelo capitalismo, marcando assim uma época em que o mercado não só induz ao consumo de drogas, mas promove a satisfação no consumo de objetos. Os objetos são alçados ao zênite.

Tanto Freud quanto Lacan fizeram referências pontuais à intoxicação. Freud (1930), no texto “O mal-estar na civilização”, refere-se ao uso do tóxico como uma saída para o *mal-estar* na cultura. Lacan (1975), na única definição em que faz sobre a droga, escreve que o

²³ Tradução correspondente ao texto: [...] *isso se consome, isso se consome tão bem que isso se consuma.*

tóxico é uma maneira de romper provisoriamente com o falo e com o mal-estar no encontro com o outro sexo.

Ao longo desta dissertação, vimos que o gozo é tóxico! A função tóxica deve ser considerada como um modo particular de obturar a castração. Concluímos que, na atualidade, qualquer coisa pode ser droga, afirmativa essa que se respalda na fala de alguns adolescentes de comunidades pacificadas. Numa delas, iniciamos um trabalho de informação sobre o uso de drogas com policiais e com os agentes de saúde. Surgiram então as dificuldades desses profissionais no manejo com alguns usuários de drogas. Houve, por vezes, casos que deram-nos a conhecer falas que abrilhantaram a nossa clínica. Um desses casos foi o de um adolescente que, segundo relatos, fazia uso de drogas e trabalhava para o tráfico. Certo dia um deles perguntou a uma agente de saúde: “Tia, você conhece a nova droga?” Ela responde que não e pede que a atualize. Ele segue: “É a música! Escolhemos como queremos ficar – ‘excitados ou suave’ - selecionamos a música e pronto, ficamos muito excitados ou ‘deprê’, às vezes, até choro!” Essa é uma fala que indica que qualquer coisa pode ser droga, inclusive a música. Nesse sentido, balizamos nossa direção clínica em localizar qual é a função da droga na economia psíquica de um determinado sujeito. Seu efeito de *pharmakon*, em seu duplo sentido de remédio ou de veneno, dependerá do uso e da função que o sujeito fará desse objeto. O toxicômano faz a droga, e não o contrário.

A droga está estreitamente vinculada às relações do sujeito com os objetos do mundo. A busca por um objeto que proporcione satisfação plena indica que nas toxicomanias o sujeito utiliza-se de um objeto da realidade, do mercado, cujo efeito provém de uma economia diferente da economia que nos interessa sem, no entanto, ignorá-lo. A que nos interessa tem por função curto-circuitar a fantasia, estabelecendo uma relação direta com um gozo que dribla a divisão subjetiva, afetando diretamente a relação do sujeito com o desejo. O sujeito não é interpelado pelo desejo: *Che vuoi?* O que há é uma resposta antecipada pela droga, que leva a um gozo imediato e mortífero proporcionado pela substância.

Quanto às questões trazidas pelos toxicômanos e alcoolistas, vimos que a diferença entre ambas é referente ao falo; na primeira, há rompimento; na outra, o casamento, portanto, a falicização. A pergunta condutora deste trabalho é sobre o que há de novo na lida com as toxicomanias. Para tanto, apresentamos caminhos a essa interrogação no campo das políticas e dos serviços públicos aí envolvidos. Além disso, destacamos as possibilidades de trabalho com a psicanálise a partir da interlocução entre os gestores, profissionais, usuários e a sociedade ao dar voz ao inconsciente.

Uma clínica além muros – com o analista cidadão – deve ser considerada como bússola no trabalho em uma instituição pública, valendo-nos do laço entre vários para permitir que uma demanda possa ser formulada.

A clínica na instituição pública permite produzir o que há de novo no trabalho com os casos de toxicomania: um novo sujeito, assujeitado à fala e à linguagem e não ao silêncio da pulsão de morte. A nosso ver o que há de novo no *novo sintoma* não é a dificuldade da interpelação pelo desejo, já que ocorre o mesmo na clínica em outros sujeitos que não fazem uso de drogas. Porém, nas toxicomanias e no alcoolismo o silêncio está do lado errado, pois está do lado do sujeito, cabendo ao analista favorecer que esse sujeito torne-se usuário da *droga da palavra* – uma vez que todos estamos imersos na linguagem-, cabe fazê-lo falar, o que o leva ao gozo do *Um* da totalidade narcísica.

O que há “de novo” na clínica com os *novos sintomas* e as velhas estruturas é que o dispositivo analítico pode ser instalado em qualquer lugar para além da clínica privada: nas instituições públicas, nos consultórios de rua, nos hospitais, ou seja, é a única maneira de fazer jus ao que diz Lacan entre tantas outras coisas: o analista é aquele que tem no bolso o discurso psicanalítico.

Se a clínica mudou, a psicanálise com Lacan também mudou. A psicanálise é o que sua clínica ensina. Lacan, em seu texto “A direção do tratamento e os princípios de seu poder” (1958 /1998, p. 593), afirma:

Digamos que, no investimento capital da empresa comum, o paciente não é o único com dificuldades a entrar com sua quota. Também o analista tem que pagar: - pagar com suas palavras, sem dúvida, se a transmutação que elas sofrem pela operação analítica as leva a seu efeito de interpretação; - mas pagar também com sua pessoa, na medida em que, haja o que houver, ele a empresta como suporte aos fenômenos singulares que a análise descobriu na transferência; - e haveremos de esquecer que ele tem que pagar com o que há de essencial em seu juízo mais íntimo, para intervir numa ação que vai ao cerne do ser (Kern unseres Wesens, escreveu Freud): seria ele o único a ficar fora do jogo?

Apresentamos caminhos às interrogações em nossa prática nos campos das políticas públicas aí envolvidas interrogando ou abrindo à interlocução entre gestores, profissionais, usuários e todos aqueles que estejam interessados numa saída não universalizante, numa saída que desvie da orientação totalizante do mercado, uma saída que, não sendo a dos grandes números nem das estatísticas, seja uma clínica em permanente re-invenção, essa mesma clínica que Freud e Lacan chamaram de psicanálise. Resta não concluir e re-inventar a psicanálise caso a caso.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, S. Adolescência e droga: um caso. In: BENTES, L.; GOMES, R. (Orgs.). *O brilho da inFelicidade*. Escola Brasileira de Psicanálise – Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- _____. *O Adolescente e o Outro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- ALTOÉ, S. A psicanálise pode ser de algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescentes? In: _____ (Org.). *Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo: direito e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2010.
- BAUDELAIRE, C. *Os paraísos artificiais*. Livro B, n.10. Lisboa: Estampa, 1971.
- BENETI, A. A toxicomania não é mais o que era. In: MEZÊNCIO, M. (org.). *Tratamento possível das toxicomanias*. Belo Horizonte: Scriptum, 2014.
- BENTES, L. *As patologias do ato*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2015.
- _____. *Para todo tratamento possível das toxicomanias e do alcoolismo: Pai não vêes que estou gozando!?* 2001. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- _____. Apresentação. In: BENTES, L.; GOMES, R.; (Orgs.). *O brilho da inFelicidade*. Escola Brasileira de Psicanálise – Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- _____. Manejos do início nas toxicomanias. In: INEM, C.; BAPTISTA, M. (Orgs.). *Toxicomanias: abordagem clínica*. NEPAD – UERJ. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.
- BRASIL. *Política Nacional sobre Drogas*. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional Antidrogas, 2005.
- _____. *A política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2004.
- _____. *Legislação em Saúde Mental*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, 2002.
- _____. *Lei n. 10.216*: Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, 2001.
- BROUSSE, M-H. Em direção a uma nova clínica psicanalítica. *Latusa Digital* n.30, ano 4, setembro de 2007. Disponível em: <http://www.latusa.com.br/latusa_revista_digital_30.html>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.
- _____. [2005]. Em direção a uma nova clínica psicanalítica. *Latusa Digital* n.30, ano 4, setembro de 2007. Disponível em: <http://www.latusa.com.br/latusa_revista_digital_30.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

BROUSSE, M-H. *O inconsciente é a política*. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise, 2003.

COUTINHO JORGE, M. A. *Fundamentos de Psicanálise de Freud a Lacan, v.II: a clínica da fantasia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. A Pulsão de morte. *Estudos de Psicanálise* n. 26. Belo Horizonte: Círculo Brasileiro de Psicanálise, 2003.

_____. Relatório do I Congresso de Convergência: Paris, 2 a 4 de fevereiro de 2001. *Documentos*. Revista do Corpo Freudiano do Rio de Janeiro – Escola de Psicanálise, 2001.

_____. [2000]. *Fundamentos de Psicanálise de Freud a Lacan, v.I: as bases conceituais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DARRIBA, V. A. As injunções extracientíficas da divulgação científica. *Opção Lacaniana online*, ano 4, n. 10, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.opcaolacaniana.com.br/nranterior/numero10/texto7.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2014

ELIA, L. Política sem mediação e desordem simbólica na produção de violência social. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DOMINIOS DE LA VIOLENCIA, TERRITORIOS DEL ODIIO, 2013, Santiago do Chile. *Anais...* Santiago de Chile: Programa de doutorado em Psicoanálisis da Universidade Andres Bello, 2013.

FREDA, H. Entre La satisfacción y el goce: la droga. *Pharmakon 11: El lazo social intoxicado*. Publicación de grupos e instituciones de toxicomanía y alcoholismo del Campo Freudiano, Buenos Aires, Grama Ediciones, v. 11, 2009.

_____. El alcohólico Freudiano. In: _____. *Sujeto, Goce y Modernidad: los fundamentos de la clínica II*. Buenos Aires: Atuel – TyA, 1997.

FREUD, S. [1930]. O mal-estar na civilização. In: *Obras Completas Edição Standard Brasileira*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. [1927]. O futuro de uma ilusão. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XXI.

_____. [1923]. O Ego e o Id. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XVIII.

_____. [1921]. Psicologia das massas e análise do eu. In: _____. *Obras Completas São Paulo*: Companhia das Letras, 2010. v. 18.

_____. [1920]. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XVIII.

_____. [1915]. A pulsão e suas vicissitudes. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XIV.

FREUD, S. [1914]. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XIV.

_____. [1913]. Totem e tabu. In: _____. *Obras Completas* São Paulo: Companhia das Letras, 2010. v. 13.

_____. [1912]. Contribuições à psicologia da vida amorosa. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XI.

_____. [1910]. A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. XI.

_____. [1905]. Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. VII.

_____. [1900]. A interpretação dos sonhos. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. I.

_____. [1895]. Projeto para uma psicologia científica. In: _____. *Obras Completas Edição Standard Brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v. I.

GALANTE, D. Lazo social intoxicado. *Pharmakon 11: El lazo social intoxicado. Publicación de grupos e instituciones de toxicomanía y alcoholismo del Campo Freudiano*. Buenos Aires: Grama Ediciones, v. 11, 2009.

GARCIA, C. *Clínica do Social*. 1997. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1997.

KAUFMANN, H. *Wiwimacher*, fobia e toxicomania: impasses de um casamento. *Opção Lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, São Paulo, n.38, nov. 2003.

LACAN, J. [1975-76]. *O seminário, livro 23: o sinthoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. [1975]. Jornadas de estudos dos Cartéis da Escola Freudiana: sessão de encerramento. *Revista da Letra Freudiana*. Escola, Psicanálise e Transmissão: Documento para uma Escola, Rio de Janeiro, ano 1, 1980.

_____. [1973]. Televisão. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. [1972-73]. *O seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. [1972]. *Du discours psychanalytique: conférence à Milan*. Disponível em: <<http://www.ecole-lacanienne.net/pastoutlacan70.php>>. Acesso em: 10 de agosto de 2014.

_____. [1971-72]. *O Seminário, livro 19: ...ou pior*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

_____. [1971]. *O seminário, livro 18: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

- LACAN, J. [1970]. Radiofonia. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. [1969-70]. *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- _____. [1968-69]. *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. [1967a]. Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista na escola. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. [1967b]. Alocução sobre as psicoses da criança. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. [1966a]. A ciência e a verdade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. [1966b]. De nossos antecedentes. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. [1964]. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. [1962-63]. *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. [1960-61] *O Seminário, Livro 8: a transferência*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- _____. [1960]. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. [1959-60]. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- _____. [1958]. A significação do Falo. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- _____. [1958-59]. *O desejo e sua interpretação*. Inédito. [Versão brasileira sem fins comerciais].
- _____. [1957 -58]. *O seminário, livro, 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. [1956-57]. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. [1953]. Função e Campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. [1950]. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. [1945] O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada – Um novo sofisma. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAURENT, L. Post-war on drugs? In: _____. *Loucuras, sintomas e fantasias na vida cotidiana*. Belo Horizonte: Scriptum, 2011.

_____. Psicoanálisis y política. In: _____. *El goce sin rostro: psicoanálisis y política de las identidades*. Buenos Aires: Tres Haches, 2010.

_____. El objeto *a* como pivote de la experiencia analítica. In: SALAMONE, L. D. et al. (Comp.). *Lo inclasificable de las toxicomanías: respuestas del psicoanálisis*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2008.

_____. O analista cidadão. *Curinga*, Belo Horizonte, n. 13, p. 12-19, set. 1999.

_____. Tres observaciones sobre la toxicomania. In: SINATRA, E.; SILLITTI, D.; TARRAB, M. (Orgs.). *Sujeto, goce y modernidad: los fundamentos de la clínica II*. Buenos Aires: Atuel – Tya, 1997.

_____. Lacan y los discursos. In: _____. (Org.). *Lacan y los discursos*. Buenos Aires: Manantial, 1992.

MILLER, J.-A. *Piezas Sueltas: los cursos psicoanalíticos de Jacques-Alain Miller*. Buenos Aires: Paidós, 2013.

_____. (2011). *Ler um sintoma*. Disponível em: <http://www.ebpsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=579:ler-um-sintoma-jacques-alain-miller&catid=23:textos&Itemid=54>. Acesso em: 01 de Agosto de 2011.

_____. Uma leitura do Seminário, livro 16: de um Outro ao outro. *Opção lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. São Paulo: Edições Eolia, n.49, ago. 2007.

_____. Uma Fantasia. *Opção lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. São Paulo: Edições Eolia, n.42, fev. 2005.

_____. Os seis paradigmas do gozo. *Opção lacaniana: Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*. São Paulo: Edições Eolia, n.26/27, jul. 2000.

_____. [1998-99]. *La experiencia de lo real en la cura psicoanalítica*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

_____. *Los signos del goce*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

_____. Para una investigación sobre el goce auto-erótico. In: SINATRA, E. S.; SILLITTI, D.; TARRAB, M. (Orgs.). *Sujeto, goce y modernidad: fundamentos de la clínica*. Buenos Aires: Atuel – TyA, 1992.

MUSACHI, G. El matrimonio y el alcohol. In: *Sujeto, goce y modernidad: los fundamentos de la clínica II*. Buenos Aires: Atuel-TyA, 1997.

NASCIMENTO, C. Cracolândia tem 'organização', regras e código de conduta. *Jornal O Dia*, Rio de Janeiro, 3 ago 2014. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-08-03/cracolandia-tem-organizacao-regras-e-codigo-de-conduta.html>>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

NAPARSTEK, F. Conferência: Enxame das drogas. In: ENCONTRO DA REDE TOXICOMANIA E ALCOOLISMO (TyA), 1. , 2014, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2014.

_____. (2008). A tese lacaniana sobre a droga. *Revista de Psicologia Plural*, Belo Horizonte: Fumec, n.27, jan-jun. 2008.

QUINET, A. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

_____. *Um olhar a mais: Ver e ser visto na psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

_____. [1999]. A ciência psiquiátrica nos discursos da contemporaneidade. In: ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE. Disponível em: <www.estadosgerais.org> Acesso em: 20 de setembro de 2013.

RINALDI, D. *A ética da diferença: um debate entre psicanálise e antropologia*. Rio de Janeiro: UERJ/Jorge Zahar, 1996.

SANTIAGO, J. *A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SILLITTI, D. Clínica do supereu e as toxicomanias. In: BENTES, L.; GOMES, R. (Orgs.). *O brilho da infelicidade*. Escola Brasileira de Psicanálise – Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. La eficacia del nombre: los llamados adictos. In: *Sujeto, goce e modernidade: Los fundamentos de la clínica*. Buenos Aires: Atuel-TyA, 1995.

SILVA, R. No meio de todo caminho, sempre haverá uma pedra. *Almanaque on-line*, Belo Horizonte n.9, 2011. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/psicanalise/almanaque/almanaque9.htm>>. Acesso em: 03 de junho de 2014.

SINATRA, E. S. Adicciones sólidas, identificaciones líquidas. In: SALAMONE, L. et al. *Lo inclasificable de las toxicomanías: respuestas de psicoanálisis*. 1. ed. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2008.

_____. La toxicomanía generalizada y el empuje al olvido. In: SILLITTI, D.; SINATRA, E. S.; TARRAB, M. (Orgs.). *Más allá de las drogas: estudios psicoanalíticos*. Sujeto, goce y modernidad. Nueva serie. La Paz: Plural Editore, 2000.

SINATRA, E. S. La existencia del goce y la del toxicômano. In: SINATRA, E. S.; SILLITTI, D.; TARRAB, M. La segregación del Otro. In: SINATRA, E. S., SILLITTI, D.; SINATRA, E. S. (Orgs.). *Sujeto, goce y modernidad III: de la monotonía a la diversidad*. Buenos Aires: Atuel – TyA, 1994.

TARRAB, M. Produzir novos sintomas. *Asephallus*. Rio de Janeiro, 2006.